

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO – PPGDSE

ANACLETO ANÍBAL XAVIER DOMINGOS

MERCADO DE TRABALHO EM ANGOLA: formação socioeconômica e dinâmica
contemporânea

SÃO LUÍS - MA
2020

ANACLETO ANÍBAL XAVIER DOMINGOS

MERCADO DE TRABALHO EM ANGOLA: formação socioeconômica e dinâmica contemporânea

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Zimbrão Affonso de Paula

SÃO LUÍS - MA
2020

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo (a) autor (a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Domingos, Anacleto Aníbal Xavier.

MERCADO DE TRABALHO EM ANGOLA: formação socioeconômica e dinâmica contemporânea/ Anacleto Aníbal Xavier
Domingos. - 2020.
104 p.

Orientador (a): Ricardo Zimbrão Affonso de Paula.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Socioeconômico/CCSO, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2020.

1. Angola; 2. Desigualdade social; 3. Informalidade; 4. Mercado de trabalho; 5. Setor petrolífero. I. Affonso de Paula, Ricardo.

MERCADO DE TRABALHO EM ANGOLA: formação socioeconômica e dinâmica contemporânea

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico - PPGDSE/UFMA com vistas à obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: / /

Banca Avaliadora:

Ricardo Zimbrão Affonso de Paula (orientador)
(PPGDSE/UFMA)

Viviane de Oliveira Barbosa (Examinadora Externa)
(PPGHIST/UEMA)

Welbson do Vale Madeira (Examinador Interno)
(PPGDSE/UFMA)

SÃO LUÍS - MA
2020

À Teresa Pelinganga Xavier e
Maria Pelinganga Xavier
Pelo carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e pela oportunidade que me proporciona todos os dias de poder seguir em frente.

Agradeço ao professor Ricardo Zimbrão Affonso de Paula, meu orientador, por aceitar orientar este trabalho e sempre acreditar que daria tudo certo, apesar dos percalços que apareceram durante esta pesquisa, agradeço pela paciência e pelas contribuições a este trabalho. À Alexandro Sousa Brito, pela amizade, pelos muitos conselhos sobre as delimitações deste trabalho, pela paciência e importantes contribuições para este texto.

Agradeço a minha mãe, Teresa Pelinganga Xavier, por ser ela a inspiração de vida, a razão dessa minha expatriação nessa terra que me acolheu tão majestosamente durante estes meus anos de estudos. À Laurinda Pelinganga Xavier, minha tia, pela oportunidade de poder, sob seus auspícios, dar passos mais largos em meus estudos. Pelos cuidados e pelo carinho. À Maria Pelinganga Xavier por me proporcionar um ambiente de amplas possibilidades, por acreditar que a educação é caminho que proporciona liberdade pessoal

Agradeço a Oscar Bekeli Lokenga, carinhosamente chamado de Kota Oscar, pela amizade, por acreditar obstinadamente na importância da educação e passar esse sentimento para mim, pelas muitas conversas sobre a realidade econômica angolana.

Agradeço a Cristovão Júnior, o Mr Cristovão, que desde os tempos de Centro de Línguas vem me incentivando a cursar o ensino superior, agradeço a amizade e carinho.

Agradeço aos meus irmãos Margarida, Celestina, Pelinganga, Isaac, Ela e Fernando Domingos pelo apoio constante e incondicional que têm me proporcionado nesses momentos na diáspora.

Um especial agradecimento a Osmilde Augusto Miranda pela amizade, por trilhar comigo, desde o início, o caminho do conhecimento. Pelas longas horas de discussões e pelos conselhos perspicazes sobre a nossa Angola, por olhá-la como eu e desejar mudanças como eu desejo.

À Francisco Antônio Pindale, compadre de anseios revolucionários, pela amizade, pela vivência, pelos conselhos e motivação para continuar os estudos.

Um carinhoso agradecimento à Cirila Serra, minha companheira, por compartilhar e dividir comigo momentos, pelas discussões sobre os melhores rumos do presente texto, pelas correções, pela partilha e que os nossos sonhos se tornem realidade.

Quero agradecer aos meus companheiros africanos do Programa Estudante Convênio de Graduação pelos agradáveis momentos compartilhados e pelo apoio em todos os momentos da graduação e agora no mestrado.

Aos colegas da turma 2018.1 do PPGDSE, pelos momentos compartilhados e pelos conhecimentos intercambiados.

A CAPES, pelo financiamento da pesquisa, o que foi de grande valia para materialização do projeto de mestrado.

Ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão, na pessoa do professor Welbson Madeira pelo suporte em todo os momentos do mestrado.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender os elementos que estão presentes na constituição e na dinâmica contemporânea do mercado de trabalho angolano. Para este intento, recorreu-se metodologicamente a análise histórico-estrutural segundo a qual é importante pensar o processo de formação das estruturas e, simultaneamente, descobrir as leis de transformação dessas estruturas. Sendo as estruturas relações determinadas que sucedem entre os homens, portanto, passíveis de mudança, à medida em que, na luta social (política, econômica, cultural), novas alternativas se abrem à prática histórica. Assim sendo, o objeto da análise não se reifica em atores, mas se dinamiza em conjuntos de relações sociais. As técnicas levadas a cabo foram as leituras de livros, relatórios, monografias, dissertações, teses, e o Censo Populacional e Habitacional angolano de 2014. A regulação trabalhista colonial cujo maior expoente é o documento conhecido como Estatuto do Indigenato, a guerra civil que destruiu boa parte do aparelho produtivo e o fortalecimento do setor petrolífero são os principais elementos que conformam a dinâmica contemporânea do mercado de trabalho angolano. E a consolidação do setor petrolífero como dinamizador da economia acabou transformando o Estado angolano no maior empregador e concentrador da maior parte dos empregos formais, jogando a maior parte da força de trabalho nas atividades informais, isto é, para a informalidade que se tornou uma forma de estratégia de sobrevivência, acentuando as graves assimetrias socioeconômicas com altos níveis de concentração de renda e altas taxas de desemprego.

Palavras-chaves: Angola; Mercado de trabalho; Setor petrolífero; Informalidade; Desigualdade social.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the elements that are present in the constitution and in the contemporary dynamics of the Angolan labor market. For this purpose, it is used, methodologically, the historical-structural analysis according to which it is important to think about the process of formation of structures and, simultaneously, to discover the laws of transformation of these structures. These structures are determined relations which occur amongst men, therefore, are subject to change, as, in the social struggle (political, economic, cultural), new alternatives open to the historical practice. Thus, the object of analysis is not reified in actors, but is dynamized in sets of social relations. The techniques carried out were the reading of books, reports, monographs, dissertations, theses, and the 2014 Population and Housing Census. The greatest exponent of the colonial labor regulation was the document known as the Indigenous Statute, the civil war that destroyed part of the productive apparatus and the strengthening of the oil sector are the main elements which shape the contemporary dynamics of the Angolan labor market, and the consolidation of the oil sector as a driver of the economy has turned the Angolan state into the employer and concentrator of most formal jobs, throwing most of the workforce into informal activities, that is to say, informality has become a way of survival strategy accentuating the serious socioeconomic asymmetries with high levels of income concentration and high unemployment rates.

Keywords: Angola; Labor market; Oil sector; Informality; Social inequality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Variação do preço médio mensal do barril de petróleo (USD)	43
Gráfico 2 – Participação no emprego total por setores de atividade, 1992 -2018	63
Gráfico 3 – Estrutura da força de Trabalho Nacional (%) Angola, 1990	73
Gráfico 4 – Repartição do PIB (%) em 1998, Angola	77
Gráfico 5 – Repartição do PIB (%) em, Angola 2009	77
Gráfico 6 – População ocupada por setor de atividade, 2014	79
Gráfico 7 – Taxa de desemprego por faixa etária segundo o sexo, 2014	80
Gráfico 8 – Crescimento do PIB, Angola de 2000 a 2014	82
Gráfico 9 – PIB de Angola (Ótica da Renda) – 2002, 2009,2017	83
Gráfico 10 – PIB de Angola (Ótica da Despesa) – 2002,2017	84
Gráfico 11 – Participação da Indústria de Petróleo e Gás no PIB de Angola – 2002,2017	85
Gráfico 12 – PIB Real e Taxa de Desemprego de Angola (%) – 2003 a 2017	86
Gráfico 13 – Ocupação dos trabalhadores na economia informal, Angola, 2018	95
Mapa 1 – Território angolano antes da divisão na Conferência de Berlim	29
Mapa 2 – Localização de Angola no Mapa Mundi.	29
Mapa 3 – Distribuição geográfica dos grupos étnicos de Angola	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente por sexo, Angola, 2014	33
Tabela 2 – População por grupos etários e por sexo, Angola, 2014	34
Tabela 3 – Assalariados angolanos de 1967 a 1971	61
Tabela 4 – Tipos de ensino, número de alunos, 1962 e 1970	62
Tabela 5 – produção, preço e receitas de exportação de petróleo, Angola de 1980 a 1992	70
Tabela 6 – População residente com 15 anos ou mais por área de residência, segundo situação da atividade econômica	78
Tabela 7 – Taxa de atividade por províncias, Angola 2014	79
Tabela 8 – Ganhos de produtividade em % (usd/trabalhador) por setores de atividade, Angola, 2016	87
Tabela 9 – Evolução dos salários médios mensais por setores de atividade, Angola 2002 a 2012	88
Tabela 10 – Produtividade por setor de atividade x1000 (usd/trabalhador), Angola 2008- 2014	89

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BM –	Banco Mundial
CAEA –	Classificação de Estatísticas em Angola
CC –	Comitê Central
CEIC –	Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola
FMI –	Fundo Monetário Internacional
FNLA –	Frente Nacional de Libertação de Angola.
GRAE –	Governo Revolucionário de Angola no Exílio
INE –	Instituto Nacional de Estatística de Angola
LGT –	Lei Geral de Trabalho
IBEP –	Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População
MPLA –	Movimento Popular de Libertação de Angola
OGE –	Orçamento Geral do Estado
PLUA –	Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola.
PDA –	Partido Democrático de Angola
PGE –	Plano Global de Emergência
PIB –	Produto Interno Bruto
RGPHA –	Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola
SEF –	Saneamento Económico Financeiro
SONANGOL –	Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
UPA –	União das Populações ao Norte de Angola.
UNITA –	União Nacional para a Independência Total de Angola

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. MERCADO DE TRABALHO EM ANGOLA: considerações gerais	18
1.1 Angola: geografia, recursos naturais, população e composição étnica	28
1.2 As singularidades do trabalho assalariado em Angola	37
1.3 Alguns apontamentos sobre as estatísticas sobre o mercado de trabalho em Angola	45
2. REGULAÇÃO TRABALHISTA COLONIAL: o Estatuto do Indigenato	47
2.1 Economia colonial dependente: o papel da regulação trabalhista colonial	52
2.2 O Estatuto do Indigenato	57
3. CONSOLIDAÇÃO DO ENCLAVE DO PETRÓLEO E OS EFEITOS DA GUERRA CIVIL SOBRE A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO ANGOLA	65
3.1 A guerra civil	68
3.2 Consolidação do enclave do petróleo e o mercado de trabalho	69
3.3 Informalidade e desigualdade social: algumas considerações sobre a dinâmica contemporânea do mercado de trabalho angolano	76
3.3.1 Características da força de trabalho angolana a partir do Censo Populacional e Habitacional de 2014	78
3.3.2 Desigualdade social e informalidade	80
3.3.3 Informalidade como forma de manifestação dos desequilíbrios no mercado de trabalho angolano	90
CONCLUSÕES	97
REFERÊNCIAS	101

INTRODUÇÃO

O surgimento de um centro hegemônico industrial na Europa a partir do século XV, consolidando-se no século XVIII, determinou os rumos da economia mundial. As outras regiões do globo se curvaram à dinâmica da expansão deste centro industrial hegemônico que passou a ditar os rumos do desenvolvimento das outras economias em nível mundial. Essa “revolução” nascida na Europa espalhou-se pelo mundo determinando os modos de desenvolvimento econômico dos outros continentes, destruindo diferentes modos de vida material e relações de poder, construindo novas sobre às antigas destruídas. (FURTADO, 1983).

Este movimento começou com a desorganização da economia artesanal-feudal¹, liberando a mão de obra do campo para as grandes cidades permitindo com isso a mercantilização irrestrita dos fatores de produção. Este movimento foi o momento da supremacia do “capital” sobre os outros fatores de produção e ficou conhecido como capitalismo. A expansão do capitalismo sobre outras regiões se dá de maneira não uniforme. Entra em contato com as estruturas sociais dos determinados lugares sendo absorvido pelos locais cada um do seu modo, criando estruturas duais, capitalistas e não capitalistas, dando origem ao fenômeno do subdesenvolvimento.

A expansão capitalista até o surgimento do desenvolvimento desigual, reviveu mecanismos e formas de dominação de períodos anteriores como a escravidão. Chamamos atenção para o caso africano. Passou também por um período de colonização que culminou nos processos de independência (no caso africano mais tardiamente, nos anos 60 do século XX). Esses processos de independência se dão durante o período imperialista europeu que impõem à maioria dos países africanos um capitalismo dependente, que aliado ao modo local de produção, perpetua o dualismo econômico.

Esta pesquisa nasce do entendimento de que as consequências dessa expansão capitalista no continente africano são sentidas e observadas até hoje, apesar das independências de seus países dos europeus. A pobreza das populações do continente, a

¹ Movimento esse que a maioria dos pensadores atribui primeiramente a Europa. Marx apresenta esse movimento como sendo um processo histórico que se operou no final do século XV até meados do XVIII, ou seja, que se deu no interior do regime feudal, sob a égide do Estado absolutista. Na verdade, isso devido que, o modo de produção capitalista implica uma produção mercantil simples bastante ampla, o que envolve intensas atividades comerciais, com uma generalizada utilização de dinheiro como meio de troca. Mas tais condições, necessárias, não são suficientes – para que surja e se desenvolva o modo de produção capitalista, é preciso que se confrontem homens que dispõem de recursos para comprar força de trabalho como mercadoria e homens que só dispõem da sua força de trabalho como a única mercadoria que têm para vender.

degradação das condições de vida que vão se refletir no desenvolvimento econômico e social do continente, em especial Angola que é o foco de análise do presente texto. No caso, a expansão capitalista aterrissa em Angola através de Portugal em 1482.

A presença portuguesa em Angola vai ter participação no seu modo de inserção na divisão internacional do trabalho. No mercantilismo, Angola serviu de local produtor de mão de obra escravizada. Já no período industrial, coincidente com o período colonial, se inseriu na divisão internacional do trabalho como produtor de matérias-primas. E atualmente continua dependendo das receitas de praticamente uma única commodity que gera entre 80 a 90% do produto interno bruto do país. Este modo de inserção na divisão internacional do trabalho tem determinado a condição de vida da sua classe trabalhadora, isto é, a forma como tem se apresentado fenomenicamente o mundo do trabalho em Angola, que tem nos preocupados desde a tenra idade.

Portanto, entendo que, a inserção de Angola na divisão internacional do trabalho, dado os limites que o regime de acumulação e seu respectivo modo de regulação impõem a organização do emprego, especialmente, numa sociedade subdesenvolvida e com suas especificidades históricas determinam a configuração do seu mercado de trabalho contemporâneo cuja a característica básica é a informalidade.

A compreensão do mercado de trabalho angolano e sua dinâmica no momento atual do capitalismo se torna necessária devido as atuais modificações neoliberais sobre a relação capital e trabalho como as observadas na Lei Geral do Trabalho – Lei nº 7/15, de 15 de Junho que é uma reforma trabalhista da lei nº 2/2000 de 11 de Fevereiro, reformas que têm feito parte da nova onda de modificações da relação capital e trabalho. Esta pesquisa é relevante para a compreensão dos elementos históricos que nos permitem analisar a estrutura contemporânea do mercado de trabalho angolano. Justifica-se, para mim, a seleção da regulação trabalhista colonial, como um dos elementos que dão a forma atual do mercado de trabalho angolano devido ao impacto que este teve sobre a população, a segregação causada e o início da criação de um grupo, isto é, de setor privado dependente do Estado.

A este elemento, somam-se a guerra civil que destruiu parte considerável do aparelho produtivo e o fortalecimento do setor petrolífero. Estes compõem recorte de elementos que no meu entender conformam a dinâmica contemporânea do mercado de trabalho angolano que sofre com o fato de o setor petrolífero se tornar elemento dinamizador da economia, mas com pouco impacto sobre a absorção da força de trabalho, transformando o Estado angolano no maior empregador e concentrador da maior parte dos empregos formais, jogando a maior parte da força de trabalho nas atividades informais, isto é, para a

informalidade que se tornou uma forma de estratégia de sobrevivência, acentuando as graves assimetrias socioeconômicas com altos níveis de concentração de renda e altas taxas de desemprego.

A seleção dos elementos supracitados tem como pano de fundo a compreensão de que existe um modo determinado de relações estruturais, um tipo específico de relações entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior. Não se dá exclusivamente pelo fator externo, mas, parte da configuração de classes no âmbito da própria nação dependente entender como se dá a relação de poder entre essas classes e entre a classe dominante e os grupos e forças sociais exógenos. Essa relação intrínseca de dependência estrutural com o elemento externo e ao mesmo tempo com a estrutura de forças internas, permite a dependência (CARDOSO, 1977). Por isso é importante a observação do aspecto histórico-estrutural de uma sociedade, sendo estrutura relações determinadas entre os homens, passíveis de mudança, à medida em que novas alternativas vão se abrindo diante da prática histórica na luta social (política, econômica, cultural) (CARDOSO, 1995).

Somam-se a esse pano fundo a compreensão de Sousa (1980) sobre determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas que segundo ele são “aquelas que ainda não atingiram a maturidade de seu desenvolvimento capitalista, estando compreendida nesse conceito economias de diversos graus de desenvolvimento, desde as que completaram a base técnica para a acumulação de capital, como as que não a fizeram”. Consideramos pertinente este último pela reflexão que nos permite fazer sobre a dinâmica dos salários e dos empregos que tem tudo a ver com a discussão da absorção da força de trabalho em países com um legado colonial como Angola, cuja dinâmica contemporânea do mercado de trabalho passa pela informalidade das relações laborais com consequentes baixos salários. Rodrigues (2003) aponta as particularidades do trabalho assalariado em Angola que levam as populações a procurarem estratégias de sobrevivência e de reprodução.

Deve-se ressaltar as dificuldades surgidas ao longo da pesquisa, principalmente relacionadas a quase inexistência de pesquisas regulares em forma de série histórica que permita uma observação mais clara da realidade do mundo do trabalho em Angola. Com poucas pesquisas domiciliares que podem ser acompanhadas ao longo do tempo. De ressaltar os recentes Inquéritos ao Emprego levados a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e os trabalhos realizados pelo Centro Estudos e Investigação científica

(CEIC) da Universidade Católica de Angola através dos Relatórios Econômicos de Angola (REA).

Como técnicas de pesquisa, foram utilizados livros, artigos, ensaios acadêmicos, monografias, dissertações e teses. E exploramos as parcas bases de dados oficiais do Instituto Nacional de Estatísticas de Angola a saber: Contas Nacionais; Inquérito Integrado sobre o Bem-estar da População (IBEP); Inquérito ao Emprego em Angola; Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014; Relatório sobre o emprego 2015-2016 e os Relatórios Econômicos de Angola produzidos pelo Centro de Estudos da Universidade Católica de Angola.

Este trabalho está dividido em 3 capítulos e as considerações finais, para além desta introdução.

O primeiro capítulo discute os aspectos mais gerais de Angola, apresentando os aspectos que a tornam uma nação atraente, do ponto de vista do capital, isto é, o capítulo aborda sobre a geografia e os recursos naturais dos quais o país é dotado e a composição da sua população. E adentra mais pormenorizadamente nas singularidades do trabalho assalariado em Angola.

O segundo capítulo começa a apresentação do primeiro dos aspectos presentes na formação do mercado de trabalho angolano e sua conseqüente dinâmica contemporânea. O capítulo trata do papel da regulação trabalhista colonial, isto é, apresenta o papel que esta legislação tinha na exploração da força de trabalho nativa angolana durante o período colonial, e mostra como ela dividiu a população com as categorias de classes que criara com a intenção explorar a força de trabalho angolana.

Já o terceiro e último trata dos outros dois aspectos da dinâmica contemporânea do mercado de trabalho angolano, isto é, um aspecto de ordem política que destruiu o aparelho produtivo – a guerra civil. O outro aspecto é de ordem econômica – a consolidação do enclave do petróleo. O setor petrolífero tem grande papel na dinâmica da economia como um todo. O capítulo mostra como a consolidação e dependência da economia angolana associada a guerra civil criaram certos estrangulamentos sobre esta mesma economia que compromete a absorção da força de trabalho tendo como reflexo a gritante desigualdade social e a informalidade.

Por fim a conclusões, que apresentam as principais considerações costuradas na presente dissertação.

1. MERCADO DE TRABALHO EM ANGOLA: considerações gerais

A conformação do mercado de trabalho angolano é fruto de um devir histórico específico com influências visíveis do movimento do sistema capitalista sobre as várias formações sociais espalhadas pelo globo. Esse movimento que segundo Marx (1975) foi inaugurado no século XVI.

Walter Rodney (1975) pontua que antes da África expressar de maneira reveladora a lei do desenvolvimento desigual como se apresenta atualmente, teve seu momento considerado de auge e desenvolvimento, essa discussão é feita pelos historiadores da África antiga, com periodização historiográfica ocidental, com vista a uma melhor compreensão dos posteriores desenvolvimentos do continente.

Rodney, recupera essa discussão e faz uma diferenciação dos diversos modos de produção, isto é, ele mostra como a caracterização de um modo de produção², como um processo reiterado de produção, distribuição, circulação e consumo de bens materiais se dá no seio de uma formação social³ determinada com vista a mostrar como os diferentes modos de produção se entrelaçam nas formações sociais africanas antes do desenvolvimento de contato entre europeus e africanos.

Segundo Rodney (1975), antes da inauguração da “moderna história do capital” como mostrou Marx (1975), o continente africano como um todo tinha como aspecto principal de relações sociais familiares, de parentesco associado ao comunitarismo, em que:

A posição de cada membro dentro da sociedade era definida em relação à sua mãe ou ao seu pai. Em algumas sociedades revelavam os laços maternos, noutros a linguagem paterna. Esses pormenores tinham uma importância fundamental no dia-a-dia dum membro da sociedade africana, pois a terra (principal meio de produção) pertencia a grupos como a família e o clã – o chefe dos quais era responsável pela terra, em nome de todos os parentes, incluindo os anteriores e os nascituros (RODNEY, 1975, p. 54).

Essas formas de relações sociais muito foram discutidas e estudadas por vários estudiosos europeus, “com perspectivas viciadas ou racistas”, segundo Rodney (1975). Perspectivas essas que dificultaram muito o fim de relações sociais famigeradas desenvolvidas na relação entre europeus e africanos: como a escravidão e o colonialismo. Formas de relações

² O conceito de modo de produção não compreende apenas a produção propriamente dita de bens materiais, porém, por igual, sua distribuição, circulação e consumo. O modo de produção constitui uma totalidade orgânica e um processo reiterado de produção, distribuição, circulação e consumo de bens materiais, todas elas fases distintas e, ao mesmo tempo, interpenetradas no fluir de um processo único (GORENDER, 2016, p.23).

³ [...] as formações sociais não se reduzem aos modos de produção. Compõem-se de modos de produção e formas de consciência social e instituições, que os homens criam coletivamente sobre a base do modo de produção. Estrutura (modo de produção) e superestrutura (formas de consciência e instituições) se englobam e articulam em cada formação social (GORENDER, 2016, p. 23).

sociais que com o desenvolvimento do capitalismo como modo de produção dominante globalmente – sem olvidar o aspecto de que capitalismo se entrelaça com outros modos em uma formação social – tiveram que ser eliminadas e criadas outras ou recriadas com roupagens bem perfumadas como uma marcha triunfante do sistema capitalista.

No caso da escravidão, a tese de Eric Williams (2012) mostra que essa instituição, que só pode ser classificada com adjetivos não elogiosos, levada a cabo pelos europeus entre os séculos XVI e XIX, não foi um acidente na história moderna das economias, que não foi apenas um fenômeno vergonhoso na linha temporal da história humana praticados por europeus e superado pelo capitalismo através da livre contratação de trabalho, mas foi antes de tudo uma peça crucial na “chamada acumulação primitiva” que permitiu a inauguração da moderna história dos capital.

Essa acumulação permite o surgimento de um centro hegemônico industrial na Europa a partir do século XV que se consolida no século XVIII, determinando os rumos da economia mundial, enquanto as outras regiões do global foram obrigadas a se curvar diante da dinâmica da expansão deste centro industrial hegemônico. Essa “revolução” nascida na Europa espalhou-se pelo mundo determinando os modos de desenvolvimento econômico dos outros continentes, destruindo diferentes modos de vida material e relações de poder, construindo novas sobre às antigas destruídas (FURTADO, 1983).

A expansão capitalista reviveu mecanismos e formas de dominação de períodos anteriores, como a escravidão⁴. Passou também por um período de colonização que culminou nos processos de independência (no caso africano mais tardiamente, nos anos 60 do século XX). Esses processos de independência se dão no período do imperialismo europeu que impõe a aos países africanos um capitalismo dependente.

⁴ Segundo Rodney (1975, p. 56-57), “na maior parte da Europa, a derrocada do Comunalismo deu lugar a um alargamento da escravatura como a nova forma de mobilização do trabalho. A escravidão prolongou-se na Idade Média europeia servindo a Guerra Santa entre Cristãos e Mouros como desculpa para a escravização do trabalho. A escravatura cedeu o seu lugar à servidão em que o trabalhador, adstrito à gleba, não podia ser vendido ou transferido. A transição do escravagismo para o Feudalismo durou muitos anos e assim era vulgar encontrarem-se escravos nas sociedades feudais. Um número considerável de escravos existiu em vastas regiões da China, Burma e Índia à medida que o Comunitarismo era ultrapassado, mas nenhuma época histórica houve e que a escravatura tenha sido o modo de produção dominante na Ásia. Nas sociedades africanas existiam alguns escravos, mas não existiu o escravagismo. A maior quantidade de escravos encontrava-se no Norte de África ou noutras sociedades muçulmanas, pois nestas sociedades um homem e sua família podiam conservar o estatuto de escravos por várias gerações, apesar de o Feudalismo ser o modo dominante. Por todo o continente africano as formações sociais entendiam que os estrangeiros lhes pertenciam quando prisioneiros de guerra. Numa primeira fase esses prisioneiros tinham um estatuto muito desvantajoso, comparável ao dos escravos, mas depressa esses cativos e os seus descendentes se tornavam membros de pleno direito da sociedade, pois não havia razão nenhuma para a exploração perpétua do homem pelo homem em sistema que não feudal nem capitalista”.

De volta a exposição de Rodney (1975), a expansão do sistema capitalista de produção, em que a oposição entre o proletariado e a burguesia constitui justamente a força motriz, isto é, a mola propulsora do sistema é diferente das sociedades africanas em que as diferenciações mais importantes se dava entre os grupos de idade e de pessoas comuns e líderes religiosos. Essas relações por sua vez, segundo Rodney, não constituíam em si antagonismo de relações de exploração, dominação e humilhação do homem pelo homem, ou seja, antagonismo entre classes como força motriz do desenvolvimento social ainda não se enraizara na véspera dos contatos entre as ditas “civilizações”. Mas o poder familiar e dos velhos já estava em franca deterioração com a introdução de algumas técnicas e com a introdução do manuseio do ferro. Melhorias implementadas nas técnicas agrícolas, assim como na qualidade dos produtos manufaturados, apesar de ínfimas em quantidade, comparada à produção manufatureira europeia da época (RODNEY, 1975).

Esses aspectos acima ressaltados são muito importantes para a compreensão das especificidades da categoria “trabalho”, “salários” e “mercado de trabalho” em África e em Angola em particular. Rodney (1975), já aponta em seu livro alguns aspectos importantes que tecem as relações sociais e de produção na África antes do contato direto com os europeus, mas que estão presentes nas atitudes do agente econômico africano no que concerne a racionalidade capitalista.

Os trabalhos de Paulo Souza (1980) e de Cristina Rodrigues (2003) são muito importantes para a análise da determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas⁵ (SOUZA, 1980) e do trabalho assalariado e as estratégias de sobrevivência e reprodução das famílias em Luanda (RODRIGUES, 2003). A teoria desenvolvida por Souza permite compreender a dinâmica dos salários e do emprego nos países que ele denomina como atrasados, tendo como foco de análise a realidade da América Latina e do Brasil em especial. Já Rodrigues, com seu trabalho em estudos africanos, se preocupa em compreender a realidade africana e angolana em particular.

Souza apresenta uma teoria em que os movimentos da divisão entre organizações capitalistas e não capitalistas são endógenos ao sistema capitalista, ou seja, criados com o processo de acumulação capitalista. Rodrigues (2003), por sua vez, atribui uma importância preponderante aos aspectos da dualidade entre “tradição” e “modernidade” em África.

⁵ Estão inclusos nesta categoria todas as economias “que ainda não atingiram a “maturidade” de seu desenvolvimento capitalista. Estão compreendidas nesse conceito economias de diversos graus de “desenvolvimento”, desde as que completaram a base técnica para a acumulação de capital, como as que não o fizeram (SOUZA, 1980, p. 4).

Organizações não capitalistas e núcleos capitalista em Souza, são vistos, por outro lado, em Rodrigues como tradição e modernidade, com suas diferenciações de entendimento do trabalho assalariado.

A teoria desenvolvida por Paulo Renato Costa Souza é pertinente para o entendimento das economias dependentes como as africanas, apesar de ser escrita para a compreensão da realidade Latino-americana, Brasil em particular. Uma leitura mais atenta da realidade africana e angolana em particular, isto é, da dinâmica salarial e do mercado de trabalho e da geração de renda nos permite concordar com seu ponto de vista sobre essas dinâmicas nesses países atrasados. Essas ideias serão mais bem compreendidas quando colocadas lado a lado com o trabalho de Cristina Uldesman Rodrigues que trata mais especificamente da realidade africana e angolana em particular.

Segundo Souza, “[...] a análise dos problemas do relacionados à força de trabalho deve necessariamente estar restrita aos seus integrantes, ou seja, ao proletariado” (SOUZA, 1980, p. 75). Proletários são as pessoas que, despojados da propriedade dos meios de produção, devem vender sua força de trabalho como o único meio para garantir sua subsistência. Enquanto os outros dois conceitos englobam apenas aos integrantes da força de trabalho que é por sua vez, do ponto de vista de Souza, o conjunto de assalariados nas formas tipicamente capitalistas de organização, mais as pessoas que estão procurando emprego.

Mas, devido às análises sobre esses conceitos em economias atrasadas é importante qualificá-los melhor considerando que estas análises discutem o caráter marginal ou não da grande massa de trabalhadores nas formas não tipicamente capitalistas de produção. Os argumentos são essenciais para análise da acumulação em economias atrasadas. Os pontos são o seguinte:

- Se tal contingente é marginal, sua existência não afeta a dinâmica do sistema e, portanto, a taxa de salários não guarda nenhuma relação com o excedente total de mão de obra.
- Ou se essa massa pode ser entendida como parte do exército industrial de reserva.

As razões que explicam a necessidade de se discutir os argumentos acima são de duas ordens:

- A primeira é uma questão quase empírica tendo em vista que a quantidade de trabalhadores nas formas de organização não capitalista tem condições de vida inferiores aos dos trabalhadores nas formas de organização tipicamente capitalistas. O argumento é parecido ao neoclássico que alega que esse

contingente de trabalhadores não capitalistas cumpririam as funções do exército de reserva e rebaixariam os salários no núcleo capitalista.

- A segunda questão, diz respeito ao fato de a massa de trabalhadores não proletários não se encontrar apenas os que ainda possuem meios de produção.

Tendo em vista as duas ordens de questões postas acima, cabe analisar, portanto, qual o impacto da acumulação capitalista sobre as outras formas de organização da produção e sobre a estrutura do emprego, para isso, alguns conceitos precisam ser esclarecidos como o de espaço econômico:

[...] como sendo o volume de sua (*de um determinado país*) produção de bens e serviços. (*Sendo que*) uma parte desta produção vai ao mercado e outra é elaborada pelas próprias pessoas que a consumirão. A produção para o mercado é realizada por unidades econômicas de diversa natureza, desde empresas tipicamente capitalistas até simples trabalhadores autônomos (SOUZA, 1980, p. 77-78).

A acumulação capitalista só depende de um mercado significativamente amplo como o amplia através de um mecanismo de retroalimentação. Tendo em vista que em uma situação hipotética aonde todo mercado é abastecido por empresas não tipicamente capitalistas a consequência seria, com o passar do tempo, uma inexorável penetração de empresas capitalistas devido ao seu poder econômico e capacidade de dominação, mas que isso não implicaria o desaparecimento completo do espaço econômico da pequena empresa durante o processo de desenvolvimento do capitalismo. Muito pelo contrário, o espaço cresceria em termos absolutos. Em certas atividades, a pequena produção seria destruída pela expansão das empresas capitalistas, diminuindo o espaço econômico (SOUZA, 1980). Mas estas tenderiam a ressurgir nos bairros onde a empresas capitalistas não estão suficientemente implantadas.

Sendo assim,

O núcleo verdadeiramente capitalista de uma economia, no seu movimento de expansão, cria, destrói e recria os espaços econômicos nos quais atua a pequena produção não tipicamente capitalista. É neste sentido, também, que podemos dizer que os espaços econômicos da pequena produção são perfeitamente determinados pelo núcleo capitalista. Isto significa que a pequena produção não tem capacidade de gerar seu próprio espaço econômico numa economia em que o capital já é dominante (SOUZA, 1980, p. 79).

O mercado dos pequenos produtores não tem condições de crescimento autônomo. Sendo sempre absorvidos pela empresa capitalista ao crescer, não se deve considerar, portanto, as formas de organização não tipicamente capitalista como um modo de produção separado, mas se deve levar em conta que o grau de independência da organização não tipicamente capitalista está associado, num dado momento, à dinâmica do capital.

Ao analisar o que acontece com o emprego e com o processo de acumulação, Souza se aproxima do conceito de população econômica ativa que inclui em si tanto empregadores

quanto empregados, assim como aqueles ocupados nas organizações não tipicamente capitalistas, inclusive os que produzem para o autoconsumo.

Com o desenvolvimento do processo de acumulação capitalista, aumenta a participação da empresa capitalista no espaço econômico, e, portanto, no emprego total. A força de trabalho empregada nas formas de organização não tipicamente capitalistas é liberada pela destruição de seu mercado provocada pela penetração capitalista. Essa força de trabalho procura outro meio de subsistir, recriando o seu modo de vida anterior em outro lugar. Há momentos em que esta recriação das condições não é possível, pelo menos imediatamente:

Seja porque o processo de destruição da mesma produção chegou ao extremo da expropriação dos meios de produção, seja porque faltam os conhecimentos suficientes para a mudança de uma atividade à outra. Em tais casos, a destruição da pequena produção significa, imediatamente, a proletarização desta mão-de-obra que deve assalariar-se para ganhar sua subsistência (SOUZA, 1980, p. 81).

Essa mão de obra que é liberada pela pequena produção devido à penetração da empresa capitalista, é absorvida por essa última, assim como absorve o contingente de trabalhadores urbanos. Mas o ritmo da incorporação dependerá do crescimento do produto e da técnica utilizada, tendo em vista que com o desenvolvimento do capitalismo, a concorrência entre capitais diversos levou a concentração cada vez maior com conseqüente aumento da composição orgânica do capital e, portanto, a diminuição da força de trabalho exigida por unidade de produto:

Algumas vezes, em conseqüência do alto ritmo do crescimento da população e do rápido processo de destruição do espaço da pequena produção rural e urbana, ritmo de crescimento da “oferta” de mão-de-obra é tão rápido, que o núcleo capitalista da economia não necessita manter empregado o estoque acumulado de todas as pessoas que sofrem processo de proletarização. Em tais casos, os contingentes liberados ou não absorvidos, lutarão pela subsistência atuando nos espaços reservados à pequena produção mercantil simples. Neste caso, deixam a força de trabalho e passam a fazer parte do emprego não tipicamente capitalista (SOUZA, 1980, p. 82).

Em suma, a maneira como as formas tipicamente capitalistas de organização exercem sua penetração no espaço econômico e marcam sua participação sobre o emprego total depende de leis que são diferentes e não se harmonizam com as leis que marcam a participação das formas não tipicamente capitalistas no emprego total, harmonizam-se unicamente em relação ao fato de que o capital, para a sua reprodução, necessita de força de trabalho suficiente – isto é, uma massa de trabalhadores superior ao mínimo necessário. Podendo a massa restante de trabalhadores, ao não ser absorvido pelo núcleo capitalista, retornar a forma não tipicamente capitalista de produção, dependendo, portanto, a atuação desses retornados ser determinada ainda pelo núcleo capitalista. Quando a relação entre as duas formas for “estável”, a renda

obtida pelos trabalhadores que retornam a forma não tipicamente capitalista se eleva, quando “instável”, a miséria os assola⁶.

Superpopulação relativa faz referência à força de trabalho e:

[...] engloba todas as pessoas que fazem parte da ‘população economicamente ativa’ (PEA), mas que não estão empregados no núcleo verdadeiramente capitalista da economia, incluído, no mesmo, tanto as empresas capitalistas, quanto o serviço público; já o exército industrial de reserva, por seu turno, constitui apenas uma parte da superpopulação relativa: aquela formada pelas pessoas que, num determinado momento, estão realmente mobilizados como autêntica força de trabalho e, portanto, disponíveis para o capital (SOUZA, 1980, p. 84).

A interpretação que Souza (1980) faz, no que concerne ao pensamento de Marx no capítulo XXIII do primeiro livro de O Capital, é a de que é possível fazer uma distinção de dois momentos nesse capítulo, sendo que num primeiro momento, Marx se refere ao processo de acumulação e a necessidade do sistema criar uma reserva de trabalhadores para a sua própria reprodução. O segundo momento, é aquele em que Marx analisa as formas concretas da superpopulação relativa, ou seja, as formas que assumem a população “sobrante”. Esses dois momentos podem se referir a duas óticas, uma primeira como a ótica da acumulação e a segundo como a ótica da força de trabalho. Já o grau de mobilização das pessoas ocupadas nas diversas formas de organização não é homogêneo, pelo contrário, existe um conjunto heterogêneo de pessoas com grau de disponibilidade diferente para inserção na força de trabalho.

Segundo Souza, o conceito de ‘exército industrial de reserva’ seria um conceito ‘qualitativo’ em referência a população excedente, “[...] é preciso que uma parte ao menos da superpopulação tenha a ‘qualidade’ de ser ‘exército industrial de reserva’, porque esta qualidade é requerida para a reprodução do capital” (SOUZA, 1980, p. 85). O capital determina os movimentos espaciais dos trabalhadores ocupados nos diversos setores.

Admitir que é o capital que determina os movimentos espaciais dos trabalhadores ocupados nos diversos setores, tanto na pequena produção quanto no núcleo capitalista, permite entender duas questões importantes sobre o funcionamento do mercado de trabalho em “economias atrasadas”, a primeira é sobre o que o autor considera como sendo um paradoxo “

⁶ Do ponto de vista dos indivíduos envolvidos no processo, os hábitos, costumes e ideologias os faz permanecer em seus espaços, seja o típico trabalhador urbano que mediante os elementos citados, tende a procurar um trabalho assalariado, diferente dos trabalhadores urbanos ou rurais que possuem uma pequena produção, preferem manter e viver de sua produção devido a sua experiência de vida, não desejando assalariar-se. Cogitando o assalariamento em última instância. No caso das atividades agrícolas, o não acesso à terra impossibilita ao trabalhador ocupado nas formas não tipicamente capitalistas a reprodução de sua pequena propriedade, obrigando-o a procurar o mercado de trabalho do núcleo capitalista, quando isso ocorre em zona rural, quando se dá em zona urbana, no caso de as atividades antigamente exercidas por esse trabalhador for penetrada por uma empresa tipicamente capitalista. O movimento observado é a integração no “exército industrial de reserva” quando o pequeno produtor deixa o núcleo capitalista por não ser absorvido nele. E quando a empresa capitalista invade o seu espaço econômico ele é obrigado a voltar ao “exército de trabalhadores ativos” (SOUZA, 1980, p. 83).

a abundância com escassez” e segunda questão é “[...] transformação na estrutura do emprego” (SOUZA, 1980).

Normalmente, nas economias atrasadas, os empresários reclamam da escassez ou falta de mão de obra, com baixa qualificação, inclusive. Para entender essa reclamação é necessário observar a maneira como a força de trabalho é incorporada pelo sistema econômico. O argumento do autor é que quando o capital faz o movimento no sentido de destruir a pequena produção absorve, a princípio, parte da mão de obra advinda dessa destruição, deixando a outra parte vagando pelos centros urbanos e não tendo necessidade de manter sempre mobilizada a mão de obra que passou por alguma proletarização. A mão de obra não absorvida pela organização capitalista, volta a organizar-se em alguma forma de atividade não capitalista, ou seja, a pequena produção, se o núcleo capitalista precisar dessa mão de obra, terá de ocupar esse espaço econômico ocupado agora pela pequena produção com vista a lançar essa força de trabalho à necessidade do assalariamento.

A superabundância, do ponto de vista do sistema como um todo, quer dizer que existe uma “ilimitada disponibilidade de força de trabalho imediata”:

Ao contrário, em algumas conjunturas em que a demanda por mão de obra se acelera mais do que o ritmo “normal” ou em que aumentam conjunturalmente as necessidades de mão de obra nas zonas rurais (coincidência de ciclos agrícolas devido a alterações climáticas, por exemplo, fazendo superpor-se diversas épocas de colheita), produz-se verdadeira “escassez” no mercado de trabalho urbano durante períodos determinados (SOUZA, 1980, p. 87-88).

A segunda questão importante sobre o funcionamento do mercado de trabalho em “economias atrasadas” tem a ver com o “movimento dos salários associados às transformações na estrutura do emprego”. O mecanismo que atrai os trabalhadores das formas não capitalistas de produção para o núcleo capitalista não são os diferenciais de renda entre as diferentes formas de organização, mas o fato de que “[...] os trabalhadores que se incorporam ao exército de proletários não têm outra alternativa, no momento em que o fazem (seu “ custo de oportunidade” é zero, para falar em termos neoclássicos) ” (SOUZA, 1980, p. 88). Mas, apesar disso:

Quando se verificam as situações de verdadeira escassez de mão de obra no mercado (por aceleração da demanda a ritmo superior ao fluxo de oferta) é possível, e até mesmo normal, que os salários se elevem, dado que os capitalistas disputam a mão de obra disponível. Isso não significa, entretanto, que seja o aumento de salários o mecanismo usado para atrair mais gente, ocupada em outras formas de organização. O equilíbrio dinâmico entre os fluxos é restabelecido por outras vias, seja porque a economia capitalista ao se expandir muito rapidamente destrói mais violentamente o emprego em outras formas de organização, seja porque o ritmo de crescimento da demanda por mão de obra diminui por efeito de alguma reversão cíclica, ou ainda porque o sistema usa a coação para aumentar a oferta de trabalhadores. Restabelecido o equilíbrio entre os “fluxos”, o sistema recobra margem de liberdade para a fixação da taxa de salários (SOUZA, 1980, p. 88-89).

A existência ou não de um vínculo entre o nível da taxa de salários e os rendimentos que as pessoas obtêm através de suas ocupações em atividades não especificamente capitalistas é uma questão que sempre volta, na medida em que se adota uma explicação da determinação dos salários totalmente endógena ao núcleo capitalista da economia. Sendo que este não seria um problema nas explicações neoclássicas sobre a determinação dos salários visto que:

A taxa de salários na economia capitalista seria determinada pelas rendas que os ocupados obtêm em outros tipos de organização, estabelecendo-se a fortiori, a relação entre o nível de ambas remunerações. A taxa de salários, portanto, deveria situar-se sempre levemente acima da renda não capitalista, acompanhando todos os seus movimentos (SOUZA, 1980, p. 91).

Não existe essa relação entre salários e rendas porque, do ponto de vista do processo de acumulação capitalista, não são os diferenciais de rendas que determinam os movimentos da mão de obra entre as diferentes atividades e regiões. Esses movimentos da mão de obra são determinados dentro do núcleo capitalista que ao se expandir acaba atingindo, destruindo e recriando os espaços econômicos da pequena produção, obrigando aos ocupados nesta última a criarem estratégias de sobrevivência que terminam no assalariamento duradouro ou temporário.

Do ponto de vista da pequena produção, não há razão para se supor que sua renda tenha alguma relação com os salários, tendo em vista que os ocupados nela,

“[...]estão suficientemente distanciados do mercado de trabalho para que exista qualquer relação. Em outras atividades, porém, os próprios ocupados têm no trabalho assalariado uma alternativa para os eventuais e frequentes fracassos econômicos” (SOUZA, 1980, p. 93).

A taxa de salários serve como “farol” que “orienta algumas das rendas não capitalistas da economia”⁷. As atividades desenvolvidas pela pequena produção apresentam um elevado “grau de facilidades” de novos “produtores” tendo em vista o que a expansão do núcleo capitalista e sua ação sobre a pequena produção, explicando, portanto, os baixos rendimentos dos seus trabalhadores como:

[...] uma inadequada relação entre o tamanho do espaço econômico no qual atuam e sua dimensão ocupacional. A condição essencial para que o produto seja a variável de ajuste entre as duas dimensões, é o grau de facilidade de entrada de novos produtores nas diversas atividades não tipicamente capitalistas. Este grau, contudo, não é o mesmo para todas essas atividades (SOUZA, 1980, p. 93).

Tendo em vista o espaço econômico ocupado pela pequena produção e a sua dimensão ocupacional, o Souza (1980) constrói uma tipologia das organizações não tipicamente capitalista, observando a América Latina do século XX, inspirado nas análises de Marx. As

⁷ “Nesse sentido, o pequeno produtor, o pequeno produtor, o biscateiro etc., modificam os preços cobrados pelos seus serviços como reação a uma mudança na taxa de salários. Jamais o inverso, ou seja, nunca a economia caoitalista modificará sua taxa de salarios porque os biscateiros reajustaram o preço de seus serviços. Os camponeses pobres, por seu lado, não conseguem sequer fixar os preços de seus produtos, estabelecidos pelo capital na intermediação e comercialização da produção” (SOUZA, 1980, p. 94).

especificidades das “formas da pequena produção” determinam as rendas auferidas pelos seus ocupados. Essas organizações não tipicamente capitalistas compõem-se de várias situações, que são muito diferenciadas, desde o próprio trabalhador em si e as pequenas empresas.

A heterogeneidade destas organizações é muito importante para a determinação da renda dos ocupados nas mesmas. Assim, Souza, agrupa essas organizações em dois grandes grupos: as organizações sem assalariamento permanente e as que ele denomina de quase-empresas. Nas organizações sem assalariamento permanente este é eventual sendo sua forma fenomênica a) as empresas familiares, b) os trabalhadores por conta própria subordinados, c) os pequenos vendedores de serviços e d) os serviços domésticos. As quase empresa utilizam permanentemente o trabalho assalariado, mas, não tendendo a prevalecer as relações laborais formalizadas.

Carlos Lopes (2014), descreve uma tipologia com características muito semelhantes às de Souza. Ele insere essas organizações nas discussões sobre Economia Informal ao analisar a realidade de Angola. Seu estudo parte do momento em que se começou a criar um mercado de trabalho que atendesse às regras do jogo capitalista de produção – que ocorre no final do período colonial, isso por volta da segunda metade do século XIX como mostra Rodrigues (2003).

Para Lopes (2014), essas organizações com assalariamento não permanente que se inserem na Economia Informal, estão divididos em quatro grupos de atividades – as organizações cujas atividades se inserem dentro da economia informal de subsistência, em seguida são as organizações cujas atividades seriam praticadas dentro economia informal tradicional, o terceiro tipo é a economia informal de sobrevivência e por último a economia informal de rendimento que seria na linguagem de Souza, uma quase-empresa.

As atividades praticadas dentro da economia informal de subsistência que são aquelas atividades de produção e troca de bens e serviços realizadas no quadro da economia familiar, com finalidades de autoconsumo ou no âmbito das relações de reciprocidade e de solidariedade familiar e de vizinhança.

As atividades que se dão dentro da economia informal tradicional aglutinavam, no período colonial, desde atividades já parcialmente praticadas de forma informal, em espaços econômicos bem delimitados – atividades como as dos engraxadores, escultores e comerciantes de artesanato – as atividades que são associadas aos ofícios e à relação laboral mestre-aprendiz (carpinteiros, alfaiates, mecânicos, entre outros).

Na economia informal de sobrevivência são praticadas atividades orientadas para a produção de bens e a prestação de serviços, nomeadamente o micro e o pequeno comércio

varejista, os serviços de reparação e manutenção, os serviços financeiros, os serviços pessoais e os serviços associados ao lazer e entretenimento.

Já as atividades que se encontram na economia informal de rendimento – atividades orientadas para a geração de rendimentos, com finalidades de prover a satisfação das necessidades dos agregados familiares, mas também de permitir a acumulação de riqueza e de capital. Estão aqui as atividades mais rentáveis da economia informal que inclui o comércio varejista e atacado, o armazenamento, o transporte, a construção e a prestação de alguns tipos de serviços, práticas especulativas ou à exploração de rendas de oportunidade, e o comércio ilegal de divisas.

Algumas características naturais, isto é, em termo de características geográficas e físicas do território angolano, são *sui generes*, assim como a história do seu povo, da sua constituição como nação e número de pessoas e povos que constituem o território atual de Angola, são importantes de serem ressaltadas. Tendo em vista isso, a próxima seção abordará essas características para assim avançarmos na abordagem sobre as singularidades do trabalho assalariado.

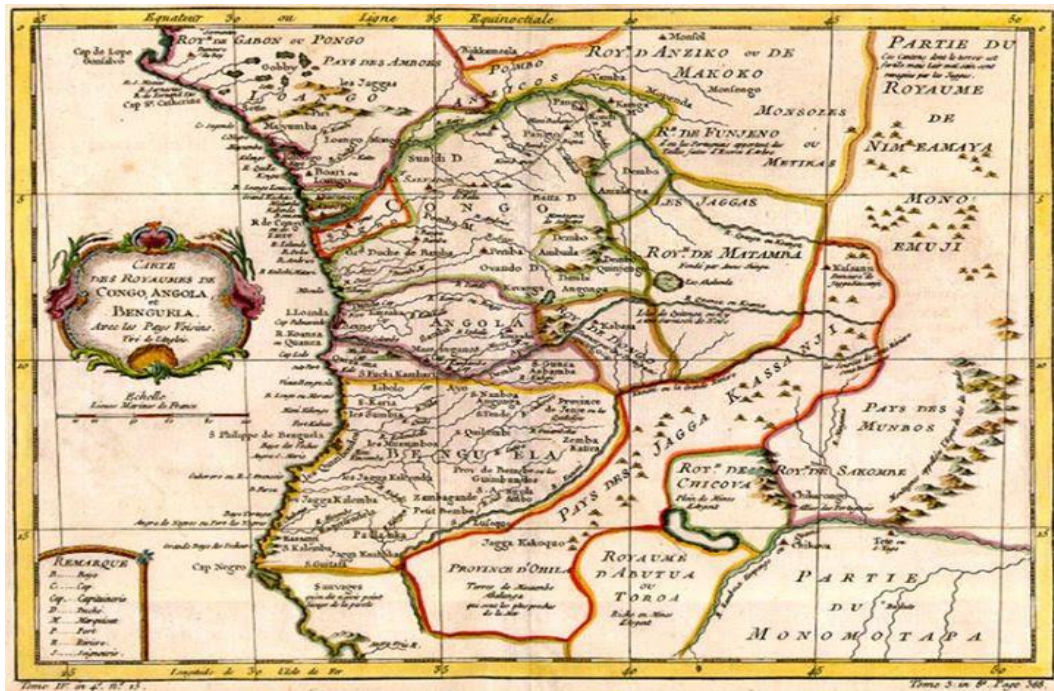
1.1 Angola: geografia, recursos naturais, população e composição étnica

Angola é uma nação jovem, gestada na luta. É um Estado-nação constituído por vários povos e línguas, de origens Bantu na sua maioria, e também por alguns outros povos que já habitavam o território antes das migrações Bantu, como os Khoisan e os Bosquimanes. O nome Angola é um aportuguesamento do nome do rei do Reino do Ndongo – Ngola. O território angolano atual foi fruto de negociações entre os colonizadores portugueses e belgas no final do século XIX.

Desde a chegada de Paulo Dias de Novais na foz do Rio Zaire em 1482 até a independência de Angola em 1975 foram 493 anos. Desses anos, certamente nem todos foram de saque e pilhagem, mas também de negociação, acomodação e resistência por parte dos angolanos.

A história de Angola é também a da unificação de vários povos em um único território com fronteiras determinadas externamente, principalmente com a Conferência de Berlin no final do século XIX. O mapa 1 abaixo mostra o território antes da Conferência de Berlin.

Mapa 1 – Território angolano antes da divisão na Conferência de Berlim



Fonte: <http://www.mundamba.com/2015/06/angola-antiga-e-a-varias-velocidades.html>

Angola encontra-se na África Ocidental, no hemisfério sul, aproximadamente entre os paralelos 4° e 18° Sul, variando a longitude entre os meridianos 12° e 24° Este. O território tem 1.246.700 km² de superfície, com a configuração aproximadamente de um quadrilátero, tendo a norte, um pouco afastado, o enclave de Cabinda⁸, com 7.270 km² (0,6 % da área total).

Mapa 2 – Localização de Angola no Mapa Mundi.



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Angola on the globe \(Zambia centered\).svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Angola on the globe (Zambia centered).svg)

⁸ O enclave de Cabinda é parte integrante do território de Angola e estende-se por uma faixa de território (República Democrática do Congo), com cerca de 60 km de largura e pelo rio Congo.

É banhada pelo Oceano Atlântico a oeste ao longo de 1.650 km. A fronteira terrestre estende-se por 4.837 km. A província de Canindé confina com o Congo-Brazaville, a norte, por 168 km, e com a República Democrática do Congo, a leste, por 210 km; o território principal é limitado a norte e na metade norte da fronteira leste pela República Democrática do Congo, numa extensão de 2.185 km. O resto da fronteira leste de 1010km, até ao canto sudeste do território, é partilhado com a Zâmbia. A fronteira sul, com 1.264 km, é totalmente feita com a Namíbia. As distâncias máximas do país no sentido dos meridianos e dos paralelos são aproximadas: 1.277 km de norte a sul e 1.263 km de oeste para este (ATLAS, 2013).

No que concerne ao clima, o território angolano encontra-se sujeito aos movimentos atmosféricos próprios da zona equatorial de monção, apresentando duas estações climáticas bem distintas: a estação chuvosa que normalmente é húmida e quente, vai de setembro a abril e a estação fria e seca vai de maio a setembro, é conhecida em Angola como cacimbo (ZAU, 2002). As temperaturas variam entre 18° e 25°C, sendo as mais altas no Norte do país, com temperatura médias de 25° e a parte Sul apresenta temperaturas em torno de 21°. Esta diversidade de temperatura em Angola é explicada pela Corrente Fria de Benguela que passa na costa sul (FITTUNI, 1985).

1.1.1. Recursos Naturais

Angola é um país com uma vasta gama de recursos naturais que constituem a sua riqueza como território dotado pela própria natureza. Desde recursos hídricos, que providenciam o manancial de água para sua população à recursos florestais com grande valor econômico.

O curso dos rios de Angola são condicionados pelas particularidades do seu relevo. Eles nascem em zonas de montanhas e descem para as mais baixas, apresentando quatro vertentes de escoamento: a vertente do Congo – a norte, a vertente do Zambeze – a este e sudeste, a vertente do Kubango – a sul e a vertente atlântica em direção ao leste.

Existem cursos de água de alimentação regular, rios cujo caudal varia com as estações (das chuvas e do cacimbo) e rios intermitentes⁹. A maioria dos rios, que corre em Angola, é intermitente. De entre os cursos de água de alimentação constante, destaca-se o rio Zaire, de regime equatorial, localizado na zona de chuvas permanentes.

⁹ Rios intermitentes ou temporários são aqueles que durante o período chuvoso escorre água no seu curso, desaparecendo essa água, temporariamente, durante o período de estiagem.

Os rios da vertente de escoamento no Cubango correm nas regiões secas e são temporários ou intermitentes. Com exceção do rio Zaire, maior parte dos rios de Angola não são favoráveis para navegação, porém, constituem-se, num incalculável potencial como fontes de energia. Destacam-se, de entre os mais importantes: na fronteira Norte, o Zaire que, apenas numa parte do seu curso corre em Angola; o Kwanza, com uma extensão navegável de 960 Km, corre de norte e, posteriormente, para oeste, em direção ao Atlântico; o Cunene que, do Planalto Central, corre para a fronteira sul, numa extensão navegável de 200 Km; o Cubango, com 975 Km, avança em direção à República da Namíbia; e o Keve, que segue no sentido leste/oeste (ZAU, 2002).

Estes rios são elementos importantes para o desenvolvimento de Angola na medida em que se tornam fontes de águas potável para a população, permitem a irrigação de explorações agrícolas, assim como permitem a construção de barragens que produzem a energia elétrica e permitem também o transporte de pessoa e mercadorias através dos seus cursos. Sobre os rios de Angola se encontram barragens com finalidade hidroelétrica que estão em atividade como a barragem Cabaça instalada no Rio Kwanza, na província do Kwanza Sul, barragem da Matala, instala do rio Cunene na província do Cunene. Existem algumas barragens em reabilitação como a Luachimo no rio Zaire, na Lunda Norte.

Existem em Angola todas as principais espécies de vegetação própria da África Tropical, desde florestas tropicais húmida até aos desertos e semidesertos, as savanas, constituem, porém, o tipo de floresta mais abundante em Angola. Dessa vegetação, encontramos a floresta do Mayombe, na província de Cabinda, no norte do país. Do ponto de vista econômico, pode-se encontrar madeiras de alto valor como o pau-preto, ébano, sândalo e o pau-raro.

A fauna angolana é rica e variada, possuindo espécies raras com a palanca negra e muitas outras espécies de herbívoros como elefantes, hipopótamos, rinocerontes, girafas, gazelas e zebras. Da família dos carnívoros existem leões e leopardos.

Do ponto de vista das riquezas minerais, Angola possui uma estrutura geológica abundante em jazidas de diversos minérios. Possui uma vasta gama de minérios de metais ferrosos, não-ferrosos e raros, como ferro, manganês, cobre, zinco, chumbo, uranio, ouro e mica. E as suas rochas sedimentares do litoral abrigam grandes reservatórios subterrâneos de petróleo, gás natural, libelites e linhites, asfalto natural e fosforites. E possui ainda riquíssimos terrenos diamantíferos.

O petróleo, que constitui hoje a maior fonte de receita do Estado angolano, não era explorado em Angola até o final da Segunda Guerra Mundial. A exploração petrolífera em

Angola começou em 1956, com a descoberta das primeiras jazidas de Luanda com profundidade entre 1500 e 1700m. Expandiu-se a exploração petrolífera com a criação da SONANGOL, no governo de Agostinho Neto. A exploração é feita atualmente por várias empresas petrolíferas estrangeiras sob a supervisão da SONANGOL, se dando principalmente em Cabinda, no Soyo e na Kissama. Outro minério de maior importância para a economia angolana é o diamante, possuindo Angola um dos maiores terrenos diamantíferos do mundo. A maior parte da produção de diamante do país é proveniente do nordeste angolano.

Diferente do petróleo, as primeiras descobertas de diamante em Angola sucederam em 1912 na região nordeste do país, e 5 anos depois se instituiu a Diamang, um consórcio de capitais português, americano, belgo, inglês e sul-africano, tendo o monopólio da exploração diamantífera até a independência em 1975. A exploração petrolífera e a diamantífera têm sido o maior financiador da economia angolana hodiernamente, tanto que oscilações no mercado internacional, no que concerne ao preço do barril do petróleo, tem impacto sobre as receitas do Estado angolano. Estes movimentos reverberam-se, por sua vez, sobre a população do país. Por isso é necessário compreender a composição da população angolana, que tem a história marcada por escravidão, ocupação territorial, colonialismo e guerra civil.

1.1.2. População e composição étnica

A população angolana, que através dela se pode falar em recursos humanos, só começou a ser oficialmente registrada no censo de 1943 realizado pelo governo ultramarino português. Não compõem riqueza de uma nação somente o petróleo ou os metais preciosos, mas, também a sua população que fornecem a força de trabalho que movimenta os meios existentes, compondo e revolucionando as chamadas forças produtivas. Adam Smith, constatou a importância da força de trabalho na constituição e progresso da riqueza das nações em sua *Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* publicado em 1776. Nesse sentido que é importante compreender a caracterização demográfica de Angola e sua consequente composição étnica.

No primeiro esforço levado a cabo pelo colonizador português, temos registro de que viviam em Angola 3.738.000 habitantes, dos quais 98% (3.666.000) eram nativos, 1% (44.000) eram europeus e o restante eram mestiços (28.000). Em 1978 o número de habitantes salta para 6.769.000, 2 anos depois alcança a cifra de 7.078.000, chegando a 10.609.000 de habitantes em 1992, com uma estimativa de crescimento médio anual de 2,9% (MENEZES, 1996).

Com o final da Segunda Guerra Mundial, os olhares de Portugal voltam-se para Angola com vista a consolidar a economia de mercado nesta como afirma Ferreira (1985), com isso, a população europeia salta de 1% em 1943 para 5% no final dos anos 1970, isto é, dos últimos anos da colonização. Em 1980, a idade média da população angolana era de 18 anos e 45% da população tinha idade inferior a 15 e somente 4% superavam a marca dos 60, dando ao país uma característica essencialmente jovem. Estes números foram agravando-se com o acirramento da guerra civil, com sua consequente restrição econômica.

O segundo esforço de contagem da população, nos padrões modernos, se deu por parte do Estado angolano, com a realização do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola (RGPHA) em 2014.

Segundo o RGPHA, a população residente em Angola era de 25.789.024, composta maioritariamente por mulheres que representam 52%, representando os homens 48% da população residente. No começo dos anos 1990, quando do conflito armado, a população urbana rondava os 25%, em comparação a zona rural. O RGPHA mostra uma realidade diferente em 2014, o percentual de habitantes em zonas urbanas vai para 62,6%¹⁰ do total dos residentes em Angola, como mostra a tabela 1 abaixo. Este fenômeno terá impacto sobre a dinâmica do mercado de trabalho, principalmente através da demanda cada vez maior de novos serviços e mais empregos decentes que não encontrarão igual oferta tanto do setor privado quanto do Estado angolano (mesmo concentrando a maior parte dos empregos formais).

Esta transformação no espaço geográfico, com aumento da população urbana, impactará o mercado de trabalho ao tornar-se uma força centrípeta como já apontou o estudo de Mario Adauta (1998) realizado nos anos 90 do século XX:

O inchaço urbano decorrente da atração que as expectativas sobre o modelo (de desenvolvimento) exerceram no meio rural acabou por contribuir para a sua própria falência e em vez de ter funcionado como um tampão ao inusitado e prejudicial êxodo rural, pelo contrário constitui-se numa força centrípeta dum setor de serviços (comércio de bairro e de rua, transportes urbanos, restauração e intermediação financeira) desenquadrado do processo normal de crescimento econômico (ADAUTA, 1998, apud ROCHA, 2014p. 4)

¹⁰ Algumas questões sobre a produção de dados estatísticas em Angola estão explanadas na seção 2.3, que pode ajudar a explicar essa mudança na aferição da posição domiciliar da população angolana, isto é, o avanço avassalador apontado no Censo Populacional de 2014.

Tabela 1 – População residente por sexo, Angola, 2014.

País	Total		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Angola	25.789.024	100	12.499.041	48	13.289.983	52
Urbana	16.153.987,00	62,6	7.860.614	48,52	8.293.373	51,33
Rural	9.635.037	37,4	4.638.427	48,14	4.996.610	51,85

Fonte: CENSO, 2014.

A maior parte da população, isto é, 72% encontra-se concentrada em 7 províncias, das 18 que compõem Angola. Dessas províncias, 5 encontram-se na região sul do país, com 10.059.909 habitantes. A capital (Luanda) é a mais populosa com 27% do total da população residente¹¹. Huila, Benguela e Huambo, são províncias com grandes aglomerados populacionais, com 10%, 9% e 8% respectivamente. Em 1980, Huambo e Bié juntos concentravam 40% da população, com uma densidade populacional de 24 habitantes por quilômetros quadrados, enquanto Luanda tinha uma densidade de 16,6 (MENEZES, 1996). Em 2014, a densidade populacional de Angola é de 20,7 pessoas por quilômetros quadrados, estando Luanda acima da média com 368 habitantes km². Benguela e Huambo também acima da média com 70 e 59 habitantes km² respectivamente.

A estrutura etária da população indica uma pirâmide com uma base larga e um topo muito estreito, apontando para uma característica que já vem desde o final do período colonial que foi se acentuando com a guerra civil finda em 2002. A população dos 0 aos 14 anos representa 47% da população residente, e a população que compõe a força de trabalho, isto é, dos 15 aos 64 anos de idade, constitui 50,4% da população residente, refletindo assim uma população jovem, com os idosos representando apenas 2%, como mostra a tabela 2.

¹¹ A caracterização da população economicamente ativa, isto é, da força de trabalho é desenvolvida na seção 3.3.1 deste texto.

Tabela 2 – População por grupos etários e por sexo, Angola, 2014.

	Total		Homens		Mulheres	
	N	%	N	%	N	%
Grupos etários	25.789.024	100	12.499.041	100	13.289.983	100
0-14 anos	12.196.496	47,3	6.051.650	48,4	6.144.846	46,2
15-24 anos	4.684.938	18,2	2.243.399	17,9	2.441.539	18,4
25-64	8.295.160	32,2	3.938.886	31,5	4.356.274	32,8
65 ou +	612.430	2,4	265.106	2,1	347.325	2,6

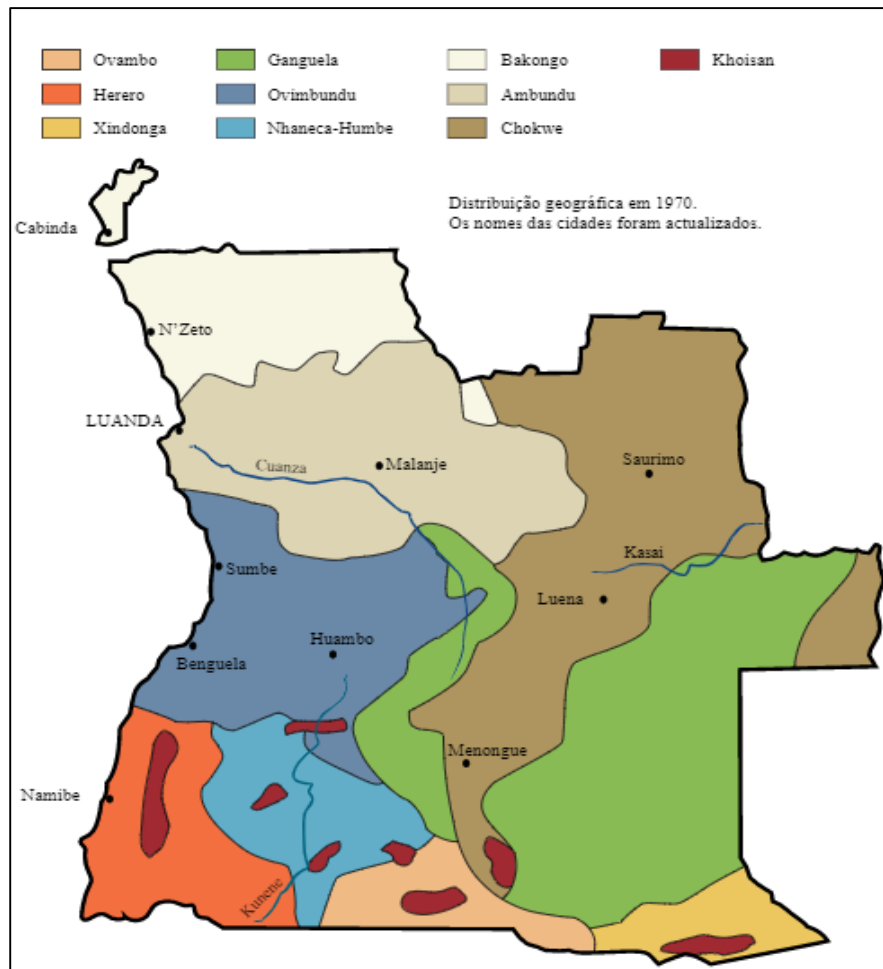
Fonte: CENSO, 2014.

A população angolana é diversificada etnicamente, com muitos povos habitando o território e que precisaram forjar um Estado-nação em meio a colonização portuguesa, constituindo, portanto, uma diversidade cultural. Quando ocorrem os levantes pró-independência, algumas etnias de Angola compõem grupos políticos, como o MPLA que vai ser praticamente composto por Ambundu, a UNITA formado e tendo maior adesão dos Ovimbundu, a FNLA de maioria Bakongo.

Os atuais habitantes de Angola são maioritariamente de origem “Bantu”, termo sugerido por um linguista alemão (Wilhelm Bleek) em 1856 para designar um grupo de povos em cujas línguas, a desinência “ntu” significa “homem”, sendo “muntu” referente a “homem”, e “bantu”, referente a “homens”. A população angolana de hoje e sua consequente diversidade étnico cultural é resultado das migrações dos povos bantu que começaram a chegar em Angola por volta do século XIII, vindo provavelmente de onde é hoje o território constituído pela Nigéria e os Camarões (FITTUNI, 1985).

Em Angola vivem também os povos Khoisan e Bosquimanes que foram empurrados para o sul pelos Bantu durante o seu processo migratório. Os povos Bantu de Angola abrangem entre 90 a 100 grupos etno-linguísticos e dividem-se em 9 grandes grupos, a saber: os Bakongo, Ambundu, Ovimbundu, Chokwe, Nganguela, Nhaneca-Humbe, Ovambu, Herero e Xindonga. O mapa 3 mostra a distribuição dos Bantu e dos Khoisan pelo território angolano.

Mapa 3 – Distribuição geográfica dos grupos étnicos de Angola.



Fonte: ATLAS, 2013, p. 26.

Os Ovimbundu constituem-se no maior grupo étnico de Angola, segundo o RGPHA, 23% da população angolana fala o Umbundu, isto é, língua deste grupo. Eles encontram-se na região centro-sul. Eles eram grandes agricultores, possuindo importantes técnicas agrícolas que foram sendo substituídas, ao longo do século XX, pelo comércio. Os Ovimbundu sofrem o impacto da ocupação portuguesa no início do século XX. Constituíam vários “reinos”, sendo o maior o do Bailundo. Seus reis tinham a função de manter contato com o mundo dos espíritos, assim como manter relações com outros povos e a justiça no reino. A UNITA foi formada por angolanos maioritariamente de origem Ovimbundu.

Os Ambundu, que falam a língua kimbundu, constituem-se no segundo maior grupo e habitam grande parte do país, ocupando uma área que do oceano Atlântico ao rio Cuango. Tradicionalmente eram agricultores e foram os primeiros a começar o cultivo do arroz e a produzir café para a exportação. Constituem grande parte da população da capital (Luanda) e sofreram grande impacto da colonização, principalmente com o processo de assimilação

encetado pelo Estatuto do Indigenato de 1926. Dos partidos que se constituíram em Angola, com vista a independência, o maior deles (MPLA) era constituído em grande parte por indivíduos de origem Ambundu.

Os Bakongo encontram-se distribuídos entre as províncias de Cabinda, Uíge e Zaire, na região norte de Angola. Constituem o terceiro maior grupo, são agricultores e produziam o café em grande escala. Foram os primeiros a ter contato com os portugueses quando estes atracaram na foz do rio Zaire no século XVI. Durante o período colonial, indivíduos de origem Bakongo formaram a FNLA, assim como os Ambundu o MPLA e os Ovimbundu a UNITA.

Estes três grupos, constituem os maiores, com seus hábitos e costumes. Os Ovimbundu e os Ambundu somados constituem a maior população de Angola, em torno de 60%. Estes três como os outros grupos constituem a tessitura demográfica de Angola que se mostra, portanto, plural em muitos aspectos, na forma da produção e nos aspectos voltados ao social. Estes povos, constituíam uma formação social própria penetradas pelo modo de produção capitalista que se tornou o modo dominante. Essas relação singulares entre estes povos foi relevante na relação com o colonizador, assim como também foi determinando durante o conflito armado.

1.2 As singularidades do trabalho assalariado em Angola

Cristine Uldesmann Rodrigues (2003), ao analisar o trabalho assalariado em África, Angola em particular, faz o seu enquadramento teórico e metodológico na dicotomia tradição e modernidade, porque para ela, “[...] o impacto da economia de mercado nas sociedades não ocidentais é substancial na medida em que pressupõe uma confrontação, muitas vezes violenta, de lógicas econômicas e sociais” (RODRIGUES, 2003, p. 61).

Rodrigues enriquece o debate sobre os fenômenos econômicos que se mostram mais relutantes em “economias atrasadas” através de uma maior consideração sobre aspectos sociológicos e culturais da realidade africana e angolana em particular com vista compreender a dinâmica e as especificidades do mercado de trabalho angolano. Para isso ela observa como se desdobra a relação entre trabalho assalariado e estratégias de sobrevivência e reprodução de famílias em Luanda, a capital de Angola, qual a do trabalho assalariado na construção de identidades sociais, com o objetivo de compreender a dinâmica nessa cidade quando vista do ponto de vista do assalariamento.

Duas questões que o trabalho de Rodrigues procura responder, advindo dessa “confrontação de lógicas econômicas e sociais”, por que, “[...] na maior parte das vezes os salários auferidos pelos trabalhadores através de uma atividade assalariada não são suficientes para garantir a sobrevivência e a reprodução das famílias” (RODIGUES, 2003, p. 4). Essa questão suscitou a ela a busca por um entendimento de como as determinadas famílias lidam com o rendimento que têm acesso ao estarem vinculados a um emprego formal, e qual a importância que este rendimento adquire para a sobrevivência familiar¹². A segunda questão é a importância que o salário adquire, em termos sociais. Este salário insuficiente, é sempre complementado por outras rendas, possibilita ao seu detentor uma posição social privilegiada. Daí ela pensar no trabalho assalariado como fator de valorização social dos agentes econômicos em Luanda.

Para Rodrigues, os processos de transformação que o continente africano tem passado e Angola em particular, não estão dissociados do grande movimento do capital, ao longo dos últimos 500 anos. Ela entende que a modernidade¹³ que é justamente a expansão do sistema capitalista ao longo do globo, tende a uniformizar vários aspectos da vida social. Ela ressalta os aspectos da tradição africana como sendo importantes para se pensar o impacto da modernidade. “Tradição africana” entendida aqui não como um esforço civilizador como pretendeu e o executou o mundo ocidental, não o “tradicional” da invenção eurocêntrica, tendo em vista a dificuldade de se determinar aonde termina o tradicional e começa o moderno. Nem se pensa o tradicional como um “bloqueio ao moderno”, mas como elementos que permitem observar uma originalidade na imbricação entre os diversos campos da vida social africana. Como frisa Rodrigues:

O entendimento do “tradicional” africano apoia-se, portanto, em algumas ideias chave que convém mais uma vez colocar em evidência: a importância das relações pessoais e da espiritualidade, como elementos centrais e gerais do *habitus* que se encontram imbricados com os restantes campos sociais e econômicos, adaptam-se e transformam-se em tempos e em contextos diferentes e, na maior parte dos casos, verifica-se a simultaneidade das estruturas “tradicionais” e “modernas”. A sociedade africana original – as estruturas sociais antigas – sofreu, ao longo dos séculos, alterações provocadas pelas explorações, pela escravatura, pela colonização e atualmente pela intensificação das trocas com o exterior e pela rapidez da evolução econômica e social (RODRIGUES, 2003, p. 23).

¹² A título de comparação, Malaguti (2000), observa este fenômeno também no Brasil, ao mostrar que alguns trabalhadores de setores formais da economia fomentam do outro lado o setor informal com sua renda obtida na atividade formal.

¹³ Que segundo Rodrigues, também designada por globalização, é “uma tendência mundial no que diz respeito às mais variadas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais. Estes processos que concorrem para uma espécie de uniformização destas dimensões a escala planetária, resultam essencialmente da intensificação das trocas em nível mundial – especialmente das trocas em termos de comunicação e de informação, às trocas econômicas – influenciando-se mutuamente níveis mundiais e locais, mas adquirindo o paradigma global preponderante em termos de tendência homogeneizador” (Rodrigues, 2003, p. 15).

O aspecto relacionado às relações pessoais são fatores importantes para a compreensão das práticas e ideologias relacionados ao trabalho assalariado e a dinâmica do mercado trabalho em África, isto é, para a compreensão das solidariedades sociais que no jargão econômico é conhecido como “informalidade”. O trabalho assalariado em África, apresentará, portanto, uma característica importante, que são as relações interpessoais que permite uma percepção diferenciada da categoria salário ou pelo menos da sua função social.

Ainda segundo Rodrigues (2003), os processos de articulação entre o tradicional e o moderno não são novos, e que a proletarização do trabalhador africano começou a tomar os contornos atuais a partir do final do período colonial.

As especificações ou especificidades que são vistas, no que concerne ao trabalho assalariado, na realidade africana, do qual Angola está inserida, não são geradas simplesmente devido às características sociais que a autora aponta, assim como já frisamos mais acima neste capítulo – as exigências do modo de produção capitalista quando se torna predominante em uma determinada formação social.

O dualismo observado, nos diversos níveis da sociedade, economia, política, ética cultura, no próprio regime salarial africano, angolano em particular, são influenciados em conjunto pelo movimento do próprio modo de produção capitalista. Ao estudarmos a relação salarial colonial em Angola – como será visto no capítulo a seguir – essa influência será observada, quando apresentaremos a questão da legislação colonial, principalmente com o Estatuto do Indigenato que instituiu o Trabalho Forçado nas colônias de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

O fomento a relação laboral capitalista em Angola, isto é, não nos marcos da Escravidão que estava submetido à população angolana pelo menos até 1836 quando Sá da Bandeira proibiu a exportação de pessoas, começou no período colonial. Anterior a isso, as relações eram de exploração e apropriação das terras para o desenvolvimento da metrópole portuguesa. Esse fomento ainda era pensado em relação ao trabalhador português que morava na colônia, enquanto para o “indígena” restava o Trabalho Forçado¹⁴ que perdura até 1962, com os rebentos dos primeiros levantes em direção a Independência.

¹⁴ Segundo Michel Cahen (2015, p.132), “a introdução do trabalho forçado [...] não é um “arcaísmo” de uma metrópole colonial atrasada, mas uma ruptura capitalista moderna em perfeita harmonia com os imperativos financeiros do imperialismo europeu. No entanto, a imposição do trabalho forçado só poderia funcionar no âmbito de uma articulação de modos de produção com manutenção da produção doméstica subalternizada; isto é, o trabalho forçado não poderia prosperar sem que fosse preservado o modo doméstico de produção, este subsistindo graças a uma forte “generização””.

No geral, as medidas tomadas durante o período colonial, alteram as estruturas sociais e econômicas de Angola e formam a base para as relações laborais atuais. Segundo Rodrigues (2003), nos últimos anos do período colonial a economia foi impulsionada¹⁵ no sentido de concretizar melhorias para a vida da população – ocorrendo neste momento as lutas das populações nativas para a equalização de direitos que só poderiam ser garantidos por um governo também vindo deles como acabou ocorrendo em 1975 – que acentuou o assalariamento que até então era bem restrito aos colonos.

Com a independência, em 1975 se instituiu a I República em Angola, conhecida como República Popular de Angola, que vai de 1975 a 1992 – a inflexão para a econômica de mercado em 1992 indicou alteração na orientação política daí em diante. Angola, como é conhecida hodiernamente, foi parida na luta, em meio à Guerra Fria que polarizava o mundo entre Socialistas, com o planejamento central, e os Capitalistas com a economia de mercados. O apoio recebido pela antiga União das Repúblicas Socialista Soviéticas determinou a orientação política e econômico de Angola, que adotou, portanto, o modelo de planejamento central¹⁶.

A orientação política inicial do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) não era a estatização total. Apenas se estatizaram as indústrias abandonadas que constituíam setores estratégicos como o das pescas, açúcar, têxtil, cimento, aço e plantações de café. Até março de 1976, o pensamento político ainda incluía o setor privado, mas com intensão de rumar a estatização ou socialização dos meios de produção, ainda coexistiam três setores: as unidades estatais, as cooperativas e as empresas privadas, como mostra a Lei sobre Política Econômica de Resistência,

1 – A política econômica de resistência é caracterizada pela construção de uma economia planificada, na qual coexistirão três setores: as unidades econômicas estatais, as cooperativas e as empresas privadas. (...) A criação da base material desta economia exige o alargamento da cooperativização, bem como o desenvolvimento de um setor estatal que efetive o controle das grandes e médias indústrias estratégicas. É por outro lado fundamental que se maximize o aproveitamento dos recursos existentes, muitos dos quais foram abandonados pelos colonos e são neste momento improdutivos. O setor privado deverá, na economia de resistência, ser encorajado e apoiado pelo Estado, desde que respeite as linhas gerais da política econômica e laboral definida pelo MPLA. 2 – Foi exatamente a situação caótica, herdada do colonialismo e agravada pela guerra imperialista, que cria a necessidade de regular imediatamente as condições de nacionalização de algumas empresas e dos bens abandonados ou pertencentes a traidores (Lei 3/76, de 3 de março de 1976, Diário da República de Angola – DR, i, 52).

¹⁵ Pelo IV Plano de Fomento (1974-1979), que objetivava a generalização do ensino, fomento da agricultura e melhorias na infraestrutura (Rodrigues, 2003)

¹⁶ A orientação política de defesa do Marxismo-leninismo, não aconteceu imediatamente após a independência em 1975, ela foi oficializada somente depois da Plenária do Comitê Central (CC), em outubro de 1976.

A própria Constituição de 1975 preservava o direito a atividades e propriedades privadas, contanto que fosse de encontro ao modelo econômico como se lê “ A República Popular de Angola (RPA) reconhece, protege e garante as atividades e a propriedade privadas, mesmo de estrangeiros, desde que úteis à economia do país e aos interesses do Povo Angolano” (Lei Constitucional da República Popular de Angola - art.10.º, DR, i, 1, de 11 de novembro de 1975).

A Plenária do CC de 1976, apontava para o aumento do poder do Estado com vista as estatizações através de Planos anuais e plurianuais. No ano seguinte, o processo de estatização atinge 85% do tecido empresarial e em dezembro deste mesmo ano, o I Congresso orienta para a revisão da Lei Constitucional, no sentido de incluir uma nova orientação macroeconômica em seu artigo 9º, assumindo, assim, pela primeira vez a propriedade socialista como a base do desenvolvimento econômico e social de Angola (VIDAL, 2011), como se lê na revisão da Lei Constitucional publicada no Diário da República – DR, i, 31 de 7 fevereiro 1978 “a base do desenvolvimento económico e social é a propriedade socialista, consubstanciada na propriedade estatal e na propriedade cooperativa. O Estado deverá adoptar as medidas que permitam o constante alargamento e consolidação das relações de produção socialistas”.

No plano do mercado de trabalho, o objetivo era manter as políticas que favorecessem a criação de empregos e mantivessem a lógica e prática do assalariamento, tendo em vista que a situação econômica vai ser muito comprometida com os anos de Guerra Civil que se seguem a Independência, como mostra Vidal (2011),

Após a independência, houve uma debandada muito grande de portugueses que ocupavam a máquina do Estado e o faziam funcionar. Essa debandada foi assaz prejudicial para a nascente nação porque os ex-colonizadores fizeram questão de deixar caquético, isto é, no plano da administração pública, o povo angolano. Para se ter uma ideia, em “ Em agosto de 1976, mais de 80% das plantações agrícolas tinham sido abandonadas; apenas 40% das indústrias estavam operacionais sob controlo dos seus anteriores proprietários ou gestores, mas em condições débeis e longe da sua regular capacidade de produção; das 692 fábricas existentes, apenas 284 continuavam a laborar, em condições abaixo da sua capacidade regular; mais de 30.000 técnicos, quadros e trabalhadores qualificados haviam deixado o país; 2500 empresas fecharam, 75% das quais foram abandonadas pelos seus proprietários; dos 135.000 veículos restados antes da independência apenas restavam 8.000 operacionais; cerca de 130 pontes em estradas principais haviam sido destruídas; o sistema de comércio e distribuição, essencialmente composto por 25.000 pequenos negócios, entrou em colapso com o abandono dos comerciantes do mato; os serviços administrativos entraram em ruptura por falta de quadros” (VIDAL, 2011, p. 13).

Essa situação provoca uma destruição do aparelho produtivo nacional, comprometendo a absorção da força de trabalho. Segundo Rodrigues (2003, p. 3):

Com a independência e com a saída dos proprietários e quadros gestores da maioria das empresas, assistindo-se a uma estatização generalizada da economia [...] e à implantação de um sistema de planificação centralizada de desenvolvimento econômico e social, não é posto em causa a herdada relação assalariada, muito embora se multipliquem as reivindicações de igualdade e atenuação das diferenças sociais e

econômicas que constituem a base das ideologias políticas adoptadas. O trabalho mantém-se no centro das logicas da reprodução social e a troca de trabalho por um salário constitui a forma de “calcular” as prestações individuais para a econômica.

O crescimento do Estado, através das estatizações, tinha o objetivo de consolidar o programa político-econômico do governo, que era a implementação do Socialismo. Esse crescimento também satisfazia boa parte da força de trabalho que, como já observado mais acima, via a renda obtida no setor público como um meio de obtenção de prestígio e impulsionamento do *status quo*. O emprego formal gera uma estabilidade porque vem de uma entidade segura, mas ao mesmo tempo outros fatores macroeconômicos corroem a utilidade da renda daí obtida, tendo em vista que a economia é conduzida a partir de um setor de atividade específico que proporciona a maior parte das receitas do Estado, isto é, o setor petrolífero.

A importação de bens e serviços leva os empresários a repassar a desvalorização da taxa de câmbio aos consumidores finais. Propiciando aumentos significativos na inflação que corrói, por sua vez, as rendas obtidas no setor público, obrigando os trabalhadores a recorrerem a complementos de renda que são obtidos nas atividades informais. Na linguagem de Souza (1980), “[...] nas atividades que estão fora do núcleo capitalista, ou seja, nas quase-empresas”. Os rendimentos complementares são assim conjugados ao salário, com vista à “[...] obtenção de outras regalias para além do salário e a ligação a redes de solidariedade várias através dos empregos; prestígios que a integração uma organização formal implica” (RODRIGUES, 2003, p. 286).

Esse comportamento em relação ao salário, isto é, a imbricação entre os rendimentos formais e os obtidos fora da relação salarial está atrelado ao fato de a valorização social do sucesso estar ligada ao suporte familiar que uma determinada pessoa pode garantir, consumindo dessa forma a poupança em vez de se inverter em um negócio novo o lucro obtido. E,

“O fato de os salários ou os rendimentos individuais, em geral, serem adicionados aos rendimentos globais das famílias condiciona o aumento da competitividade e da produtividade econômica: as iniciativas individuais que alguns (poucos) agentes econômicos urbanos levam a efeito são absorvidas (em termos de poupança gerada) por comportamentos de solidariedade social, pela afirmação (absorvente) da família alargada e da família-providencial (RODRIGUES, 2003, p. 287) ”.

Por um lado, se a canalização de recursos para a posição familiar impede a geração de capitais individuais, por outro lado confirma a sobrevivência das famílias. O emprego formal se torna vantajoso, na medida em que se torna, através do salário, uma fonte segura e regular de rendimentos que podem ser transferidos para o setor informal com vista a geração de mais rendimentos, dando, assim ao assalariamento em Angola, isto é, o trabalho assalariado, uma

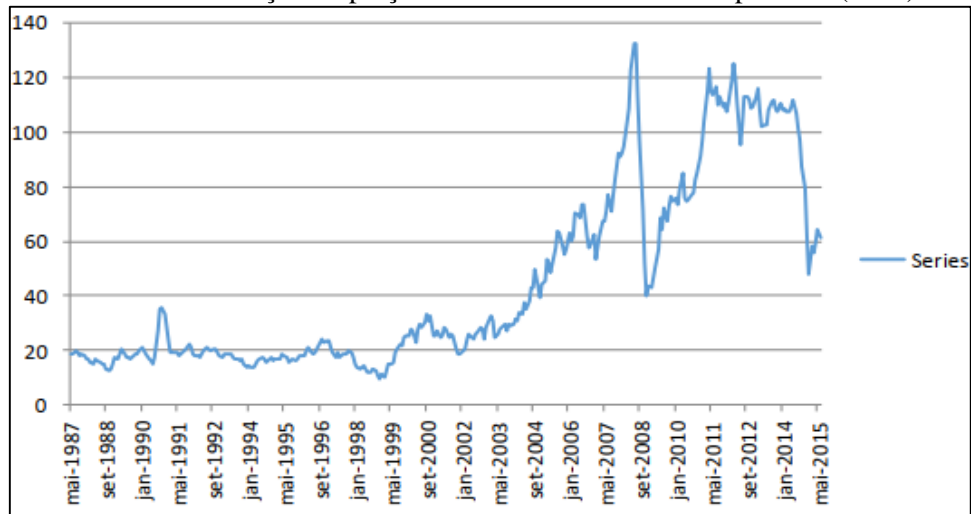
tonalidade sincrética e mista que mistura aspectos da realidade doméstica com as demandas da modernidade capitalista.

Estas características apontadas por Rodrigues nos permitem compreender a importância das singularidades de um determinado território para a dinâmica adaptativa demandada pelo modo de produção capitalista. A dinâmica, ou melhor, a singularidade do mercado de trabalho angolano depende particularmente destes aspectos sócio históricos, econômicos e políticos, mas também dependem da penetração capitalista sobre a sociedade angolana. Essa singularidade se dá pelo aspecto da resignificação de algumas categorias centrais no modo de produção capitalista como salários e os lucros. Salários e lucros acabam recebendo uma conotação de solidariedade, na medida em que permitem uma realização social do sucesso familiar e não simplesmente vetores (no caso do lucro) de geração de mais ganhos.

Um dos aspectos da questão do mercado de trabalho que mais se evidencia em Angola é, certamente, o aspecto da informalidade nas relações laborais, que Rodrigues afirma ser mal compreendido devido aos aspectos apresentados por ela mais acima. A explicação de Souza (1980), também acima, é que esse movimento é próprio da acumulação capitalista, que as empresas capitalistas vão ocupando cada vez mais o “espaço econômico” antes ocupados pela pequena produção, absorvendo uma parte da força de trabalho liberada com a destruição desta última e deixando boa parte a própria sorte. A força de trabalho não absorvida cria condições de subsistência nos espaços não penetrados pela empresa capitalista, e essas condições de subsistência são inferiores à dos trabalhadores ocupados nas empresas capitalistas, mas que em alguns casos existe o inverso.

O que realmente tem se observado em Angola, principalmente após o final da Guerra Civil em 2002, é a consolidação de uma economia de enclave com base no petróleo, acompanhada de taxas de altas desemprego. No do final da guerra civil, em 2000, segundo o Ficheiro de Estudos sobre Produtividade e Emprego do Centro de Estudos e Investigação da Universidade Católica de Angola (CEIC), com base nas Contas Nacionais de 2014, a taxa de desemprego atingia a cifra dos 40% da população economicamente ativa, caindo para 30% em 2004, já durante o período de paz, chegando a 20% em 2011 e estabilizando-se nesse patamar até 2014, momento que começa a crise das divisas causada pela redução brusca da receita advinda do petróleo que é, por sua vez, resultado da queda do preço do barril de petróleo. O gráfico¹ mostra a variação do preço do barril de petróleo de 1987 a 2015.

Gráfico 1 – Variação do preço médio mensal do barril de petróleo (USD).



Fonte: Thonson Reuters apud Rocha 2015.

O gráfico mostra os momentos de auge do preço do barril de petróleo, que tem uma relação direta com momentos de auge de crescimento do PIB angolano como aponta Rocha (2015). Do final do conflito armado em 2002 até a financeira internacional de 2008, se observa o boom da commodity energética com base no petróleo, com o preço do barril acima dos 120 dólares. Com a crise o preço cai para 40 dólares como se pode observar no gráfico 1.

De 2002 a 2008, a taxa média de crescimento anual do PIB angolano era de 11,1%. De 2009 a 2015, essa taxa cai para 3,4%, devido a redução da produção petrolífera e da falta de produtividade da economia não petrolífera (ROCHA, 2015), dando origem a tendências internalistas, isto é, estas modificações no mercado internacional demandaram a economia angola adaptações ao novo cenário mundial. Começando se observar um aumento das atividades ligadas ao comércio e conseqüentemente uma diminuição do fluxo de comércio externo – observa-se uma economia que começa a voltar-se para o mercado interno como mostram os dados das Contas Nacionais de 2002 a 2017 na seção 3.3.2.

Essa vulnerabilidade externa apresentada se dá pelo carácter dependente da economia angolana. No entanto, esta dinâmica da economia da economia angolana tem promovido a vulnerabilização da sua força de trabalho, levando esta última a encontrar estratégias de sobrevivência (RODRIGUES, 2003), possivelmente não devido a penetração da empresa capitalista, mas devido à falta de uma penetração aos moldes da utópica concorrência justa capitalista. Muitos desses assuntos serão mais bem abordados nos capítulos subsequentes.

Mas, cabe aqui algumas observações sobre a questão das estatísticas sobre o mercado de trabalho em Angola. Essas observações são necessárias tendo em vista as dificuldades que o pesquisador da realidade do mundo do trabalho em Angola enfrenta durante

os diversos momentos da pesquisa. A falta de inquéritos contínuos sobre o mercado de trabalho que permitam ao pesquisador acompanhar através de uma série histórica os percursos da classe trabalhadora angolana com vista a criação de políticas públicas que emanem de estudos baseados na realidade angolana.

1.3 Alguns apontamentos sobre as estatísticas sobre o mercado de trabalho em Angola

A produção de informações que permitem o acompanhamento estrutural ou conjuntural de um determinado país é muito importante para o conhecimento dessa sociedade, permitindo a criação de indicadores de diversas ordens, sociais e econômicos. Assim, a produção de informações relacionadas ao mercado de trabalho, sejam elas de âmbito estrutural ou conjuntural, permite à sociedade como um todo, e aos governantes em geral, compreender a realidade da classe trabalhadora.

No quesito mercado de trabalho, como observado mais acima, a reação do colonizador português começa no final do período colonial. Portanto, um sistema de estatística que captasse os movimentos da população foi se dando em períodos de instabilidades constantes devido a própria colonização. Mas houve necessidade de se contar a população dos territórios do antigo Ultramar português. Realizam-se vários Censos em Angola desde 1770 até 1970, recuperadas as condições de realização de um novo Censo populacional somente em 2014.

A realização de Censo populacional permite conhecer a estrutura da população em nível nacional, provincial, municipal e comunal; acompanhar o crescimento, a distribuição geográfica e a evolução da população ao longo do tempo; Identificar áreas de investimento prioritários em saúde, educação, habitação, energia, transporte e distribuição dos recursos financeiros entre outros; disponibilizar informação ao setor público e privado para selecionar locais para a instalação de fábricas, estabelecimentos comerciais e de serviços, escolas, hospitais, rede de transportes, cinemas, programas de assistência a crianças e aos idosos, etc.; Ter informação para a distribuição de fundos em nível provincial, municipal e comunal; Construir a base de amostragem para a seleção de amostras de inquéritos junto às famílias; Elaborar estudos acadêmicos e projetos nas diferentes áreas do saber, ajudando a desenvolver a perspectiva científica na utilização dos dados censitários (INE, 2013).

Esses pontos demonstram a necessidade da produção constante de informações e como a ausência ou lacunas na sua produção pode ser prejudicial para a elaboração de políticas públicas corretas. Em Angola a primeira tentativa de se conhecer o real contingente populacional, através de categorias como quantidade, idade, sexo, nascimento e morte se dá no

período de dominação portuguesa no final do século XVIII, realizando-se pela primeira vez um Censo Populacional somente no início do século XX, isto é, em 1900.

Em 1914 se começou a realizar, anualmente, o Censo da população nativa. Somente a partir de 1940 que o Censo populacional decenal com regras mais rigorosas foi implantado com interrupção em 1970, devido as razões de levantes libertários¹⁷ dos indígenas de Angola. Após a independência se fez a contagem de apenas cinco províncias e se tentou um Censo parcial, culminando com Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola em 2014 (INE, 2013).

No Manual de Classificação de Estatísticas em Angola (CAEA) de 2014, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), obrigatório o seu uso pelo Banco Nacional de Angola e órgãos do próprio INE, observa-se que no Domínio 1 que engloba as Estatísticas Demográficas e Sociais uma preocupação com:

[...] operações estatísticas que visam caracterizar o mercado de trabalho nas vertentes do emprego, desemprego e inatividade e criação de emprego. Compreende ainda as operações estatísticas ligadas às temáticas da saúde e segurança no trabalho (ex. acidente e doenças de trabalho) e das condições e relações de trabalho (ex. tempo de trabalho e greves). Exclui: trabalhadores migrantes; segurança e benefícios no desemprego; sindicatos; trabalho não remunerado; estatística de remunerações, ordenados e salários e custos do trabalho (INE, 2014, p. 11).

O CAEA de 2014 demonstra uma intenção do Estado em promover estatísticas subsidiárias a uma melhor caracterização do mercado de trabalho nas suas diversas vertentes, mas essa preocupação depende por sua vez das condições estáveis para a sua aplicação, como o é a realidade angolana do final da Guerra Civil em 2002.

Apesar dessas condições estáveis, ainda existe a preocupação com as estatísticas produzidas pelos órgãos oficiais. Segundo Rocha (2014), apesar da existência de órgãos oficiais como o Observatório sobre o Emprego dirigido pelo Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança Social (MAPTESS) em conjunto com vários outros ministérios, os dados sobre o emprego em Angola ainda não são fiáveis.

Rocha em artigo publicado no Jornal Expansão de 2014,¹⁸ mostra algumas incongruências entre os dados do MAPTESS e os do Instituto nacional de Estatísticas concernente aos dados sobre a criação de emprego no setor público,

Quanto à criação de emprego no setor público institucional, parece existirem incongruências nos dados do MAPTESS no seu Relatório de Balanço de 2013: no

¹⁷ Levados à cabo pelos diversos movimentos de libertação de Angola, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Os movimentos principais são: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Libertação Total de Angola (UNITA)

¹⁸ O artigo sob o título “O emprego segundo o relatório de Balanço de 2013 do MAPTESS” acessado em 20/02/2020. <http://expansao.co.ao/artigo/45601/o-emprego-segundo-o-relatorio-de-balanco-de-2013-do-maptss-?seccao=7>

quadro da página 5 indicam-se 388 novos postos de trabalho criados na Administração Pública em 2013. Contudo, na página 13 a diferença entre o número de funcionários públicos em 2013 (335.917) e 2012 (331.261) é de 4.656 novos funcionários públicos. De acordo com o MAPTESS, registou-se uma significativa quebra na criação de empregos entre 2012 e 2013 – 28,3%, o que é significativo, provavelmente explicada pela redução de 76.262 postos de trabalho no setor dos transportes. Estas bruscas alterações sugerem que a recolha de informação, provavelmente feita pela via administrativa, não garante a necessária fiabilidade dos dados, tornando desaconselhável basear políticas de emprego em séries estatísticas tão voláteis.

Essas incongruências são produzidas devido à falta de um sistema de produção de dados e uma metodologia que permita padronizar a forma de recolha dos dados que embasam as diversas políticas públicas do país, em especial aquela que lida com a força de trabalho.

As estatísticas sobre a dinâmica da força de trabalho em Angola sempre foram muito intermitentes, devido as instabilidades que acometeram o país nos mais de 20 anos de guerra civil. A falta de investimentos contínuos na produção de informações estatísticas também é um fator essencial, principalmente depois do conflito.

Recentemente, em 2019, que o Instituto Nacional de Estatística (INE), deu prosseguimento a um Inquérito realizado pela primeira vez em 1993 – o Inquérito sobre o Emprego e Desemprego – com o nome de Inquérito ao Emprego em Angola (IEA).

Em 2009, 2010 e 2011 foram realizados os três primeiros inquéritos representativos a nível nacional sobre o emprego em Angola, com cobertura nacional, abrangendo as 18 províncias do país e cobrindo áreas urbanas e rurais. Estes três inquéritos sobre o emprego em Angola foram totalmente financiados pelo Governo de Angola. Em 2011, numa perspectiva de racionalizar os recursos disponíveis, o IEA 2011 incluiu outros temas socioeconómicos tais como a estrutura da população, saúde, educação, características da habitação, bens do agregado familiar e indicadores de pobreza, cujos módulos compõem o inquérito designado por QUIBB (Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar).

Não foi possível realizar o IEA 2012 e 2013, devido ao engajamento do INE na preparação e realização do censo piloto e do Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em 2012 e 2014 respectivamente. Depois da realização do Censo 2014 e IIMS 2015-2016 (Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde 2015 – 2016) no qual foi integrado uma secção sobre o emprego e a consequente divulgação dos resultados sobre os principais indicadores sobre a força de trabalho, e a realização da mais recente operação estatística IDREA 2018-2019, urge a necessidade do INE realizar de forma contínua inquéritos específicos sobre o emprego, de acordo com compromissos nacionais e recomendações internacionais – o IEA (INE, 2019).

Esta seção aparece para situarmos as dificuldades encontradas no momento da recolha de dados sobre a realidade da força de trabalho angolana.

2. REGULAÇÃO TRABALHISTA COLONIAL: o Estatuto do Indigenato

A internacionalização do capitalismo tem influência na conformação das estruturas de muitos países africanos, latino-americanos e asiáticos. Esse movimento tem sido observado desde a revolução industrial, e suas consequências são umas vertentes com a qual muitos países conformaram suas estruturas. A discussão sobre a superação da conformação atual dos países considerados “atrasados” na acepção de Souza, é longa e envolve a teoria do desenvolvimento econômico, como a teorizou incansavelmente o economista Celso Furtado (1983), como ele afirmava, muitos acreditavam que a situação dos países “atrasados” não cabia uma formalização teórica, no caso de Hicks, e mesmo até Marx, acreditava que estes países simplesmente trilhariam os caminhos dos “avançados”.

Pontos de vistas que, podendo-se dizer, deram vozes, a teorias como as Walt Whitman Rostow na segunda metade do século XX, sobre as etapas do desenvolvimento, em sentido linear do desenvolvimento humano, isto é, que os países que partiram atrás na corrida do desenvolvimento teriam que necessariamente seguir as etapas determinadas. Furtado discordou desses pontos de vista e procurou aprofundar a discussão em outro ângulo, mostrando que é justamente o desenvolvimento do capitalismo que cria as condições para o subdesenvolvimento, e que, portanto, a solução não passaria pela passagem gradual das etapas trilhadadas pelas nações avançadas.

Essa internacionalização, certamente não criou um mundo à imagem e semelhança das economias desenvolvidas, mas, assistimos antes, a uma situação de desenvolvimento desigual e ao mesmo tempo combinado como uma lei que tem seguido de perto a expansão do modo produção capitalistas ao longo do seu desenvolvimento. E, certamente, a discussão sobre o desenvolvimento feita por intelectuais latinos americanos, como o próprio Furtado apontado por Fernando Henrique Cardoso (1995), principalmente no estudo da dependência, mantém uma grande semelhança, principalmente pelo tema tratado, com a realidade africana. Porque não se pode, pelo menos atualmente, tentar descortinar os problemas que assolam populações africanas sem, fazermos referências ao período escravocrata e ao período da colonização, que associado ao racismo conformou boa parte das realidades africana. Isso merece relevância devido os tipos de relações sociais emanadas daquela violência, simbólica e principalmente física.

No aspecto econômico, a dependência como uma síntese do pensamento que reproduz um modo de articulação deixando ver a tessitura pela qual a diversidade de relações se hierarquiza e se unifica em um conjunto estrutural determinado (CARDOSO, 1995), cria, como o próprio nome, uma necessidade constante de relações, por vezes parasitárias, entre uma nação com as outras. Cria ilhas de desenvolvimento e mar de desigualdade e pobreza.

Nesse sentido que é mister compreendermos que a expansão do capitalismo europeu:

[...] sob a égide do mercantilismo ibérico no caso da América Latina, e sob a égide direta do imperialismo colonial, no caso africano”, vai gerar um determinado tipo de relações políticas entre classes sociais e grupos sociais através do Estado colonial metropolitano e um determinado tipo de patrimonialismo nas coloniais (CARDOSO, 1995).

Fica assim patente que a análise de sociedades com “histórico” evidenciado mais acima, não se faz eficazmente simplesmente com uma análise do processo histórico, mas, antes acompanhado pela análise do aspecto estrutural, isto é um análise processual-estrutural. (MENEZES, 2000).

Para Cardoso (1995), para se fazer uma análise histórico-estrutural existem alguns pressupostos que devem ser levados em conta, sobre o que é estrutura, história e a relação entre elas. As perspectivas que trabalham com a noção de estrutura pressupõem que as “[...] relações entre as classes, os grupos e as instituições obedecem a regularidade, possuem uma certa rigidez e são articuladas” (CARDOSO, 1995, p. 95), e essas estruturas são vistas como sendo fruto da luta social e resultado de uma imposição social e ao mesmo tempo são encarados como processos. Isto é, “[...] são historicamente respostas num movimento que altera sua conformação presente” (CARDOSO, 1995, p. 96).

A história significa alternativa, futuro. Tendo em vista que as estruturas foram socialmente constituídas e no processo de sua constituição a luta de classe selecionou entre alternativas definidas as que se impuseram, não se pode então considera-las como dadas e invariáveis.

Esse processo de imposição de alternativas não se dá no vácuo, vai depender da relação de forças entre as classes sociais e destas com o processo produtivo. Indicando a frase de Marx: o homem faz a história, mas em condições sociais determinadas. Segundo o autor, a “opção” por uma alternativa não é feita devido a valores ou escolhas é por sua vez, regido por “leis de movimento assentadas nas contradições postas pela articulação dos componentes do modo de produção”, mas que por outro lado a história é condicionada pela estrutura.

A perspectiva histórico-estrutural não significa:

[...] conceber a interpretação científica em termos de que o antecedente cronológico “explica” o conseqüente. Remontar ao passado, nestes termos, e pensar que dele deriva alguma explicação é assumir uma posição ao mesmo tempo empirista e historicista, mas não materialista-dialética. A ideia de que existe uma explicação histórico-estrutural tem a ver com o processo de formação das estruturas e, simultaneamente, com a descoberta das leis de transformação dessas estruturas. Trata-se de conceber as estruturas como relações entre os homens que, se bem são determinadas, são também, [...] passíveis de mudança, à medida em que, na luta social (política, econômica, cultural), novas alternativas vão se abrindo à prática histórica. Neste sentido, o objeto da análise não se reifica em atores, mas se dinamiza em conjuntos de relações sócias (CARDOSO, 1995, p. 97).

A perspectiva histórico-estrutural, segundo Cardoso (1996) faz uma crítica ao estruturalismo na medida em que não busca as invariantes fundamentais que lógico-ontologicamente constituem as aparentes variabilidades da história e tece também uma crítica ao empiricismo historicista ao não caracterizar apenas os momentos, densos de conteúdos significativos e de decisões individualizadas, que dão a impressão de definir os rumos da história. Esta perspectiva demanda, por sua vez, uma “[...] reconstituição da história das relações estruturais”. É necessário que se desvendem as articulações entre as partes fundamentais dos conjuntos de relações e processos que formam as estruturas em questão, sem isso, a história não possui valor explicativo. Mas ao se fazer uma reconstituição das estruturas dadas, a história se torna uma aliada fundamental na explicação do objeto de análise.

A compreensão da internacionalização do sistema capitalista se faz mister na compreensão da realidade dos países africanos, das suas articulações com o capitalismo global, e é essencial a aplicação, no nosso entender, de uma perspectiva ou método de análise que vai nos permitir apreender as imbricações das múltiplas determinações das economias periféricas, isto é, o modo de inserção delas na divisão internacional do trabalho.

A análise da economia africana como um todo foge do nosso escopo de análise, este por sua vez é bem mais afunilado e bem mais singular. Como já foi frisado no primeiro capítulo, o capitalismo é o modo de produção dominante nas sociedades atuais, demanda um conjunto estruturado de relações sociais, aonde trabalho e capital se confrontam historicamente com vista a valorização do valor que criação por sua vez as suas próprias contradições que mediadas por vários aspectos que regulam a relação conflituosa e contraditória do capital com o trabalho, este modo hegemônico subsiste.

A força de trabalho é uma mercadoria essencial para a permanente reprodução do capital, por isso a preocupação com sua gestão por parte do Estado (BRUNHOFF, 1985). Estando o capitalismo inserido em uma determinada formação social, como visto mais acima, é-lhe indiferente os resquícios dos outros modos de produção. Estes são incorporados por aquele. Nesse sentido que a gestão estatal da força de trabalho no escravismo foi necessária

para um determinado tipo de acumulação durante os séculos XV, XVI, XVII e XVIII. Este foi o período que denominei de “ponto de partido para a corrida do desenvolvimento” mais acima.

É importante resgatarmos o pensamento de Kabengele Munanga:

Na fase do mercantilismo, fomos (os africanos) integrados na economia mundial capitalista na categoria de mão de obra escravizada, pura mercadoria e força animal gratuita. Essa integração durou séculos. Na fase industrial, fomos integrados na organização internacional do trabalho na categoria de colonizados, produtores de matérias-primas gratuitas e fornecedores de mercados para os produtos acabados europeus. Essa integração durou mais de um século. Agora estamos sendo integrados na economia pós-industrial globalizada, ocupando a mesma posição de povos dominados (KABENGELE, 1997, p. 300).

É coerente a fala de Munanga com o que estamos nos propondo a discutir? No nosso entender é. Porque é para esse caminho que pretendemos chegar, falar sobre a força de trabalho africana. Como já bem observou mais acima Cardoso (1995), é necessário observarmos a importância da perspectiva processual-estrutural. Isso é importante para aprendermos que nas diversas fases do capitalismo global, no mercantilismo, na fase industrial e na fase da globalização a força de trabalho é central.

O nosso objeto de análise é o mercado de trabalho angolano, que como já mostrou Rodrigues (2003), começa a se estruturar, isto é, nos moldes de uma economia de mercado, somente no final do período colonial. Acreditamos que, se compreendermos que a atual situação da economia angola é resultado de sua inserção na divisão internacional do trabalho e resultado das relações de poder que se estabelecem internamente, isto é, relações ditadas por grupos e classe com poder de decisão sobre os rumos da nação – a elite, por exemplo, poderemos ter uma leitura mais clara da dinâmica do mercado de trabalho angolano.

Nesse sentido que vemos alguns elementos que vão se tornar determinantes na formação deste elemento particular que elegemos como nosso foco de análise – o mercado de trabalho.

Angola, como muitos países africanos, passou por um processo de escravização da sua população, por um processo de colonização em seguida, e após a descolonização passou por uma guerra civil que perdurou até o início desse século, isto é, o século XXI, mais precisamente em 2002. Estes aspectos do processo histórico angolano serão melhor visualizados neste capítulo nas seções seguintes. Observamos, na formação do mercado de trabalho angola e compreensão de sua dinâmica atual, elementos jurídicos, quando tratamos do aspecto da legislação trabalhista, que foi muito importante para a exploração do território

angolano durante o período colonial e não deixa de sê-lo após a independência e também atualmente com a reforma trabalhista de 2015¹⁹.

Outro aspecto é de caráter político, isto é, a guerra civil, que internamente é entendido com um conflito entre irmãos, mas que dentro do escopo da luta mundial mais ampla estava dentro conflito da guerra fria. Este é um aspecto político porque dependeu, principalmente, das decisões dos diversos partidos angolanos que participaram do processo de descolonização do país. Um último aspecto que consideramos é de caráter econômico, isto é, o próprio caráter da inserção de Angola na divisão internacional do trabalho, na verdade, segundo a leitura de muitos pesquisadores, com quais concordo, como Menezes (2000), Dilolwa (2000), Roque (1997), Gonçalves (2010), Rocha (2014) e Guerra (1985). Estes pesquisadores apontam o peso da herança colonial na conformação da economia angolana contemporânea.

2.1 Economia colonial dependente: o papel da regulação trabalhista colonial

Maria da Conceição Neto (2017), ao refletir sobre alguns equívocos que foram cometidos por alguns especialistas em relação à história do trabalho africano na Angola colonial considera surpreendente se poder reivindicar a ‘história do trabalho’,

Como se tivesse organizado desde sempre em torno do Mediterrâneo e, depois da Europa e suas dependências além-mar. É usual, em obras de referências, lembrar a tradição judaico-cristão (o trabalho é, basicamente, a punição do homem do homem expulso do Paraíso), passar pela escravidão mediterrânea com auge no império Romano e chegar, após a travessia de uma deprimente Idade Média, à Reforma e à “ética protestante” que terá alimentado o capitalismo nascente. Depois sabe-se, foi a Revolução Industrial a impor o ritmo das máquinas ao trabalho humano e veio o capitalismo triunfante. Seguem-se as revoltas dos trabalhadores contra o sistema capitalista, colocando o operário como o grande símbolo (quando não simplesmente sinónimo) do “trabalhador”, antes de novas revoluções tecnológicas lhe tirarem o protagonismo (NETO, 2017, p. 121).

Para Maria Neto, não se deve tornar os conceitos sinónimos porque a forma como a história dos trabalhadores é contada é muito restrita e é na verdade ainda uma história ocidentalizada. Porque nas colónias, os “trabalhadores” eram apenas uma minoria, ou seja,

¹⁹ A Lei Geral de Trabalho (LGT) é aplicada em Angola a todos os trabalhadores que, no território angolano, prestam atividade remunerada por conta de um empregador no âmbito da organização e sob a autoridade e direção deste. A primeira é de 11 de fevereiro de 2000, é a lei n.º 2/2000. Sendo feita uma reforma em 2015 através da Lei n.º 7/15, de 15 de junho que no quesito duração do contrato de trabalho, afastou a contratação por tempo indeterminado como regra geral, permitindo que, por livre acordo e sob determinados pressupostos, o trabalhador e o empregador indiquem se o contrato é celebrado por tempo indeterminado ou por tempo determinado (art. 16.º da LGT 2015). O contrato por tempo determinado passa a ter uma duração máxima de 5 anos (art. 17.º, n.º 1, da LGT 2015), podendo estender-se até 10 anos se o empregador for uma micro, pequena ou média empresa (art. 17.º, n.º 2, da LGT 2015). A LGT 2015 não estabelece um regime taxativo para as situações que podem servir de objeto à contratação por tempo determinado, desde que tais contratações não configurem nenhuma violação da lei, da ordem pública e dos bons costumes.

aqueles que realmente tinha direitos para serem considerados trabalhadores. As populações nativas eram exploradas em condições escravas disfarçadas por leis específicas que governavam o mundo do trabalho dos nativos. Esse conjunto de leis vai ser muito importante para a manutenção da exploração do território angolano pela metrópole portuguesa com o fim do tráfico de escravos.

A história de Angola como um Estado-nação, nos termos atuais da palavra, está intimamente ligada à de Portugal, e segundo Menezes (2000), para se compreender sistematicamente a colonização portuguesa em África, é necessário seguir os movimentos de Portugal e sua inserção na economia-mundo que vai refletir em suas ex-colônias, como Angola.

Menezes periodiza em quatro fases, sendo a primeira o período que vai do tratado de Tordesilhas até o final do século XVI, a segunda fase vai do início século XVII até o final do século XVIII, momento em que ocorre um acirramento de concorrência comercial entre as metrópoles europeias. A terceira fase ele denomina de “colonização de dependência” do final do século XIX, com a Conferencia de Berlim que conformou o mundo como o conhecemos hoje, entre nações ricas e nações pobres e as que estão na intermediária. A quarta fase é o ‘colonialismo tardio’ que começa no final do século XIX. Com a intensificação da exploração das colônias por parte de Portugal, com seu fim somente na década de 70 do século XX.

Na primeira fase, podemos chamar de momento da península ibérica onde predominou Espanha e Portugal, pioneiros nas navegações que procuravam rotas alternativas para se chegar ao Oriente. Foi neste primeiro momento em que ousar dividir o mundo em dois no Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha. Essas expedições permitiram chegar na Costa do continente africano, no caso angolano os portugueses chegaram à Foz do rio Zaire em 1482, sendo seu primeiro contato com finalidade comercial. Mudando a forma de ver a relação com a “descoberta” do Brasil em 1500. A captura de pessoas começou a abastecer a exploração agrícola no Brasil e em muitas outras regiões que após a Conferência de Berlin passaram a pertencer a Portugal com São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné Bissau.

Na segunda fase já se observa o fortalecimento de outras nações europeias que também estavam interessadas nas explorações coloniais. Portanto, é o período de uma concorrência intermetropolitana com queda do poder português e ascensão da Inglaterra. Apesar de Portugal sair na frente nas expedições pelo mundo, não acumulou riqueza que o tornasse uma nação a frente das outras como a Inglaterra.

A conjuntura europeia dessa época não era favorável a Portugal, tendo que recorrer ao apoio dos ingleses. A conjuntura obrigou a corte real portuguesa a reinar a partir do Brasil.

A mudança para o Brasil em 1808 alterou a visão da Corte em relação a situação nas colônias africanas, começando a se preocupar com a efetivação da ocupação destes territórios.

Com a independência do Brasil em 1822, as atenções se voltaram para às colônias que Portugal possuía em África, a saber: Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. Angola, assim como as outras colônias, passou por uma colonização cujo objetivo era a exploração dos recursos naturais e do seu povo. Do seu povo saíam os indivíduos cujas “mãos colocaram pedras nos alicerces do mundo”²⁰. Quando as atenções se voltaram para as colônias em África, se tornou essencial a efetivação da ocupação colonial. Nesse período, houve a preocupação com a efetivação do território angolano que, até 1836, com o fim do tráfico de escravos, era apenas uma área bem pequena que ficava quase toda na zona costeira como mostra Maria Neto:

A zona mais extensa era uma faixa horizontal de cerca de 300 quilômetros de comprimento, entre Luanda e Pungo Andongo²¹, que para o norte da capital nem chegava ao Ambriz²² e a sul terminava no rio Kwanza; seguindo o litoral para sul, havia a feitoria fortificada de Novo Redondo (atual Sumbe²³) sem domínio do território em redor e, ainda mais a sul, um outro corredor de penetração para o interior, que ia de Benguela a Caconda. O resto eram regiões ainda independentes, onde os pobres africanos decidiam o que faziam a respeito das relações com os europeus (NETO, 2017, p. 110).

A perda do Brasil fez a metrópole atribuir a Angola um status diferente para não perder o controle sobre o território. Essa preocupação era legítima tendo em vista a hegemonia da Grã-Bretanha durante o século XIX, que procurava ter controle sobre os recursos abundantes do continente africano para a manutenção do sistema capitalista, tendo em vista que era como a ‘oficina do mundo’. Procurou eliminar o tráfico de escravo que alimentava a mão de obra no Brasil quando dominado por Portugal, deixando assim a metrópole portuguesa à mingua, dependendo agora da exploração de suas colônias em África.

O fim do tráfico fez surgir uma legislação colonial que favorecia a metrópole e bloqueava o desenvolvimento da colônia e mesmo dentro desta, beneficiava os colonos – é destes trabalhadores que Maria da Conceição Neto se refere, porque na Europa discutia-se sobre os direitos dos trabalhadores em detrimento do africano-que-vive-do-trabalho. Foi neste período, em 1899, que se procurou criar leis que regeriam o trabalho do indígena²⁴, leis que

²⁰ Do poema “Confiança” de Antônio Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola, do seu livro com o título *Sagrada Esperança*.

²¹ Em Pungo Andongo, na atual província de Malange, foi construída uma Fortaleza conhecida pelo nome do lugar. Esta Fortaleza, erguida em 1671, e usada como entreposto para a manutenção da presença militar e assegurar o comércio português na região.

²² Um município da província do Bengo.

²³ Capital da província do Kwanza Sul.

²⁴ Designação do nativo angolano no período colonial português.

sofreram alterações em 1928 e foram revogadas em 1961²⁵, com os primeiros levantes de nativos demandando a autodeterminação.

O colonialismo tardio, com início no final do século XIX, se estende até a independência de Angola. Esse período se intensifica com as lutas de resistências por parte dos líderes das nações que se encontravam no território, ocorre o fim do reino de Mandume²⁶, que representa a capitulação de muitos reinos que resistiam à dominação colonial portuguesa em pleno século XIX. Após perder importância no cenário internacional, com a ascensão da Grã-Bretanha como a potência mundial e a concorrência entre as diversas outras nações, Portugal intensificou a dominação e efetivação das terras africanas. E essa por sua vez era muito atrativa ao capital estrangeiro.

Nas colônias, a base social era composta pela fidalguia portuguesa que representavam o poder real da metrópole e pelos “indígenas”, incluindo as instituições milenares que sempre acompanharam os movimentos do Estado português durante as navegações, isto é, a Igreja (MENEZES, 1996). Segundo Menezes, o que começou a acontecer foi uma certa dependência de Portugal da exploração de suas colônias, dependência que apresentava duas características,

Por um lado, preocupava-se em extrair (em associação com parceiros estrangeiros) as riquezas conhecidas dos territórios ultramarinos, constituídos por minérios, reservas naturais e algumas culturas, e por outro lado, ocupava-se em vender mercadorias aos colonos, através de acordos diferenciais favoráveis aos produtos provenientes ou “intermediados” pela metrópole (MENEZES, 1996, p. 120).

As mudanças que foram ocorrendo em Portugal no início do século XX, principalmente com o golpe de 1926, aprofundaram o aspecto extrativista com que a metrópole lidava com as colônias. Expandindo-se durante esse colonialismo tardio, o setor agrícola e o extrativismo de todo tipo, mineral, petrolífero, principalmente nos anos 1950, permitindo a Angola se tornar um dos maiores exportadores de café em nível mundial. Para a estabilidade da economia metropolitana recorre-se, portanto, aos “contratos”, isto é, a um alto grau de exploração da força de trabalho nas colônias.

O período colonial português é marcado por um “colonialismo perverso”, que segundo Menezes (1996) apresenta características próprias que o distinguem dos outros colonialismos europeus²⁷. Vai ser importante para esse tipo de colonialismo a instituição do

²⁵ O Estatuto do Indigenato

²⁶ Mandume Ndemufayo nasce no fim da década de 1880 na região de Kunene, sul de Angola. Nomeado Ohanda (rei) aos 21 anos de idade em 1911, tornou-se o mais famoso líder dos Kwanyama um dos povos de Angola por ter enfrentado de forma contundente as forças coloniais portuguesas e britânicas. Suicida-se em 1917, marcando o fim da resistência e dominação efetiva do território angolano pelos portugueses.

²⁷ Nenhuma forma de colonização, de certo, é aceitável, ou justificável. Isso demandaria ao colonizador perder um pouco de sua humanidade a cada momento que a faz, se os portugueses colonizaram e dominaram os povos

Estatuto de Trabalho forçado; a forma de colonização; o papel das missões religiosas; a própria ideologia ligada à manutenção do sistema colonial e; o papel do capital estrangeiro nesse processo mediante a existência de “condôminos encobertos”.

O tipo de colonização foi realizado com um efetivo muito reduzido de agentes colonizadores, mas que ao mesmo tempo se tornou muito eficaz. Portugal aplicou a política do mínimo necessário, mas com um aspecto racial mordaz que se reflete na ideologia subjacente a própria manutenção do sistema colonial como um todo como Cohen (2015) mostra em suas teses sobre o trabalho forçado no império português. A ideologia das missões religiosas (cristãs) estava ligada a demonstração da civilização europeia como padrão de civilidade. As populações dominadas tinham que sofrer uma europeização com vista a uniformizar os seus costumes “selvagens” no primeiro momento. Essa ideologia é certamente considerada em sua totalidade não aceitável e injustificável como mostrou Césaire (1972) em seu texto dos anos 50 do século XX.

O objetivo das atividades missionárias consistia,

[...] efetivamente, na domesticação da população “indígena”: subjetivamente liberta o europeu dos seus terrores do africano, incluindo-o nas mesmas regras e condutas que são suas, e objetivamente atrai o africano para o pensamento e costumes europeus” (MENEZES, 1996, p. 139).

Em contrapartida, foram essas missões que permitiram a alguns africanos obterem uma educação que os permitiram retirar do colonizador o controle do território que é seu por direito.

A ideologia que sustentava o sistema era divisionista e racista, era por isso, associada a outros aspectos desse colonialismo perverso, uma ideologia que representava um arcaísmo em um século que demandava alterações nas instituições para uma melhor movimentação do sistema capitalista em plena expansão²⁸. O conjunto de ideias que circulavam no Império no período que finda com os levantes de emancipação requerida pelos nativos de Angola, atingia toda a população de Angola e de outras colônias sob os auspícios de Portugal.

“indígenas” no Brasil e Angola, Moçambique e outros países africanos, num período de 500 anos, perdiam 1/500 a cada dia que o faziam. O problema colonial é um problema que a Europa moderna gerou, assim como o problema do proletariado (CÉSAIRE, 1972) e o fim da violência colonial deu lugar a dependência. Césaire é magistral ao mostrar a distância que existe entre colonização e civilização: “E eu digo que entre colonização e civilização há uma distância infinita; que de todas as expedições coloniais realizadas, de todos os estatutos coloniais que foram redigidos, de todos os memorandos que foram expedidos por todos os ministérios, não poderia resultar um único valor humano. Primeiro devemos estudar como a colonização desciviliza o colonizador, para brutalizá-lo no verdadeiro sentido da palavra, para degradá-lo, para despertá-lo para os instintos enterrados, para a cobiça, a violência, o ódio racial e o relativismo moral” (CÉSAIRE, 1972, p. 2, tradução do autor).

²⁸ Para Cohen (2015), o fim do tráfico de escravos e o início do trabalho forçado nas colônias portuguesas não se deu como uma transição, mas sim como uma ruptura promovida pelo capitalismo.

Atingia a força de trabalho nativa em todos os aspectos, os restringia dos empregos, em suma retirava deles categoria de cidadãos.

Desmontava a identidade dos povos de Angola ao obrigá-los a “assimilação” para se tornar cidadão português. O aspecto legal não era uma letra morta, possuía alma e corpo do ponto de vista do “indígena” porque limitava a educação da força de trabalho, criando um país dependente do colono. O Estatuto do Indigenato tinha como aspecto principal a organização do mercado de trabalho, embora favorável ao colonizador português, provocava ao mesmo tempo a morte cultural dos povos africanos em que,

[...] para tornar-se assimilado o africano precisava atender a quatro condições básicas; saber ler e escrever a língua portuguesa; possuir os meios necessários para a sua subsistência e a de sua família; ter bom comportamento, atestado pela autoridade administrativa da área em que residia; diferenciar-se pelos usos e costumes da sua raça e haver cumprido os deveres limitados. Ou então: exercer cargo públicos, estar integrado em corporações administrativas, ser comerciante ou industrial, e possuir habilitações literárias mínimas (HERNANDEZ, 2008, p. 513).

A assimilação era um contrassenso para nativo que nascia e crescia com hábitos e costumes diferente do colonizador, como saber ler e escrever se não lhes era ofertado a alfabetização. A subsistência da família do trabalhador nativo, termo que nem lhes podia ser carimbado, tendo em vista que a Administração colonial nem os considerava como tal. A próxima seção apresenta o Estatuto do Indigenato que justificava a existência do trabalho forçado infligido aos angolanos nativos.

2.2 O Estatuto do Indigenato

O Estatuto de Indigenato representa a crueldade da regulação colonial portuguesa, principalmente através do Trabalho forçado, como veremos mais abaixo, que se torna no meio de extração da riqueza e de acumulação da metrópole, sem por sua vez, retornar essa riqueza à colônia de Angola, situação que vê mudança apenas a partir dos anos 50 do século XX (FERRIRA, 1985).

Outro aspecto do colonialismo perverso é o intermediarismo da colônia portuguesa em relação ao capital estrangeiro. O papel do capital estrangeiro exerce um peso muito grande na economia colonial portuguesa principalmente nos anos 1960. O trabalho de Perry Anderson (1966), nos mostra o movimento do capital estrangeiro na economia colonial portuguesa. Várias áreas da economia angolana foram entregues ao capital estrangeiro seguindo o padrão clássico de penetração do capital estrangeiro de monopólio concessionário em que os governos concediam monopólios a companhias financiadas nas bolsas de valores estrangeiras, apoiadas

por bancos estrangeiros dirigidos por portugueses. Ao domínio do capital estrangeiro sobre o modelo de colonização portuguesa Anderson denomina de “condomínio encoberto”, afirmando que:

O poder de facto dos grandes capitalistas estrangeiros torna-os parceiros da administração. Mas as corporações confinam-se a suas próprias esferas: não exercem o seu poder na política. Nem lhes faz falta. As companhias concessionárias desfrutam de lucros fabulosos, graças às suas posições privilegiadas na economia colonial (ANDERSON, 1966, p. 94-95).

E ele arremata a discussão sobre o papel do capital estrangeiro no colonialismo perverso afirmando que:

O “condomínio encoberto” remata o sistema de colonização português. Revela a mesma debilidade patente na existência de desemprego branco, a mesma impotência como na utilização de trabalho forçado, a mesma dependência que uma ideologia tenta compensar em vão, a mesma paralisia como no fracasso do catolicismo. As várias facetas do ultracolonialismo formam um sistema coeso, pelo anacronismo e pela opressão. O lugar do capitalismo estrangeiro no colonialismo português é também caso único. Jamais um sistema colonial permitirá tamanha despossessão por dentro. Entretanto, esta surpreendente anomalia é o resultado lógico e final da colonização – reflexa do século XIX. Lançado no seu curso imperial mais por ideologia do que por indústria, recorrendo à força cega para exploração, na ausência de tecnologia, o colonialismo português terminou num humilhante conúbio com os próprios estrangeiros contra quem nascera como resposta (ANDERSON, 1966, p. 96).

Essa dependência, através desse “condomínio encoberto”, do qual Portugal estava submetido, não se restringia simplesmente a metrópole, demandava também as colônias, tornando a metrópole uma intermediária dos capitais estrangeiros. Após a independência, essa dependência é passada para a Angola soberana, operando-se, portanto, uma contradição, tendo em vista que Angola possuía uma administração “socialista”, que precisava dos capitais que estrangeiros antes intermediados por Portugal que passam agora a negociar diretamente com a ex-colônia a partir de 1975 (MENEZES, 1996).

No que diz respeito à especificidade do colonialismo português aludido acima, Eduardo Ferreira (1985), afirma que existia na metrópole portuguesa um centro de decisão sobre os rumos da colonização tardia. Ele mostra, em um texto com um título que chama a atenção para ideia de racionalização, isto é a lógica da consolidação da economia angolana, de 1930 a 1974. Essa lógica é baseada ou pode-se dizer corroborada numa análise da história econômica angolana até o período analisado por ele, observando duas fases que permitem essa consolidação, ou melhor, essa intergeração da economia angolana a economia de mercado, que são o período que vai de 1930 até o final dos 1940, isto é, a constituição de um período de integração cada vez mais crescente da força de trabalho a economia de mercado, o outro momento vai dos anos 1950 até as vésperas da independência de Angola, este período, segundo Ferreira é marcado por uma exploração colonial “racional” (FERREIRA, 1985).

Do texto de Ferreira (1985) sobressai o aspecto da importância do trabalho como o elemento dinamizador da economia colonial portuguesa até pelo menos os anos 1950, e a débil atuação de um capital próprio português. O texto mostra também o começo da transformação das colônias portuguesas em especialistas em commodities, quando aponta o esforço da administração colonial para o incremento da produção de café, tornando Angola um dos maiores produtores deste produto no mundo.

Ao mostrar que houve uma lógica na consolidação da economia angolana na economia de mercado, Ferreira justifica a legislação colonial na seguinte forma:

O sistema fiscal e o regulamento do trabalho, baseado no Código do Trabalho do Indígena, 1928, constituíam o enquadramento institucional destinado a limitar a possibilidade de o trabalhador angolano reduzir a sua atividade à cultura de subsistência, libertando mão-de-obra a ser inserido no circuito de economia monetária, seja através da sua introdução na “rede de comercialização” pela cultura autónoma de produtos de exportação, seja através da exploração direta da mão-de-obra pelo assalariamento. Pretendia-se criar condições para a existência e utilização de mão-de-obra em termos favoráveis a uma economia de mercado. O método utilizado era assim duplo. Um indireto, através do sistema de impostos, que coagia à obtenção de rendimentos monetários, sendo a aplicação das leis fiscais “utilizada pelos funcionários da Administração para garantir a mão-de-obra necessária às plantações europeias de cacau, café ou sisal, ou a empresas como as minas de diamantes”. O outro método era direto, através do trabalho forçado sob variadas formas (FERREIRA, 1985, p. 85-86).

Essa legislação do trabalho indígena estava cravada na Constituição portuguesa de 1911, ela considerava “indígena”.

[...] aqueles que deveriam se civilizar pelo governo, por meio do hábito do trabalho, considerado uma “obrigação moral e legal”. Também destacava a necessidade de manter o trabalho como obrigatório, com o fim de prover o sustento e melhorar a condição social do “indígena”. Ao mesmo tempo delegava aos patrões o direito de prender e de castigar os “serviçais” (HERNANDEZ, 2008, p. 515).

O método direto, que era por meio do trabalho forçado sob variadas formas, a solução portuguesa para o problema da falta da mão-de-obra acabou agravando: “[...] contudo, o trabalho forçado português, delineado para resolver o problema da falta de mão-de-obra, terminou inevitavelmente, por agravá-lo e intensificar a crise de braços” (ANDERSON, 1966, p.58). O sistema de trabalho forçado traz à tona a natureza específica e características do colonialismo português: o extremismo e o arcaísmo²⁹ português.

²⁹ Cahen (2015) afirma que o uso do trabalho forçado não é simplesmente um arcaísmo reeditado por uma metrópole atrasada, mas sim um movimento de ruptura do próprio capitalismo moderno, nem foi simplesmente uma má aplicação da legislação portuguesa, produzida entre 1878 e 1962, nas colônias, mas estava claramente em consonância com os imperativos financeiros do imperialismo europeu e que a imposição do trabalho forçado só funcionaria mediante a articulação de modos de produção que mantivesse a economia doméstica das colônias em regime de subalternização e por último, a legislação criada era racista e racializada, no sentido de que não discriminava só o fenótipo, mas a esfera da produção. Ela era racista e racializada, porque não atingia o negro enquanto indivíduo, mas um povo inteiro e dificultava a consolidação de uma elite angolana em favor de pequenos colonos.

Cabe, portanto, até esse ponto do texto, um maior detalhamento do sistema de trabalho forçado que, junto com o sistema de impostos, garantiam a força de trabalho para a consolidação da economia de mercado como mostra Ferreira (1985).

De acordo com Perry Anderson (1966) o trabalho nas colônias portuguesas está dividido em quatro categorias e mais duas categorias complementares, a saber: trabalho correcional, obrigatório, contratado e voluntário mais os dois complementares que são o trabalho realizado no cultivo e o trabalho emigrante.

1. O trabalho correcional era demandado dos africanos que violavam os códigos laborais ou penais. Em Moçambique se aplicava também pelo não pagamento do imposto por pessoa do qual todo “indígena” estava sujeito, sendo obrigatório em Angola.
2. O trabalho obrigatório era imposto pelo governo quando os trabalhadores voluntários eram insuficientes. A lei isentava desse tipo de trabalho os indivíduos de menos de 14 anos e os mais de 70 anos, os doentes e os inválidos, os empregados, os chefes tribais, os trabalhadores durante os primeiros seis meses de estada em suas respectivas casas, após um período de trabalho contratado, os cipaios – capatazes das brigadas de trabalho. Este tipo de trabalho era usado principalmente nas instalações portuárias, estradas de ferro, obras de saneamento, construção e conservação de estradas rodoviárias.
3. O trabalho contratado era a categoria mais importante, economicamente, nas colônias portuguesas.

Qualquer africano que não pudesse provar que esteve empregado durante, pelo menos, seis meses do ano anterior, estava sujeito ao trabalho compulsório para o Estado ou para os empregadores privados. Bastava não possuir condições de encontrar trabalho que as autoridades se incumbiam de encontrar para ele; ou não habitar casa em condições de salubridade; ou não possuir no mínimo 50 cabeças de gado. Pelas definições, incluíam quase toda a população masculina das colônias. Os regulamentos angolanos para o trabalho contratado, geralmente impreciso, facilitavam a interpretação ad hoc por parte das autoridades. A condição para sua aplicação expunha 95% da população a esta modalidade de trabalho forçado (MENEZES, 2000, p. 136).

Nesse processo, a intimidação e a corrupção eram moeda de troca.

1. O trabalho voluntário era exercido na região aonde o trabalhador vivia. O trabalhador contratava diretamente com o empregador. Os salários eram mais baixos ainda que o do trabalho contratado. A diferença entre o trabalho voluntário e o contratado é que no primeiro o trabalhador fica perto de sua casa.
2. O cultivo forçado era em modalidade de monopólio:

Companhias portuguesas ou associadas com estrangeiros possuíam concessões de terras cedidas pela administração, às quais eram indicados grupos de trabalhadores.

Tais empresas forneciam sementes aos trabalhadores e exigiam um nível mínimo de produção, que era compulsoriamente comprado pela companhia a um preço fixo (muito abaixo dos preços de mercado livre). Nesse sistema, não era permitido qualquer outra remuneração ou salário, apenas o preço do produto. Era um processo inteiramente coercitivo, com a terra forçosamente levada à monocultura, subtraída, portanto, da economia local de subsistência. O resultado da aplicação do modelo, naturalmente, foi a fome das populações locais, fato comprovado tanto em Angola como em Moçambique (MENEZES, 2000, p. 136-137).

E por último, uma das modalidades do regime de trabalho forçado era o trabalho emigrante.

1. O Trabalho Emigrante era:

Mais empregado em Moçambique, consistia em fornecer, sob contrato da administração com os interessados, mão-de-obra para trabalho em outros países (minas da África do Sul e Transvaal, por exemplo). Em Angola, de 15 a 20 mil trabalhadores eram periodicamente levados a trabalhar na Rodésia do Norte (Zâmbia) e África do Sudoeste (Namíbia). Trabalhadores moçambicanos nas minas da África do Sul tinham 60% dos seus salários pagos diretamente, pelos sul-africanos, ao governo da colônia portuguesa, os quais só eram repassados às famílias seis meses depois, e em moeda portuguesa (o escudo). Só 40% eram recebidos nas minas, que empregavam mais de 100 mil homens por ano, após a Segunda Guerra Mundial. Essa modalidade de trabalho convencional português e que, na prática, a exportar mão-de-obra, constituía, na verdade, uma projeção internacional do estatuto do trabalho forçado (MENEZES, 2000, p. 137).

Já mencionamos, no primeiro capítulo, que o mercado de trabalho em Angola, não aquele modelo da escravidão, mas aquela do “trabalho livre”³⁰, começa a tomar forma no final do período colonial, principalmente com as rodadas de implementação de Planos de Fomento. Esses planos tinham como objetivos, em meio ao clamor dos povos colonizados, a criação de uma estrutura favorável a migração em massa de novos colonos. Tinha também o objetivo de criar o assalariamento com vista a dispensar o mecanismo do trabalho forçado com suas diversas determinações.

As características do mercado de trabalho angolano depois da segunda Guerra Mundial, entre 1967 e 1971, sob a administração colonial portuguesa, não é muito diferente daquela apresentada no Censo populacional e habitacional de 2014 analisadas no capítulo 3. Entre 1967 e 1971, quase 50% da população encontrava-se ocupada no setor agrícola. O peso da indústria na ocupação da força de trabalho é significativo em 1971 (19%, somadas a indústria extrativa e a transformadora) em comparação a 2014 (1,8%), segundo o Censo. A indústria é importante para a criação de postos de trabalho formal. Observa-se um ligeiro aumento com o

³⁰ A transição do trabalho escravo para o trabalho livre não significou liberdade real ao ex-escravo agora considerado trabalhador. E mesmo no capitalismo não existe a liberdade total do trabalhador, este está subjugado ao capital na medida em que o próprio processo capitalista é o uso do trabalho como instrumento de valorização do capital – a subsunção real do trabalho ao capital como mostra Marx (1975). O fim do trabalho escravo em 1854 levou a implantação do trabalho forçado em 1928 através do forçado.

saneamento e fornecimento de energia elétrica que sai de 0,97% em 1967 para 1,47% em 1971, nota-se também um aumento do comércio, da banca e dos seguros de 6,55% em 1967 para 8,23 em 1971, enquanto os serviços tiveram uma queda de 6% em 1967 para 5,8% em 1971, como mostra a tabela 3. Essa distribuição da ocupação por setores de atividade não se distingue muito da realidade de 2014 como mostraremos na seção 3.3.1.

Tabela 3 – Assalariados angolanos de 1967 a 1971.

Setores de atividade	1967		1971	
	Números	%	Números	%
Apicultura, silvicultura, caça, pesca e pecuária	233.538	43,97	265.610	41,38
Indústria extrativas	64.365	12,12	61.786	9,62
Indústria transformadora	53.588	10,09	65.657	10,23
Construção	42.829	8,06	45.312	7,06
Eletricidade, gás, águas e serviços sanitários	5.159	0,97	9.417	1,47
Comércio, banco e seguros	34.797	6,55	52.853	8,23
Transportes, armazenagens e comunicações	31.882	6	37.220	5,8
Serviços	46.096	8,68	44.733	6,97
Atividade mal definidas	18.899	3,56	59.349	9,25
Total	531.153	100	641.937	100

Fonte: Ferreira (1985)

As estatísticas da época, sobre os assalariados, eram vagas em relação à distinção entre angolanos e colonos, tendo em vista que estes últimos adentravam as pequenas produções antes ocupadas por angolanos, assim como adentravam também o comércio e os serviços, relegando, portanto, aos angolanos as atividades consideradas marginais pela administração colonial, mas que não deixam de gerar renda e se de desenvolver em meio a falta de assistência social do aparelho estatal como o foi naquele período.

Segundo Lopes (2014) os angolanos desenvolveram as atividades não desenvolvidas pelos colonos, que eram por um lado de cunho de subsistência, mas por outro também geradoras de rendimentos e ao mesmo tempo consideradas dinamizadoras, eram atividades voltadas para a produção e troca de bens e serviços realizados no quadro da economia familiar, com finalidades de autoconsumo ou no âmbito das relações de reciprocidade e de solidariedade familiar e de vizinhança.

Algumas atividades realizadas em certos espaços econômicos eram consideradas marginais pela administração colonial, como as dos engraxadores, escultores e comerciantes de

artesanato, assim como as que são associadas aos ofícios e à relação laboral mestre-aprendiz (carpinteiros, alfaiates, mecânicos, entre outros). Incluem também algumas atividades consideradas geradoras de lucros como o micro e o pequeno comércio varejista, os serviços de reparação e manutenção, os serviços financeiros, os serviços pessoais e os serviços associados ao lazer e entretenimento. E as atividades mais rentáveis da parte relegada aos angolanos eram aquelas ligadas ao comércio varejista e atacado como o armazenamento, o transporte, a construção e a prestação de alguns tipos de serviços, práticas especulativas ou à exploração de rendas de oportunidade e o comércio ilegal de divisas.

Até 1961, eram poucos os trabalhadores qualificados para exercer funções que demandavam alto nível de instrução, a considerada indígena não ocupava os cargos públicos, tendo em vista que sobre eles recaía um sistema de hierarquia que muitas das vezes não conseguiam atingir, que era o próprio Estatuto do Indigenato que, através das divisões que implicava – assimilados, civilizados e indígenas.

O investimento em educação era ínfimo, pelo menos até a Luta Armada. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Administração Colonial incrementa as rubricas de financiamento em educação, através da implementação dos Planos de Fomento, que aumentaram os números de alunos, assim como os tipos de ensino. A tabela 4, mostra que, do biênio 1962/63 para o de 1969/70 houve um aumento de 215 % no número de alunos matriculados no ensino primário e um aumento de 1.106, % no número de alunos nos institutos comerciais e industriais enquanto o aumento no setor agrícola foi de 156,5%, já o ensino elementar profissional teve um aumento de 313% no número de alunos.

Tabela 4 – Tipos de ensino, número de alunos, 1962 e 1970.

Tipos de Ensino	1962-63	1968-70	Varição 1962-63/1969-70 (%)
Total	143.469	425.815	215,6
Primário	123.641	392.809	217,7
Técnico-profissional	7.912	10.946	N/d
Escolas técnicas elementares	7.807	9.679	24
Institutos comerciais e industriais	105	1.267	1106,7
Agrícola	147	377	156,5
Elementar profissional artes e ofícios	337	1.393	313,4

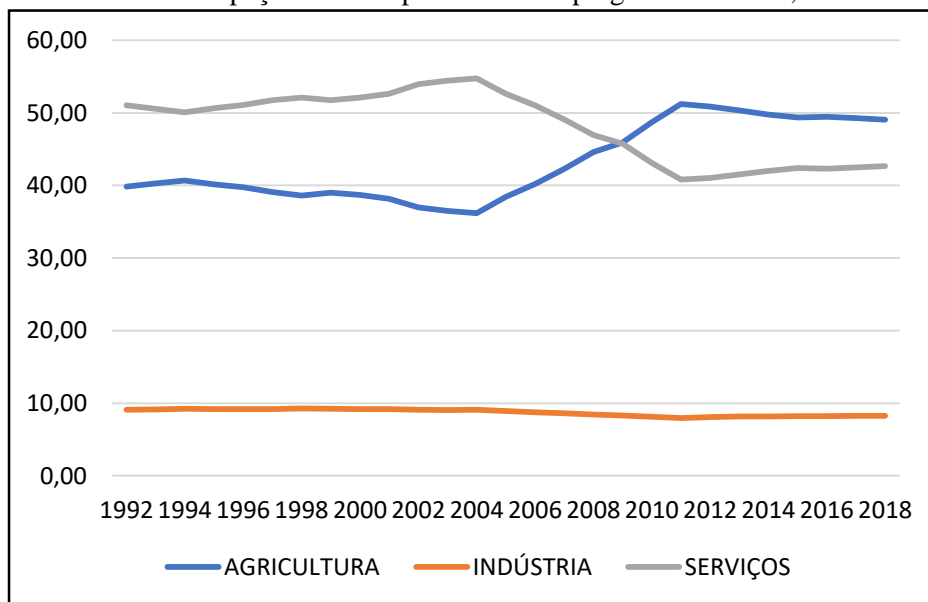
Fonte: Ferreira (1985).

O crescimento dos tipos de ensino voltado para o incremento do profissional e da expansão dos Institutos comerciais reflete o ponto de partida do programa. O ensino em geral

no período era quase inexistente para a formação da mão de obra angolana³¹ que constituíam a maior parte da força de trabalho disponível. O mercado de trabalho que surge no final do período colonial, portanto, vai se desdobrar um dois, um para atender a força de trabalho qualificada, isto é, formada por portugueses e alguns assimilados angolanos, e a força de trabalho não qualificada (FERREIRA, 1985).

O aspecto jurídico se constituir um elemento importante na dinâmica do mercado de trabalho angolano, tendo como base o próprio processo histórico de formação econômica, que cria, ao pregar a exclusão do povo angolano do processo produtivo, uma cultura de adaptação a mercados duais, tanto na própria economia como no aspecto dela analisado no presente texto – o mercado de trabalho. Este último, com a fundação da I República de Angola³², apresenta os resquícios do período que priorizava a exploração de produtos agrícolas como o café, mas que na independência priorizar a exploração de petróleo, diamantes e outros. O setor agrícola se mostrará, nos pós-independência, o mais capacitado para a absorção da força de trabalho, como mostra o gráfico 2 abaixo, não afirmando com isso que seja o polo dinamizador da economia.

Gráfico 2 – Participação no total por setores emprego de atividade, 1992 -2018.



Fonte: WorldBank -World Development Indicator, modeled ILO estimate

³¹ O período de implementação dos Planos de Fomento se deu durante o governo de Antônio Oliveira de Salazar de 1933 a 25 de abril de 1974. Este ensino, no que concerne aos indígenas, visava “aos fins gerais da educação moral, cívica, intelectual e física, estabelecidas nas leis e também à aquisição de hábitos e aptidões de trabalho, de harmonia com os sexos, as condições sociais e as conveniências das economias” Estatuto do Indigenato apud Isaac Paxé (2014).

³² A 1ª República situa-se entre os anos de 1975 e 1992, tendo como marcos jurídicos, de início e final, a Lei Constitucional de 11 de novembro de 1975 e a Lei Constitucional de 16 de setembro de 1992 (WALTER, 2007, p. 15)

O aspecto político, isto é, a guerra civil, impulsiona os aspectos marginais da relação laboral que a letra viva da lei começara. Nesse sentido, a seção seguinte mostrará, o dinamismo dos mecanismos da oferta e demanda da força de trabalho são completamente abalados pela destruição do aparato produtivo e pelo enfraquecimento institucional que uma guerra provoca.

3. CONSOLIDAÇÃO DO ENCLAVE DO PETRÓLEO E OS EFEITOS DA GUERRA CIVIL SOBRE A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO ANGOLA

As mudanças levadas a cabo pela Administração colonial no final do período colonial, principalmente com a implantação dos Planos de Fomento, cuja finalidade era consolidar uma economia de mercado em Angola (FERREIRA, 1985), não encontraram o seu devido efeito multiplicador sobre a economia devido aos efeitos nefastos do processo de colonização utilizado como meio para se alcançar tais mudanças.

Marx (1975) apontava esse processo como o momento da acumulação inicial³³ que deu força ao sistema capitalista quando afirma que,

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativas nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um mercado para a caça comercial às peles negras marca a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 1975, p. 275).

O mundo do pós II Guerra Mundial é o da naturalização desse processo, a amnésia histórica se fez necessária para explicar a desigualdade das diversas economias no mundo. Fazem-se perguntas como por que um país é mais desenvolvido que o outro e aventam-se respostas com complexidades desnecessárias.

Souza (1980) mostra que os movimentos que permitem a divisão de determinadas economias em organizações capitalistas e não capitalistas são endógenos ao sistema capitalista, ou seja, são criados com o processo de acumulação capitalista. E Rodrigues (2003), ao observar a realidade angolana mais de perto, atribui uma importância preponderante aos aspectos da dualidade entre “tradição” e “modernidade”.

³³ A acumulação primitiva é um processo histórico que se operou no final do século XV até meados do XVIII, ou seja, ela se deu no interior do regime feudal, sob a égide do Estado absolutista. Na verdade, isso devido que, o modo de produção capitalista implica uma produção mercantil simples bastante ampla, o que envolve intensas atividades comerciais, com uma generalizada utilização de dinheiro como meio de troca. Mas tais condições, necessárias, não são suficientes – para que surja e se desenvolva o modo de produção capitalista, é preciso que se confrontem homens que dispõem de recursos para comprar força de trabalho como mercadoria e homens que só dispõem da sua força de trabalho como a única mercadoria que têm para vender.

Tanto a ideia de organizações não capitalistas e núcleos capitalista de Souza, quanto aos aspectos da dualidade entre “tradição” e “modernidade” em Rodrigues, nos permitem endossar aqui a ideia de que existe uma inserção subalterna da economia angolana na divisão internacional do trabalho, mediadas pelos os seus movimentos internos, como já pontuamos, através de Cardoso (1995), no caso, aspectos políticos resultante do rompimento do pacto feito entre as forças que lutaram para a descolonização de Angola.

Os elementos que vão, portanto, provocar o desacelerar do efeito multiplicador dos planos de fomento efetuados pelos portugueses no final do período colonial serão políticos e econômicos – isto é, o período de guerra civil e a dependência econômica herdada do período colonial.

Segundo Jonuel Gonçalves (2014), a guerra civil angolana, com início logo após a independência e término em 2002, teve uma grande importância na distribuição dos recursos orçamentários do período e em paralelo havia problemas como a falta de recursos humanos e a persistência do extrativismo, principalmente com o setor petrolífero como principal.

Os angolanos fizeram a sua história de modo geral em “condições determinadas”, que nesse caso foi a adoção do modelo político socialista, mas diante de contradições históricas no que concerne as condições de sobrevivência do Estado, isto é, das condições prévias do modo de produção viável no momento. Ao se lembrar a história angolana da guerra, não queremos simplesmente com ela fazer ilações históricas, mas também mostrar que as janelas da história nunca estão fechadas e que a cada momento histórico aparecem alternativas viáveis que permite a cada sociedade repensar as suas escolhas.

No caso angolano, passou por um período de colonização já conhecido, mas o século XXI abriu uma janela de oportunidades com a valorização dos principais produtos exportados por Angola, e com altas taxas de crescimento que não se resvalaram em ampliação efetiva do estado de bem-estar. Esse ponto de vista não exclui o aspecto histórico que ao mesmo tempo a prende em um espiral de dependência econômico.

Adotou-se o socialismo adaptado a realidade angolana. Em tese, uma economia socialista é aquela em que,

Os condicionantes do sistema (as leis econômicas) são conscientemente controlados pela sociedade (que é proprietária dos meios de produção, sob o comando do Estado), o planejamento econômico se torna medida necessária, que que é a economia socialista não alcança espontaneamente o desenvolvimento. O planejamento se revela, por assim dizer, num instrumento para submeter a operação das leis econômicas e assegurar que o desenvolvimento da sociedade se dê segundo a vontade humana (MENEZES, 1996, p. 309).

Na etapa inicial do socialismo, ainda existem resquícios do modo de produção anterior, demandando uma planificação cada vez mais intensa com vista minimizar os impactos da realidade produtiva anterior. Para que a influência do setor não socialista não se torne tão razão de instabilidade para a economia socialista, a parte já socializada dos meios de produção, isto é, já estatizada deve ser maior.

A realidade angolana da segunda metade da década de 70 do século XX era de caos econômico, guerra civil e de fuga de cérebros. A luta de libertação deu início as primeiras destruições do aparelho produtivo do país, que foi incrementada pela guerra civil do pós-independência. Num primeiro momento o movimento pro-independência levou boa parte da força de trabalho qualificada para as funções de gestão. Esse fato é de extrema importante devido a quase ausência de qualificação da mão de obra indígena por parte do colonizador português. Tanto o setor privado quanto o setor público foram afetados pela fuga de cérebros. O setor empresarial foi quase que totalmente abandonado pelos antigos donos, obrigando o Estado a estatizar os setores estratégicos num primeiro momento.

Esses fatores caracterizam um “socialismo à angolana”. O contexto político, econômico e cultural de Angola nos anos 1970 não era igual a das União Soviética de 1917. Em 1975, Agostinho Neto e companhia recebiam dos portugueses um país pilhado por séculos, que estava começando a entrar no rumo da economia de mercado, mas que mais beneficiava o estrangeiro que o nacional. O socialismo angolano ou a aceitação do socialismo como forma de organização da sociedade em Angola também pode ser visto do ponto de vista do fortalecimento das elites, não garantidas durante o vigor do perverso Estatuto do Indigenato como aponta Rela (1992),

A estatização, que no fundo foi um fenômeno inerente à descolonização de praticamente todo o continente africano, independentemente da ideologia dominante proclamada – e tanto maior quanto maior o índice de abandono por parte dos antigos proprietários – , serviu perfeitamente a burguesia nacional e permitiu não só o seu alargamento como o aparecimento de novas burguesias; servi-a porque lhe garantiu, sem risco, dispor não só dos meios de produção mas aprender a geri-los, já que por imperativos do próprio sistema colonial a sua colocação em termos de estrutura social estava limitada à atividade administrativa (RELA, 1992, p. 57).

A necessidade de manter em território angolano a presença das multinacionais herdadas do período colonial se torna cereja do bolo para os personificadores do Estado angolano, para a manutenção desse Estado recém-nascido. Se torna premente portanto, o fortalecimento do conhecido Enclave de Cabinda.

As condições sociais e econômicas que os primeiros dirigentes do Estado não eram das melhores, com alto número de analfabetos e grandes desconhecimentos por parte da

população do que é socialismo, tendo em vista que para os angolanos a valorização do sucesso é o compartilhar com os seus a noção de riqueza.

O modelo de economia planejada e controlada escapava e concorria, portanto, com um sistema paralelo de economia que mostrará bem dinâmico no que concerne a manutenção da sobrevivência dos agentes econômicos e sociais nos anos pós-independência. Em relação ao insucesso da implementação do sistema de planificação centralizada de desenvolvimento econômico e social em Angola, Rela (1992), afirma que este poderia ser melhor aproveitada se fosse usado como método, pelo contrário não se implantou o sistema com a humildade e a consciência demandada, no momento de se encarar problemas reais, ao invés disso, se colocou o estatuto hierárquico acima de tudo.

3.1 A guerra civil

O Estado-nação angolano foi gestado na força e na violência, e com a divisão dos seus movimentos de libertação era possível fazer um prognóstico de uma paz não duradoura. O movimento era interno, mas influenciado majoritariamente pelas flutuações do movimento internacional, do confronto ocidental entre a preponderância do socialismo ou do capitalismo. Neste sentido que,

[...] a primeira guerra de independência estava terminada (em 1975). Mas a continuidade das divisões internas logo se transformou em uma segunda guerra civil, disputada entre MPLA e UNITA. Esta contou com a participação direta dos Estados Unidos e da África do Sul. Quanto ao MPLA, teve apoio logístico e humano da URSS, da China e, sobretudo de Cuba. A guerra civil foi entremeada, sem sucesso, por alguns acordos de paz. Apenas no dia 3 de abril de 2002 o parlamento angolano aprovou uma lei em que foram anistiados todos os crimes contra a segurança do Estado, cometidos no contexto do conflito armado angolano (HERNANDEZ, 2008, p. 580).

A disputa que culminou em 2002, acabou sendo travada pela União Nacional para Independência Total (UNITA) de Angola e pelo Movimento Popular Libertação de Angola (MPLA), mas começou com três partidos políticos que incluem também a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Todos começaram como movimento de libertação de Angola. A FNLA foi um movimento político criado em 1962, fruto da junção da União das populações de Angola (UPA) – cujo líder era Holden Roberto, que passou a ser o principal nome da FNLA, com o Partido Democrático de Angola (PDA), com apoio dos Estados Unidos e do Zaire – atual República Democrática do Congo.

O MPLA é um movimento político que nasce em 1956 fruto da união do Partido de Luta Unida dos Estados Africanos de Angola (PLUA) e do Movimento para a Independência de Angola (MIA). O MPLA, liderado por Agostinho Neto, que assumiu a orientação marxista,

era fortemente urbano. Entre os membros do movimento havia tanto mestiços quanto assimilados e brancos, bem como a população Ovimbundu de Luanda.

A UNITA, foi fundada em 1964, mas só deu início à luta armada em 1966, liderada por Jonas Savimbi, que tinha deixado a FNLA e o GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio). Os principais componentes da Unita eram das etnias do sul – Ngangela, Chokwe e Ovimbundu. A Unita, com sua base na Zâmbia, visava o apoio popular e a mobilização das massas, mas era militarmente muito fraca. Embora se declarasse maoísta, a UNITA alterava sua posição ideológica de acordo com o apoio externo a ser recebido (SILVA, 2018).

Estes três partidos, se confrontaram pela hegemonia na República de Angola, durante um período de 27 anos que teve forte impacto sobre a economia e sobre as populações de Angola. As consequências desta guerra civil são visíveis ainda hoje na sociedade angolana e:

[...] contabilizaram cerca de 10 milhões de minas terrestres que foram espalhadas pelo território Nacional, danificando as atividades pecuárias e agrícolas. A guerra civil deixou uma marca de dois milhões de mortos, 1,7 milhão de refugiados e 80 mil pessoas mutiladas pelas incontáveis minas espalhadas pelo país (SILVA, 2018, p. 13).

As consequências econômicas dessa guerra passam também pela destruição do aparelho produtivo nacional que provocou uma redução drástica no nível de oferta de bens e serviços por parte do Estado e do setor empresarial. A guerra criou um desnível regional, obrigando as populações a se deslocarem ou para os países vizinhos ou para a capital em busca de proteção e melhores condições de vida, como afirma Jonuel Gonçalves,

O ambiente político-militar provocou destruições e inibiu possibilidades produtivas em diversos espaços geográficos, ao mesmo tempo determinando uma nova pirâmide social e, por consequência, novas formas (em relação ao período colonial) de distribuição de funções e riquezas (GONÇALVES, 2010, p. 77).

3.2 Consolidação do enclave do petróleo e o mercado de trabalho

Na virada dos anos 1970, isto é, início dos anos 1980 e nas décadas seguintes, com a independência de muitos países africanos, a situação de dependência econômica começa a se consolidar, devido à necessidade de financiamento deixada pelos colonizadores. Angola nasce como uma economia dependente primordialmente de um produto – o petróleo. Apesar do modelo “socialista” e com o apoio da ex-União Soviética, Angola manteve no seu interior um enclave capitalista – isto é, manteve em seu território as grandes petrolíferas, como forma de financiar o seu desenvolvimento.

A dependência colonial é passada aos capitais internacionais que se encontravam presentes no território aquando da independência de Portugal. Esses capitais, atraídos pela possibilidade de exploração comercial do petróleo no enclave de Cabinda, no extremo norte do país, se tornaram essenciais para o regime político que logo compreendeu que não conseguiria financiar a transição sem os mesmos. Angola entram, portanto, em uma espiral de dependência do mercado internacional do petróleo. E isso ficou evidente com a crise do petróleo da década de 1970. Se estruturando, portanto, toda a economia em volta do setor petrolífero e outros setores voltados à extração tanto de minério quanto à do petróleo, deixando por sua vez a economia nacional cada vez mais dependente da importação de produtos e ao mesmo tempo dependente da exportação de produtos primários, principalmente do petróleo.

Essa dependência se acentua com a queda do preço médio do barril de petróleo de US\$34,2 em 1980 para US\$22,1 10 anos depois, para fazer frente a queda do preço, a solução foi o aumento da produção para manter a receita obtida com a exportação do petróleo. A produção diária de barril de petróleo sai de 40,7 milhões em 1980 para 159,5 milhões em 1990 como se observa na tabela 5 (MENEZES, 2000).

Tabela 5 – produção, preço e receitas de exportação de petróleo, Angola de 1980 a 1992.

	Produção total (milhões de barris)	Preço médio Barril (US\$)	Receita de Exportação (milhões de US\$)
1980	40,7	34,2	1.391
1982	39,2	31,7	1.246
1983	54,8	27,8	1.525
1984	64,1	27,3	1.748
1985	73,4	26	1.906
1986	92,1	12,6	1.164
1987	116,3	17,5	2.036
1988	146,1	14,5	2.125
1989	152,2	17,5	2.637
1990	159,5	22,1	3.525
1991	171	18,5	3.161
1992	188,1	18,3	3.435

Fonte: Menezes (2000).

Segundo Menezes (2000, p. 34), muito do que fora estabelecido pelo colonizador foi devastado durante o processo de descolonização:

O cenário econômico prevalecente antes da libertação se desmontou, sobretudo com o “grande êxodo” dos monopolistas, dos gestores e dos demais colonos portugueses (além dos “angolanos cooptados pelo colonizador) e pela destruição física ou abandono do patrimônio produtivo existente no território (pelos refugiados e pela guerra).

O “enclave do petróleo” se tornou uma inovação em uma economia socialista. A Guerra Civil, como já apontado mais acima, destruiu a maior parte do patrimônio produtivo de Angola e a ela se associa o “êxodo” que menciona Menezes, a falta de trabalhadores qualificados fragilizaram a economia. Nos anos 1980 com a queda do preço do petróleo, Angola teve necessidade de aumentar a quantidade produzida, mas devido a incapacidade de oferta teve que contrair empréstimos a organismos internacionais.

Com a fragilização da economia, as estratégias econômicas dos dirigentes do Estado angolano se alteram, e oscilam ao mesmo tempo dialeticamente entre a manutenção do sistema socialista, que estava demonstrando insucesso, e a inflexão para a economia de mercados. Este último começa a ser posto em prática timidamente no início dos anos 1980. No campo político, os Congressos do MPLA de dezembro de 1977, 1980 e o II Congresso de 1985 vão cimentar as primeiras alterações nessa direção.

Essas alterações levam também a alterações no discurso econômico. Até 1983 o discurso econômico ainda era o da preservação do sistema de economia centralmente planejada, ou seja, a defesa de uma economia mais voltada para dentro, depois de 1983, o discurso muda para a manutenção e ampliação do setor exportador³⁴ (FERREIRA, 1990).

Ferreira (1990) aponta que o discurso econômico do MPLA até 1983 apontava para uma combinação do modelo de substituições de importação latino-americano com o socialismo clássico. O objetivo, como ainda o é hoje, era diversificar a estrutura produtiva agrícola e industrial tendo o setor petrolífero como financiador do processo, como mostram as Orientações Fundamentais (1977) “[...] no setor extrativo dar prioridade ao petróleo, diamante, ferro [...] (pois) reúnem as condições capazes de gerar excedente necessário, através da exportação a constituição do fundo de acumulação indispensável para o lançamento da indústria no país”. A diversificação tinha como objetivo também reduzir a dependência externa.

Ainda segundo Ferreira (1990), o Congresso Extraordinário de 1980, optou por manter aqueles objetivos, mas fez duas constatações relevantes sobre a situação econômica: a primeira era de que a recuperação econômica era fraca e a segunda era a guerra civil. Com a fraca recuperação da economia, isto é, com o setor produtivo reduzido, se procurou usar os

³⁴ Neste momento, a percepção de que o setor petrolífero seria o mais viável para o financiamento do desenvolvimento fica mais clara para os dirigentes angolanos. Se esse desenvolvimento foi realmente alcançado demanda um debate que perpassa esse texto.

recursos cambiais na aquisição de bens de consumo e matérias-primas para a produção, em detrimento da compra de bens de produção para o almejado *takeoff* da indústria nacional³⁵.

A constatação da importância da Guerra civil notada no Congresso foi a passagem para o primeiro plano que se lhe atribuiu. Houve uma mudança no entendimento da importância da guerra, esta passou a ser prioridade, ou seja, era a razão da instabilidade que precisava ser erradicada, para isso, a parcela do Orçamento Geral do Estado (OGE) que cabia a Defesa tem que ser cada vez maior³⁶. A estes dois fatores se somam a queda do preço do petróleo entre 1981 e 1982 que provocam a estratégia de consolidação do setor exportador com o petróleo ainda como carro-chefe a partir de 1983.

O período de 1983 marca alterações já apontadas mais acima. Lança-se o Plano Global de Emergência (PGE)³⁷ que tinha como prioridades aumentar a produção do petróleo e diamantes, aumentar a oferta de produção e outros bens para a defesa, tanto no campo quanto na cidade e aumentar a produção agrícola. Estas prioridades tinham como intento final a reestruturação da economia (FERREIRA, 1990).

Com a constatação da correlação negativa entre guerra e desenvolvimento alterou o pensamento dos dirigentes do MPLA, já não mais se pensava em combinar defesa com desenvolvimento econômico e social, “[...] a economia teve que ser reajustada condicionando-se aos superiores interesses da defesa” (MPLA- PT, 1985). O período que vai de 1986 a 1990 a economia fica subordinada ao setor militar porque “[...] no domínio da prioridade absoluta às necessidades da defesa do país, “[...] a indústria transformadora deverá prioritariamente produzir e canalizar para a defesa a sua produção³⁸” (MPLA – PT, *ibid*).

Segundo Vidal (2011), com a redução da produção o setor exportador ganhou um papel preponderante no financiamento das importações de bens de consumo e também começou a financiar a folha de pagamento, isto é, os salários dos outros setores e a Administração Pública. A relação, com este último, por parte de alguns dirigentes e diretores era de extração

³⁵ O Relatório do CC (Comitê Central) do MPLA de 1980 afirma que “em 1979 a produção mercantil controlada pelo Estado não permitiu a satisfação senão de 12% das necessidades alimentares da população urbana e dos operários agrícolas e de 15% das necessidades da indústria em matérias-primas”. Relatório do CC ao I Congresso Extraordinário do MPLA – PT, Luanda, Departamento de Informações e Propaganda do MPLA – PT, 1980, p. 76.

³⁶ A título de exemplo, anos mais tarde, entre 1997 e 2002, o Orçamento Geral do Estado apenas despendeu 20 a 30% das despesas para o setor social, no qual se insere a educação, saúde, habitação, assistência social e cultura. Em 1999, 56% das despesas executadas foram destinadas ao setor de defesa e ordem pública

³⁷ O PGE foi elaborado durante a 9ª e 10ª Reuniões do CC do MPLA/PT, realizados a 18 e 19 de fevereiro de 1983 e ratificado na 7ª Sessão da Assembleia do Povo em 23 de fevereiro de 1983(Ferreira, 1990).

³⁸ Diz respeito a produção ligada a “ bens alimentares, bens de higiene, tabaco, bebidas, vestuário e calçado, cobertores, colchões, etc., assim como bens para a satisfação de necessidades da defesa em equipamentos de transportes rodoviário e marítimo, materiais para a construção de infraestruturas militares, equipamentos para quartelamentos e outros bens de consumo duradouros e a respectiva assistência pós-venda (Ferreira, 1990).

do erário público, isto é, era uma relação do tipo *rentiére* entre o Estado, os trabalhadores dos diversos setores (agricultura, indústria e administração pública) e entre o Estado e as empresas estrangeiras do setor petrolífero.

Ainda de acordo com Vidal (2011, p. 25):

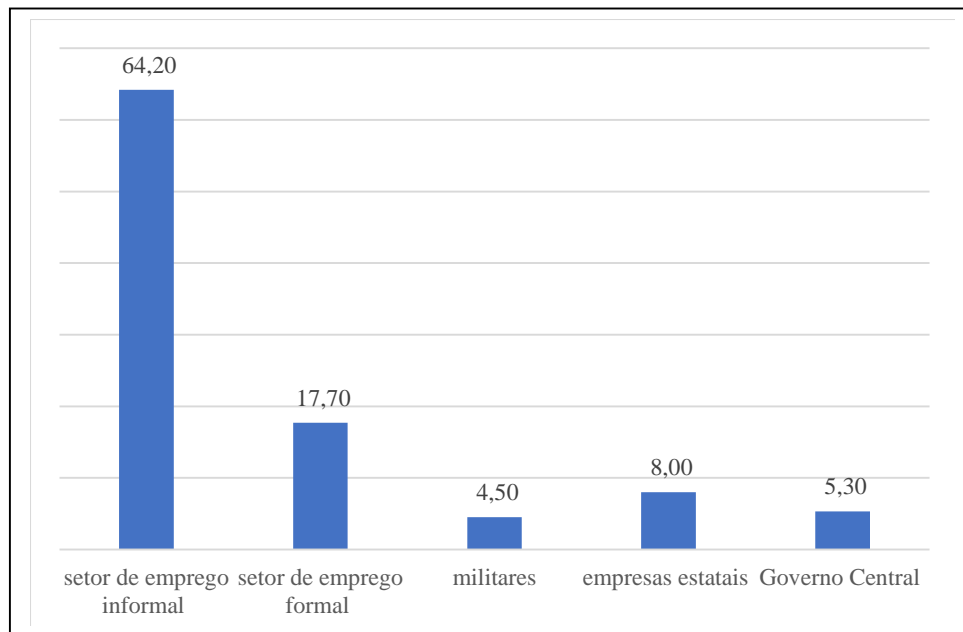
A relação *rentiére* de dependência desenvolvida com os diversos estratos da população foi financeiramente apoiada pelos rendimentos do petróleo, geridos pelos órgãos de topo do Partido/Estado, representando assim um tipo de relação distributiva entre os estratos mais elevados, intermédios e mais baixos da sociedade. No entanto, a receita do petróleo não chegava para satisfazer as necessidades e expectativas de todos, sendo obviamente os estratos mais baixos os primeiros a enfrentar as maiores dificuldades.

A consolidação do setor extrativista em meio a guerra, aliado ao governo de Administração central, teve como causa a escassez de bens e serviços que levaram, segundo Vidal, a um triplo fenómeno interrelacionado,

Primeiro conduziu aos habituais sistemas de racionamento, comuns a outros sistemas socialistas marcados pela escassez, com hierarquização sócio-político-económica no acesso aos canais oficiais de abastecimento e a outros benefícios determinados pela posição ocupada dentro da hierarquia do Partido. Segundo, levou ao desenvolvimento de mercados informais paralelos, com preços bastante mais elevados que o oficial. Terceiro, levou à igualmente comum arbitragem entre mercados oficiais e paralelos, com forte estímulo ao desvio de bens e recursos dos canais oficiais para os informais (VIDAL, 2011, p. 25).

Estes fenómenos vão-se tornar normas quando se pretender caracterizar a economia angolana, em particular o mercado de trabalho. O Inquérito às Despesas e Receitas dos Agregados Familiares (IDRAF) de 1990 mostrou que a estrutura do mercado de trabalho em Angola era marcadamente formada pelo setor informal, que ocupava 64,20% da força de trabalho do país, enquanto o setor formal de emprego, composto por militares (4,50%), empresas estatais (8%) e pelos funcionários da administração do Governo Central (5,3%), como mostra o gráfico 3.

Gráfico 3 – Estrutura da força de Trabalho Nacional (%) Angola, 1990.



Fonte: IDRAF, Ministério do Planeamento.

A maior parte da força de trabalho encontrava emprego no setor informal constituído por esses mercados paralelos com preço bem mais altos que o oficial. A estratégia económica adotada no pós-independência foi a do desenvolvimento social, mas com a inversão desta em prol da despesa, na primeira metade dos anos 1980, reconheceu-se que:

As condições internas (os gastos financeiros e a canalização de recursos económicos e humanos para a defesa, a impossibilidade de recuperar a agricultura e a indústria, a comercialização e a rede de transportes, a incapacidade administrativa) determinam o que fatores externos (queda do preço do petróleo) condicionam. [Dois dilemas vão acompanhar a economia angolana, como resultado destes dois fatores] a) quer as receitas de exportação aumentem ou diminuam está sempre presente uma política de austeridade: no primeiro caso, as importações têm tendência a aumentar aproveitando o boom ocasional (1980/1981), seguindo-lhe uma política contracionista corretora; no segundo caso, obviamente, impõem-se saber administrar os recursos cambiais que escasseiam; b) se se dá prioridade a Defesa irão escassear os recursos destinados a promoção do desenvolvimento socioeconómico. Se o caminho inverso, aquele que se deveria seguir, é a segurança do regime que é posta em causa. Tanto numa como noutra situação é o investimento produtivo que fica prejudicado, isto é, é o próprio desenvolvimento económico que é posto em causa. A influência negativa das despesas militares sobre o ritmo de crescimento económico é uma tendência que veio constantemente a agravar-se e funcionando como fator retardador desta economia (FERREIRA, 1990, não paginado).

Tendo em vista esse dilema, entra em cena o Saneamento Económico e Financeiro (SEF) de 1987, marcando a transição para a economia de mercados, sendo uma exigência para o país receber financiamento dos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Os objetivos da transição eram o de repor o papel dos preços no equilíbrio entre a oferta e a demanda; enquadrar o funcionamento das empresas e dos agentes económicos; reestruturar financeiramente as empresas e a criação de um sistema

financeiro eficiente; privatizar e reconhecer a importância da iniciativa privada; reformar as finanças públicas e a administração do Estado; reestruturar a economia não petrolífera e alterar as condições e as leis referentes ao mercado de trabalho (ROCHA, 2001). O setor petrolífero é um elemento preponderante na economia angolana³⁹ que dita os rumos desta desde sua descoberta por volta dos anos 1950⁴⁰ e o estabelecimento da SONANGOL (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola) pela Lei nº 13/78 de agosto de 1978. A pergunta que exprime o objeto deste texto é: o que aconteceu com o mercado trabalho em meio aos elementos expostos? Uma resposta simples seria a de que durante os anos, a preocupação com a constituição de um mercado⁴¹ aonde os demandantes de empregos e os ofertantes pudessem se encontrar e exercer todos os seus direitos passou ao largo na história angolana com aparecimento necessário no momento da elaboração de políticas estabelecidas pelo Estado como apareceu no SEF e aparece nos Planos de Desenvolvimento Nacional. Segundo Walter (2007, p. 18):

A indústria petrolífera do país é predominantemente offshore e gera ainda poucos empregos, ou melhor, insuficientes de acordo com o pretendido pelo princípio da angolanização. Seja como for, o Estado angolano está fortemente dependente dessa

³⁹ Na virada do século o Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2000 o demonstrava, mas apontando já a parca capacidade deste setor de absorver a mão de obra: A estrutura da economia angolana sugere que ela depende ainda grandemente do setor petrolífero, que individualmente continua a constituir o mais importante produto, com uma contribuição média de 48% para o produto interno bruto, mas não representando, porém mais do que 1% do emprego assalariado. Em 1997 o Produto Interno Bruto (PIB) a preços constantes cresceu em cerca de 6,9% em 1998 cerca de 1,7%, correspondendo, respectivamente, a 3,2% de crescimento real do produto do setor petrolífero. A forte dependência da economia nacional do setor petrolífero torna-a vulnerável aos choques externos, tendo em conta a grande volatilidade do mercado petrolífero internacional. Assim é que o desequilíbrio das contas externas se acentuou em 1998, comparativamente a 1997, com o nível médio do preço de exportação a registrar o valor de cerca de US\$ 12, contra os cerca de US\$ 18, em 1997. O saldo da Balança de Transações Correntes passou de um montante negativo de cerca de US\$872,3 milhões (-11,5% do PIB), em 1997, para cerca de US\$ 1.857,6 milhões (-30,5% do PIB), em 1998, quando, entretanto, em 1996 ele foi negativo em cerca de US\$ 449,9 milhões (5,9% do PIB). Por um lado, a acentuação do desequilíbrio das contas externas foi o reflexo da acentuação do desequilíbrio das contas internas, como se pode depreender do comportamento das contas fiscais: estima-se que o déficit fiscal tenha passado de aproximadamente 6,2% do PIB, em 1997 (1,5% de déficit corrente), para cerca de 15,0 por cento, em 1998 (8,7% de déficit corrente). A volatilidade do sector petrolífero reflete-se também no comportamento das correspondentes receitas fiscais, onde em 1997 as receitas fiscais petrolíferas representaram cerca de 83,4% das receitas fiscais totais, tendo-se reduzido para 69,1% em 1998. Por outro lado, a expansão dos meios de pagamento, em termos nominais, em cerca de 43,5%, em 1997 e 126,1%, em 1998, num sistema de taxas de câmbio administradas e mantidas artificialmente sobrevalorizadas ao nível oficial, traduziu-se, por um lado, em perda de Reservas Internacionais Líquidas de US\$ 183,0 milhões e US\$ 57,0 milhões, respectivamente em 1997 e 1998; por outro lado, registaram-se níveis de inflação – medidos pelo índice de preços no consumidor de Luanda – consideráveis, respectivamente de 64,9% e 134,8%.

⁴⁰ É a partir de 1952, que a indústria irá dar sinal de maior desenvolvimento, pois é nesse período que a primeira descoberta comercial será concretizada. Assim o início da produção comercial acontece em 1955 (WALTER, 2007, p. 13).

⁴¹ Que segundo Marx (1975, p.196-197) onde “[...] se operam a compra e a venda da força de trabalho, é realmente um verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem. Só reinam aí liberdade, igualdade, propriedade e Bentham. Liberdade, pois o comprador e o vendedor de uma mercadoria, a força de trabalho, por exemplo, são determinados apenas pela sua vontade livre. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, a expressão jurídica comum de suas vontades. Igualdade, pois estabelecem relações mutuas apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um só dispõe do que é seu. Bentham, pois um dos dois só cuida de si mesmo. A única força que os junta e os relaciona é a do proveito próprio, da vantagem individual, dos interesses privados”.

indústria, pois de 80 a 90% da sua receita fiscal e mais de 90% das suas exportações tem origem nesse setor.

A formação histórica-econômico de Angola nos explica a necessidade da utilização cada vez mais premente de um setor, mas não, por dedução explica a situação quase inalterada da realidade angolana nos quase 50 anos de soberania. Tem de se levar em conta as determinadas relações sociais internas, isto é a constituição das forças que se confrontam internamente as elites e as populações com mesma força para influenciar a história, mas que é ao mesmo tempo parte dela nesse processo de decisão sobre o futuro, que como já afirmamos mais acima, foi aberto a uma janela com o boom das commodities na virada do século XX para o XXI, mas a opção tomada nesse processo histórico foi certamente uma que não privilegiou o desenvolvimento equilibrado e sustentável, isto é coletivo.

O período colonial, principalmente a partir da divisão que primava com a sua regulação trabalhista, a guerra civil que devastou grande parte do aparelho produtivo angolano, assim como a inserção na divisão internacional do trabalho expresso na predominância do enclave do petróleo sobre a economia angolana, constituem elementos importantes na determinação da dinâmica do mercado de trabalho contemporâneo angolano. Sem olvidar os aspectos das particularidades apontadas por Rodney (1975) e Rodrigues (2003).

Os aspectos dessa dinâmica que se evidenciam no quotidiano do mercado de trabalho angolano são os trabalhadores ocupados em atividades informais, isto é, existe certa estratégia de sobrevivência por parte da população (RODRIGUES, 2003). Chama a atenção o recuo da participação do setor petrolífero no PIB em detrimento dos serviços e o comércio, a perenidade da informalidade e a desigualdade social.

3.3 Informalidade e desigualdade social: algumas considerações sobre a dinâmica contemporânea do mercado de trabalho angolano

Esta seção trata dos efeitos da informalidade e da desigualdade social, geradas pelos diversos elementos presentes na formação socioeconômica de Angola, sobre a dinâmica recente do mercado de trabalho deste país.

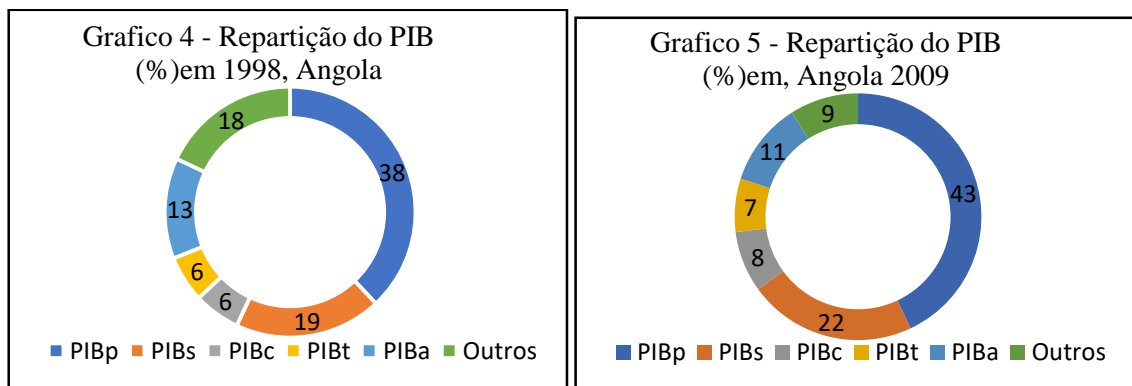
Segundo Rocha (2011, p. 145):

[...] o petróleo tem sido o banco externo da economia angolana e o tesouro do Estado. A crise econômica durante o longo conflito militar foi suportada porque as divisas obtidas com a exportação do crude permitem satisfazer grande parte do consumo interno pelas importações. Os grandes investimentos em novas infraestruturas e nos setores da economia não petrolífera foram sempre adiados. O advento da paz em 2002 permitiu uma alteração das condições de gestão da economia angolana, embora tal oportunidade não tenha sido significativamente aproveitada até ao momento, permanecendo a extrema dependência em relação ao petróleo e estando por

concretizar o progresso social e o desenvolvimento de forma genérica. Os atuais fundamentos do crescimento econômico são muito frágeis, porque dependem e exagero da economia petrolífera e da economia de enclave em geral.

O que Rocha mostra acima é o resumo do pensamento que temos vindo a construir ao longo deste texto. O imenso peso que o enclave extrativo tem sobre a economia angolana criou uma dinâmica em torno deste setor e ao mesmo tempo que não se aplicou de forma eficiente as receitas deste no antigo sonho da diversificação econômica. Ainda segundo Rocha (2011), não se cumpre os desígnios dos sempre traçados objetivos devido a um tipo de capitalismo que o autor denomina de “selvagem”, que incrementa as desigualdades de oportunidade e de distribuição da renda gerada pelo trabalho dos angolanos. Esse capitalismo reforça a concentração de riqueza através, por vezes, simplesmente por gravitacionar o centro do poder (ROCHA, 2011). Soma-se ainda a qualidade governativa-administrativa-técnica do Estado que se reflete nos domínio das políticas públicas.

Os gráficos abaixo, 4 e 5, mostram a distribuição do rendimento, isto é, a participação dos setores no produto interno bruto, comparados em dois momentos do tempo. O primeiro, antes do término da guerra e o segundo, sete anos depois da guerra. Em 1998, o setor petrolífero tinha uma participação de 38% na produção interna bruta, apresentando um aumento em 2009 de 43% (gráfico 5), o setor de serviços também experimentou um aumento, saindo de 19% em 1998 para 22% e, 2009, a construção civil salta de 6% em 1998 para 8% em 2009 enquanto o setor agrícola apresenta uma redução, caindo para 11% a sua participação em relação a 1998 (13%). Os dados obtidos das Contas Nacionais apontam para uma tendência de redução da participação da economia petrolífera com aumento da economia não petrolífera demonstrando uma possível virada para o mercado interno, tendo em vista a crise no mercado internacional.



Fonte: Rocha (2011)⁴²

⁴² Para uma melhor compreensão dos gráficos: PIBp – PIB do setor petrolífero, PIBs – PIB dos serviços, PIBc – PIB da construção, PIBt – PIB da indústria transformadora, PIBa – PIB da agricultura

O setor petrolífero se fortaleceu ao longos dos anos 2000, com as devidas inflexões nos anos 2008/2009 e 2014 com uma nova queda do preço do barril de petróleo que retraiu as receitas advindas do petróleo e por consequência restringiu a oferta de divisas que lubrificam as importações angolanas que seguram os estrangulamentos no lado da oferta provocados pela condições estruturais já apontadas, principalmente por Ferreira (1990). O setor petrolífero continua a jogar um papel preponderante, mas, outros fatores também são importante para a explicação da contínua desigualdade social que abordaremos mais abaixo, antes porém cabe observar a estrutura da força de trabalho angolana capitada pelo Censo Populacional e Habitacional de 2014.

3.3.1 Características da força de trabalho angolana a partir do Censo Populacional e Habitacional de 2014

A tabela 6 apresenta a população economicamente ativa, isto é a força de trabalho com 15 anos ou mais de idade por área de de residência que se encontravam ocupadas ou desocupadas em maio de 2014. Como se pode constatar, 60,3 % da população economicamente ativa (PEA) vivia em áreas urbanas e 39,7% em áreas rurais. O maior números de desocupados, no período considerado, encontra-se, por sua vez, também nas zonas urbanas. Segundo o Censo, boa parte da população se encontrava empregada em 2014.

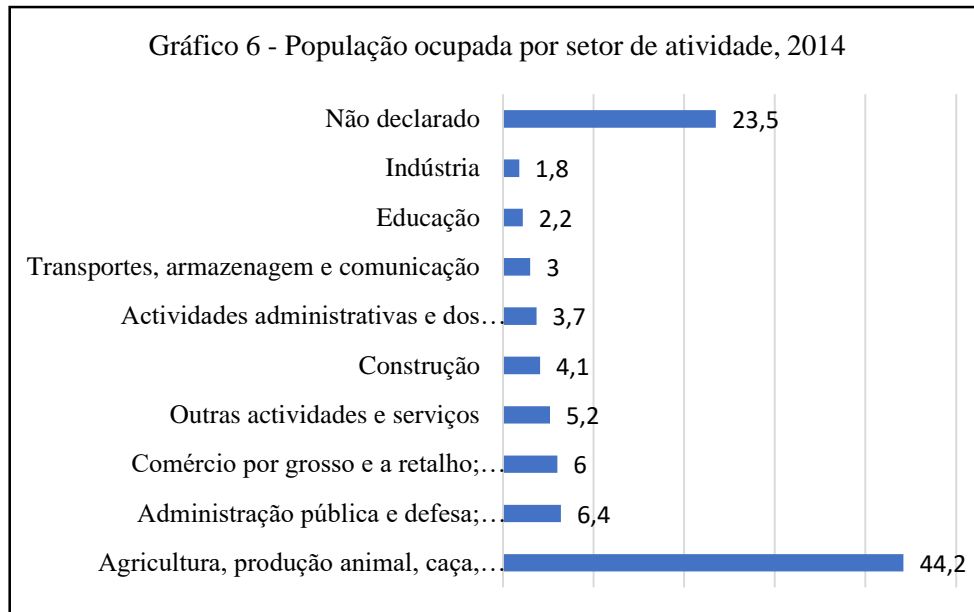
Tabela 6 – População residente com 15 anos ou mais por área de residência, segundo situação da atividade econômica

Área de Residência	PIA		PEA		PO		PD	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Urbana	8 706 581	64,1	4 330 895	60,3	2 997 548	55,1	1 333 347	76,6
Rural	4 885 947	35,9	2 851 736	39,7	2 445 137	44,9	406 599	23,4
Angola	13 592 528	100,0	7 182 631	100,0	5 442 685	100,0	1 739 946	100,0

Fonte: Censo 2014, elaboração própria.

Quando observada a parte da população economicamente ativa empregada, por setores de atividade, constata-se, segundo o gráfico 6, que a maior parte está ocupada no setor agropecuário, representando 44,2%, a função pública que inclui a defesa e segurança social

aparecem com 6,4%, o setor do comércio também se mostra ser de grande importância com 6%.



Fonte: Censo, 2014, elaboração própria.

Em relação à proporção entre a força de trabalho (PEA) e parte dela que se encontra ocupada de 15 anos ou mais de idade, isto é a taxa de atividade, é de 53% para Angola, a população masculina ocupa a maior taxa de atividade, isto é 61% e a feminina, 45% (Tabela 5), mas quando visto do ponto de vista do desemprego⁴³, este é mais alto entre as mulheres (24,9%), enquanto dos homens é de 23,6 e para o país como todo é de 24,2 segundo o Censo. Quando visto do ponto de vista provincial, Cuanza Sul, assinala a maior taxa 62%, seguida pela província de Malange com 60%. Cunene e Lunda-Sul apresentam as menores taxa de atividade, 38% e 39% respectivamente, como se observa na tabela 7.

Tabela 7 – Taxa de atividade por províncias, Angola 2014.

	Taxa de Atividade		
	Total	Homens	Mulheres
Angola	52,8	61,1	45,4
Cabinda	41,0	55,1	27,1
Zaire	58,7	68,6	48,8
Uíge	52,8	58,5	47,7
Luanda	52,4	63,2	42,0
Cuanza Norte	58,9	65,3	53,2

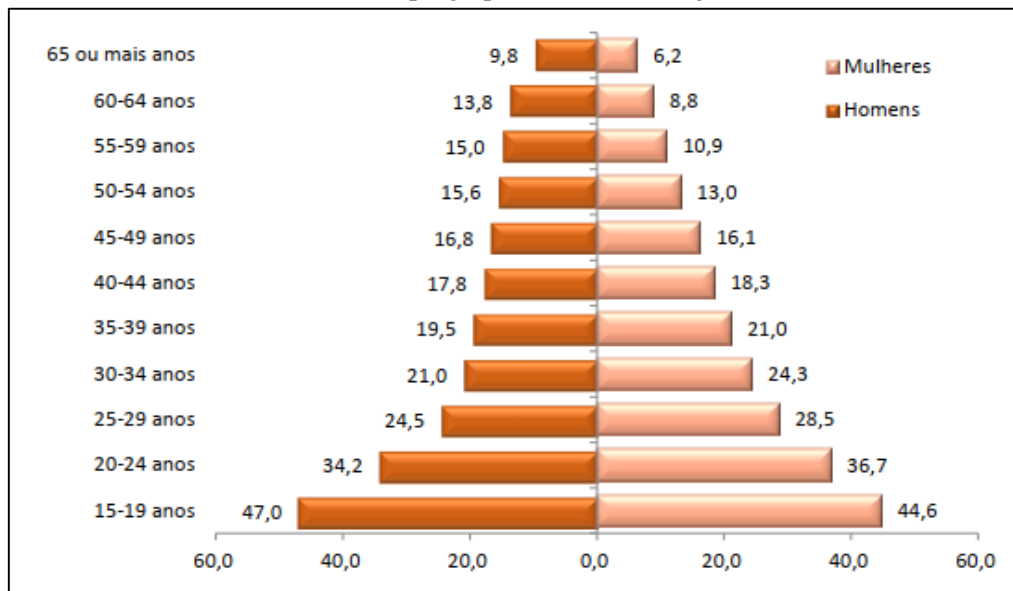
⁴³ A taxa de desemprego é a razão entre o número de desempregados e o número de pessoas economicamente ativa. Representa o montante da força de trabalho não utilizada.

Cuanza Sul	62,1	68,9	56,3
Malanje	60,3	64,9	56,2
Lunda Norte	46,0	54,4	36,6
Benguela	57,2	64,1	51,4
Huambo	57,1	62,6	52,5
Bié	52,9	58,6	48,1
Moxico	44,3	53,1	36,4
Cuando Cubango	50,6	59,8	42,0
Namibe	53,5	61,1	46,6
Huila	52,8	60,1	46,7
Cunene	37,5	42,3	33,6
Lunda Sul	39,0	49,0	29,2
Bengo	54,7	63,0	46,6

Fonte: Censo 2014.

Em 2014, o número de desempregado abrangia 1.739.946 indivíduos, o que corresponde a uma taxa de desemprego de 24% em nível nacional. Sendo parte de contingente majoritariamente jovem dos 15 aos 24 anos de idade, como mostra o gráfico 7 abaixo.

Gráfico 7 - Taxa de desemprego por faixa etária segundo o sexo, 2014.



Fonte: Censo, 2014.

3.3.2 Desigualdade social e informalidade

A predominância da economia petrolífera, através da “[...] sua natureza de enclave e o peso econômico e financeiro dominante” (ROCHA, 2014, p. 19), tem criado alguns empecilhos

na articulação de distribuição mais equitativa do rendimento nacional. O setor petrolífero tem uma importância que,

Nos anos mais recentes, a contribuição média da economia petrolífera foi de 55% para o PIB, 80% para as receitas fiscais e aproximadamente 94% para as receitas de exportação do país. Dadas as condições internas em que esta atividade se desenvolve – afastada do teatro da guerra e fruindo de regimes cambiais e fiscais especiais –, o setor petrolífero absorve, igualmente, o maior volume de investimentos externos, cuja média ascende a cerca de 2,14 mil milhões de dólares por ano. Naturalmente que as condições externas representadas pela relativa estabilidade da procura mundial e dos preços, do mesmo modo, explicam o interesse do investimento estrangeiro por esta atividade económica (ROCHA, 2014, 19).

O setor petrolífero, portanto, é, por um lado uma benção a nação e por outro uma maldição, na medida em que o seu carácter de extroversão insere o país em uma vulnerabilidade externa, isto é, insere-o na dependência da volatilidade do mercado internacional. Urge a redução da participação do setor petrolífero no produto interno bruto do país tendo em vista que:

Quando todos os bens e serviços necessários para a atividade petrolífera são importados – sem pagamento de direitos – os lucros e dividendos são praticamente todos exportados e o volume de emprego criado não suplanta os 11.000 trabalhadores, fica-se com um quadro claro quanto à perversidade económica desta atividade de enclave (ROCHA, 2014, p. 20).

A produtividade, os salários e a segurança do trabalho são variáveis que preocupam. A produtividade é “[...] a única fonte não inflacionista dos aumentos salariais” (ROCHA, 2014, p. 31). A segurança do trabalho encontra-se ameaçada no mundo todo pela flexibilização, fragmentação, realocação. A segurança do trabalho em Angola é precária, muito pela “[...] economia devastada e destruída pela guerra, desarticulada pelo modelo centrista e administrativo dos anos 1980 e enfraquecida pela corrupção e pelas disfuncionalidades institucionais” (ROCHA, 2014, p. 32).

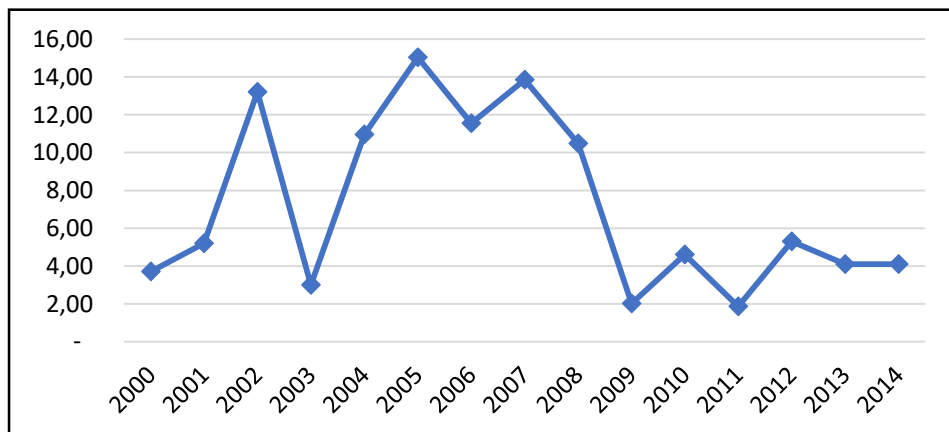
O desemprego e a pobreza são também variáveis que chegam a níveis que preocupam e afetam a estabilidade social angolana. Os dados do Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP), realizado pelo Instituto de Estatística de Angola entre 2008/2009 demonstram muito bem essa realidade. 36,6% da população era pobre e possuíam um rendimento médio diário inferior a 1,25 dólares. Ainda segundo o Inquérito, 60% da população possuía em 2009, 5.086 Kwanzas (169,5 kwanzas por dia que equivaliam a 1,9 dólares por dia). A pobreza tem reflexos nos indicadores da educação “tais como a taxa de analfabetismo dos adultos, a taxa geral de escolarização e a taxa de escolarização primária e incidências sociais emprestadas pelos níveis de saúde (taxa de mortalidade infantil, esperança de vida, taxa de acesso aos cuidados primários de saúde e a taxa de acesso ao saneamento básico, incluindo água potável)” (ROCHA, 2014, p. 33).

Tem se envidado esforços no sentido de desenvolver ou qualificar a força de trabalho, tendo em vista que o estoque de quadros é muito reduzido. Reduzir a pobreza⁴⁴ é valorizar o capital humano, assim como garantir a empregabilidade nas vertentes de formação, qualificação e competência técnica”. Rocha (2014) afirma que o mercado de trabalho angolano é estruturado por dois sistemas que coexistem, o formal, que segundo ele é regulamentado (excessivamente, de acordo com algumas posições doutrinárias) e pouco dinâmico, e o informal, dotado de uma elevada capacidade de adaptação às dificuldades do dia-a-dia e de uma extraordinária flexibilidade, mas que o Estado é hegemônico no que concerne a emprego formal.

Estes “sistemas”, que coexistem e configuram o mercado de trabalho angolano são, certamente, explicados pelas razões até aqui expostas que repetidamente estão aparecendo em diferentes vozes. O Estado é o maior empregador, concentrando a maior parte dos empregos formais, e o que acontece com o setor privado?

Segundo Rocha (2011), profundas assimetrias socioeconômicas são provocadas por um crescimento sem desenvolvimento que não envolve somente o Estado, mas também o setor privado. O Estado não conseguiu levar a cabo e manter em ritmo sustentável o almejado desenvolvimento econômico e social. Os salários evoluíram pouco em relação a taxa de crescimento do PIB, com picos entre 2005 e 2006 como mostra o gráfico 8 abaixo.

Gráfico 8 – Crescimento do PIB, Angola de 2000 a 2014



Fonte: Relatório Econômico de Angola (REA), 2014.

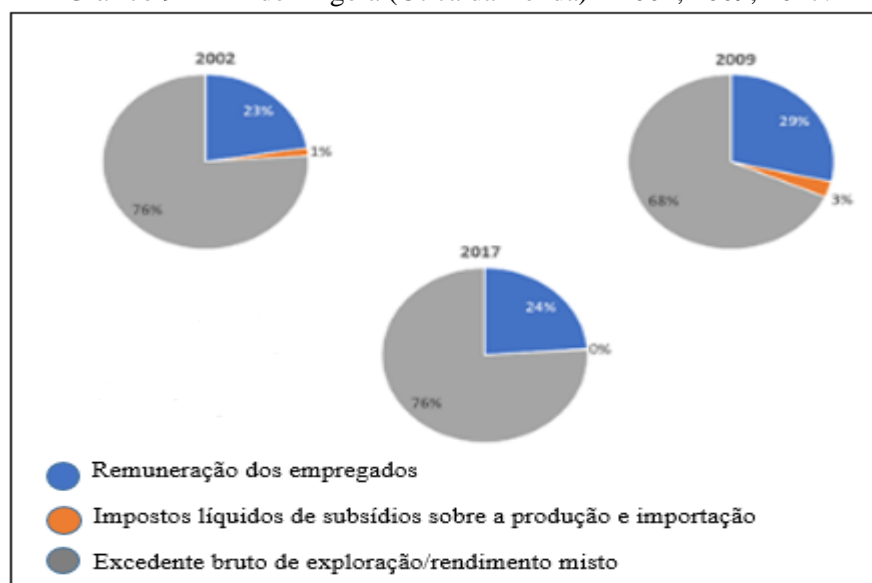
⁴⁴ A incidência da pobreza em Angola segundo um estudo realizado entre 2008 e 2009 era de 37%, o que significa dizer que 37 de cada 100 angolanos têm um nível de consumo abaixo da linha da pobreza. A diferença entre a área urbana e rural é significativa porque o nível de incidência da pobreza é três vezes mais alto nas áreas rurais do que nas áreas urbanas (58% e 19%, respectivamente). A população pobre está concentrada desproporcionalmente nas áreas rurais, porque 45% da população total vive nas áreas rurais em comparação com 72% da população pobre (IBEP, 2013)

A intensidade deste crescimento econômico não se resvalou em mais desenvolvimento econômico, ao contrário, se assistiu a uma concentração de “riqueza em pouco mais de 5% da população” (ROCHA, 2011, p. 136), e a taxa de desemprego manteve-se sempre elevada entre os 20% e 25%, como mostra o gráfico 12, mesmo quando já descontados os efeitos positivos do setor da construção civil.

Da parte dos empresários, segundo Rocha (2011), estes “tardam em implementar estratégias práticas de incremento da produtividade bruta do trabalho, que permita aumentar o coeficiente de partilha dos ganhos entre trabalho e capital” (ROCHA, 2011, p. 136). Segundo o autor, isso acontece porque, na maioria das vezes esses empresários são estrangeiros, e quando angolanos agem da mesma forma, que é a de ressarcir “seus investimentos no mínimo de tempo possível” e repatriar os lucros “considerando de forma cosmética as políticas de responsabilidade social” (ROCHA, 2011, p. 136).

O repatriamento de lucros indica que Angola se tornou um espaço de extração de riquezas que é corroborada também pela elite nativa que exporta boa parte dos seus lucros para exterior. A relação entre capital e trabalho em Angola é favorável aos detentores de capital, como observado na análise dos dados das Contas Nacionais Angola de 2002 a 2017. Nesses 15 anos houve uma mudança de proprietários, isto é, proprietários de atividades que, de certo modo, estava ligada ou dependentes do enclave do petróleo para as atividades ligadas ao comércio como se pode observar mais abaixo.

Gráfico 9 – PIB de Angola (Ótica da Renda) – 2002, 2009, 2017.

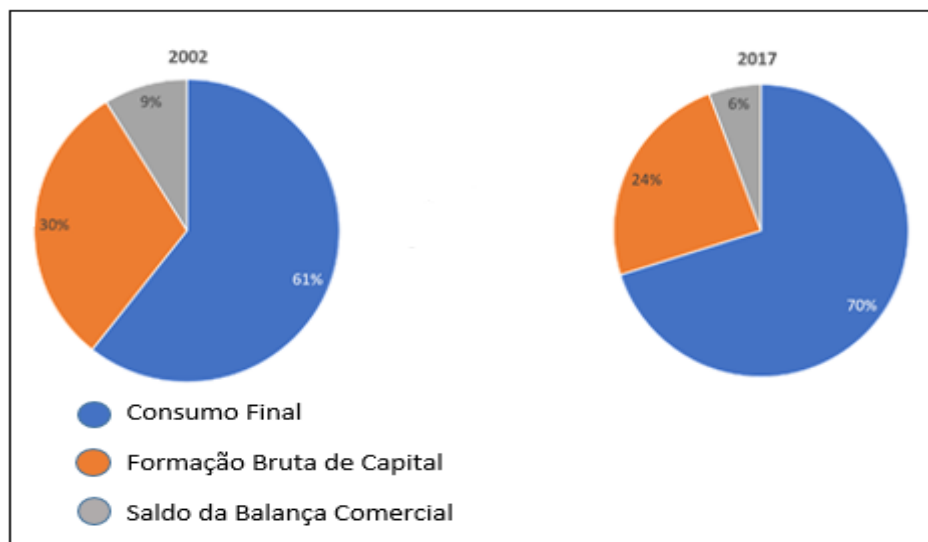


Fonte: Elaboração própria com base nas Contas Nacionais de Angola

Nos últimos 15 anos não houve alteração na relação capital e trabalho que fosse positiva para os empregados. Segundo as Contas Nacionais, a composição da renda nacional mantém-se praticamente inalterada: em 2002 os lucros e juros (renda de proprietários) respondiam por mais de 75% da renda nacional enquanto a remuneração de empregados respondia por 23%, ocorrendo uma pequena alteração depois da crise de 2008. Em 2009, a participação dos salários aumenta 6 pontos percentuais chegando a 29% caindo para 68% a participação de proprietários na renda nacional. Em 2017, a situação volta ao nível de 2002, com uma pequena alteração em relação a participação do Estado que chega ao nível mínimo de participação, enquanto a participação dos salários chega a 24%, como mostra o gráfico 9, do produto interno angolano, na ótica da renda.

De 2002 a 2017, verifica-se uma elevação substancial do consumo final de 61% em 2002 para 70% em 2002. Observando-se uma redução da participação da corrente de comércio com o exterior (9%) em 2002 para 6% em 2017. O aumento da participação relativa do consumo final no produto interno bruto ocorre devido ao deslocamento das atividades ligadas ao comércio exterior para o comércio interno (como mostra o gráfico 10 abaixo sobre o produto interno bruto angolano na ótica da despesa), essa inflexão é verificada com a queda dos preços das commodities, em especial o petróleo.

Gráfico 10 – PIB de Angola (Ótica da Despesa) – 2002, 2017.

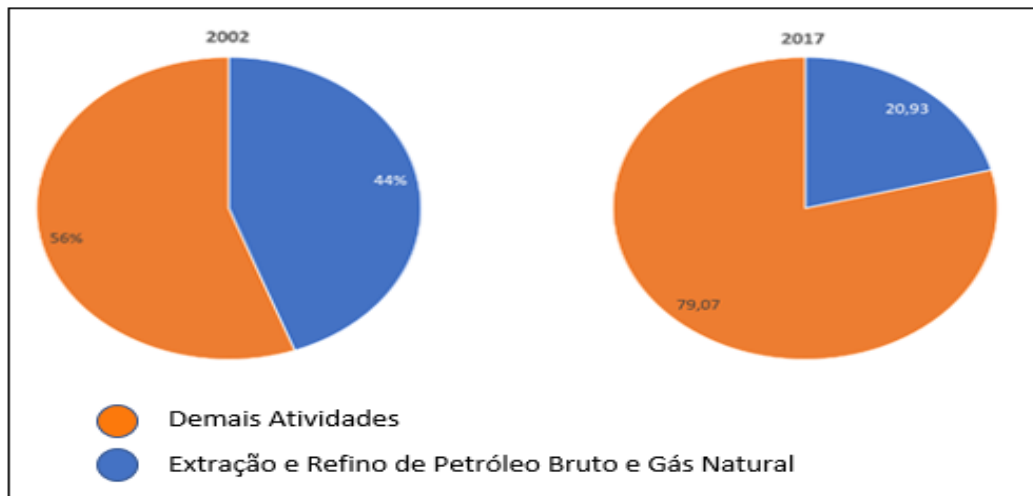


Fonte: Elaboração própria com base nas Contas Nacionais de Angola.

Os deslocamentos das atividades ligadas ao comércio exterior para o comércio interno verificam-se quando observamos a participação relativa da indústria de petróleo e gás no produto interno bruto angolano. Observa-se uma redução (mais da metade) da participação relativa da indústria de petróleo e gás nos últimos 15 anos. Essa é uma mudança recente que

começa a partir de 2013, isto é, com a crise das divisas⁴⁵, como é conhecida em Angola. Essa mudança é também acompanhada pela elevação da participação relativa das atividades ligadas ao comércio, que em 2002 representava 10,68% do PIB, passando para quase 18% em 2017 e das atividades ligadas a Construção Civil que, logo após a crise de 2008, aumentou de maneira significativa sua participação no produto nacional, saindo de 5,45% do PIB em 2002 para 13,65% em 2017 como mostra o gráfico 11 abaixo.

Gráfico 11 – Participação da Indústria de Petróleo e Gás no PIB de Angola – 2002, 2017.



Fonte: Elaboração própria com base nas Contas Nacionais de Angola.

Essas mudanças setoriais ocorridas nestes últimos 15 anos, como a redução da participação do setor petrolífero e aumento do comércio, não afetam, como supracitado, a dinâmica da participação dos salários na renda nacional.

A taxas de desemprego acompanharam a taxa de crescimento do produto interno⁴⁶ se mantendo estável a partir de 2015, em 20%. Dois momentos se apresentam como importantes para a presente análise. Segundo o gráfico 12, a relação entre o PIB real e a taxa de desemprego em Angola de 2003 a 2008, as quedas no desemprego eram acentuadas, isto é, acompanhando as altas taxas de crescimento do PIB essencialmente de natureza quantitativa porque como visto

⁴⁵ A crise das divisas em Angola coincide com a queda do preço médio do barril de petróleo. Este setor é o que mais gera receitas em moeda forte para Angola, entre 2011 e 2014, o preço médio do barril de petróleo era de 107,6 dólares por barril, apesar das fortes turbulências que ocorreram no mercado internacional nesse período. Mas de 2015 em diante o preço médio por barril cai sistematicamente chegando a 56,9 dólares (ROCHA,2015). O começo da chamada crise de divisas se dá em 2014, obrigando o Banco Nacional a restringir os leilões de divisa que mantém com os bancos comerciais, voltando a restabelecer a partir de 2017.

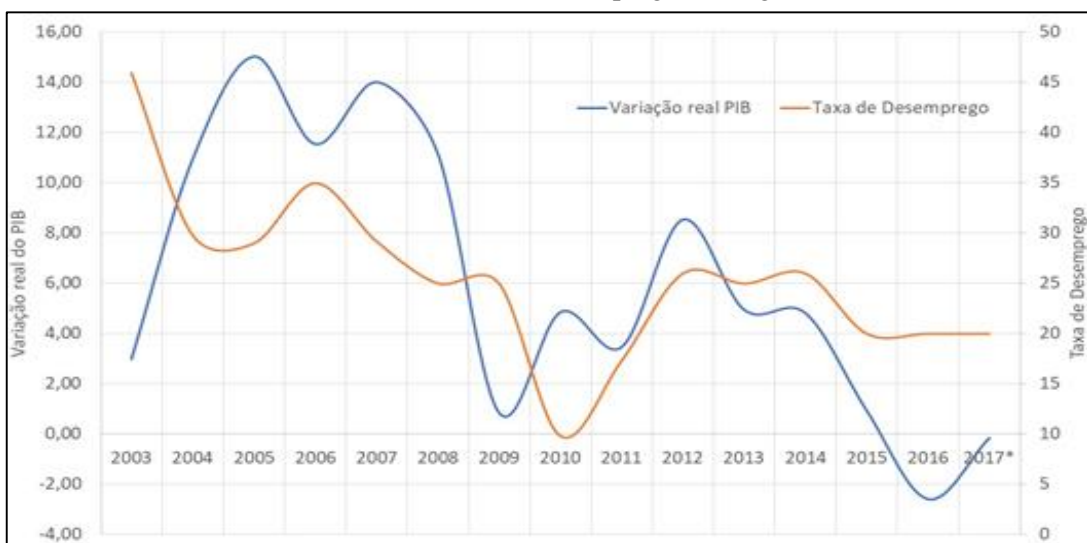
⁴⁶ A intensidade do crescimento econômico não se transformou em mais desenvolvimento econômico, ao contrário, em concentração de renda nas mãos de apenas 5% da população como mostrou Rocha (2011). Acompanhou no sentido da Lei de Okun que afirmar existir uma relação negativa entre a taxa de desemprego e o crescimento econômico.

no gráfico do PIB na ótica da renda, não impactou no mercado de trabalho mantendo-se em 24% em 15 anos a participação dos salários no produto interno, como mostra os estudos do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC),

O crescimento econômico observado entre 2002-2008 – embora em 2007 e 2008 com uma menor intensidade – foi de natureza essencialmente quantitativa, que beneficiou duma elevada taxa de poupança global, com incidência nos empréstimos externos e no investimento estrangeiro direto, em particular nos setores do petróleo, diamantes e construção civil (CEIC, 2008, p. 24).

Em 2009, com a crise, observa-se uma queda brusca no PIB, recuperando-se nos anos seguintes até 2013 quando da queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional, atingindo a taxa de desemprego os 25%, estabilizando em 20% a partir de 2015 (como mostra o gráfico 12), taxa essa que se mostra relutantemente alta tendo em vista que as estatísticas oficiais excluem aspectos ligados ao trabalho decente e a subocupação da força de trabalho.

Gráfico 12 – PIB Real e Taxa de Desemprego de Angola (%) – 2003 a 2017



Fonte: Elaboração própria com base nas Contas Nacionais de Angola e no tradeconomics.

Um outro elemento importante que também contribui para esse processo de assimetria econômico-social é a produtividade do trabalhador angolano que é muito baixa. A tabela 8 aponta alguns caminhos da realidade competitiva angolana em 2016, isto é, quando observados os ganhos e perdas dos setores de atividade através da relação dólares por trabalhador. O setores mais produtivos se mostram ser o de bancos e seguros (9,6%) e o setor petrolífero com 8,56% de ganho de produtividade. Os setores que mais perderam produtividade foram transporte/armazenagem (-34,45%), diamantífero (-27,87) e a indústria transformadora (-25,01). Os correios e telecomunicações também apresentaram ganhos de produtividade

(6,6%) em 2016. O Estado teve uma queda de produtividade significativa (-16,20%), enquanto o setor agrícola e o comércio apresentaram queda de produtividade na ordem de 1%, segundo a tabela 8.

Tabela 8 – Ganhos de produtividade em % (usd/trabalhador) por setores de atividade, Angola, 2016.

Setores de atividade	2016
Agricult. Pecuária. Florestas	-0,62
Pescas	6,28
Petróleo e Gás	8,56
Diamantes e outros	-27,87
Indústria transformadora	-25,01
Eletricidade	-14,69
Construção	-3,01
Comércio	-1,46
Transportes/armazena	-34,45
Correios/telecomunicações	6,60
Bancos e Seguros	9,60
Estado	-16,20
Serviços imobiliários	2,80
Outros serviços	-5,68
Angola	-5,73

Fonte: REA (2016)

Esses ganhos e perdas de produtividade que a fotografia captada pela tabela 8 em 2016, também podem ser observados do ponto de vistas dos salários auferidos nos diversos setores de atividade da economia angolana a partir do final da guerra civil (2002). O setor bancário ou sistema financeiro apresentou significantes ganhos de produtividade em 2016, de 9,6% que já vem, através de aumentos nos salários, desde 2002 como mostra a tabela 9. Os salários no sistema financeiro angolano apresentaram aumentos em tornos dos 200.000 kwanzas. Segundo a tabela 9, o setor petrolífero, o segundo com maior ganho de produtividade em 2016, pagava os maiores salários a partir de 2008 (357.644 kz). O setor dos correios e

telecomunicações pagava os maiores salários em 2002 (342.055 kz), caindo para 69.880 kz em 2012. A salários na manufatura são os que mais próximos se aproximavam do salário mínimo nacional que sai de 2.842 kz em 2002 para 37.076 em 2012 com uma inflação de 9,4% a.a neste último segundo o REA de 2014.

Tabela 9 – Evolução dos salários médios mensais por setores de atividade, Angola 2002 a 2012.

Anos	Salário Mínimo Nacional	Salário Manufatura	Salário no Sistema Financeiro	Salário nos Correios e telecomunicações	Salário no petróleo
2002	2.842,60	5.239,90	91.755,60	342.055,30	116.901,70
2003	5.602,50	9.973,80	171.468,70	51.747,20	144.023,60
2004	7.525,60	14.614,60	211.370,40	98.849,20	170.414,70
2005	10.109,70	19.105,50	208.833,40	118.097,80	195.931,20
2006	12.879,10	23.999,60	316.750,40	107.025,70	271.989,10
2007	15.591,80	28.988,10	340.206,80	127.169,00	319.077,40
2008	20.759,30	35.874,30	229.730,00	107.160,90	357.644,50
2009	23.805,50	38.333,90	253.706,30	91.189,30	432.248,30
2010	26.117,30	40.970,80	270.203,30	79.786,80	543.370,80
2011	33.609,90	43.071,00	284.315,70	74.149,90	606.560,50
2012	37.076,90	45.049,60	295.102,00	69.880,10	664.826,00

Fonte: CEIC (2012), Estudos dos salários e remunerações em Angola.

Uma outra tabela que ajuda a compreender a questão da produtividade é a tabela 10, que indica o montante financeiro, em dólar, gerado por cada trabalhador angolano de 2008 a 2014. A tabela mostra que existe uma diferença entre os setores, com a economia petrolífera detendo as maiores produtividades de 680 mil dólares por trabalhador em 2008 para 501 mil dólares por trabalhador em 2014. Do setor não petrolífero, o menos produtivo é o setor agrícola chegando aos pífios 1000 dólares por trabalhador, conforme a tabela 10.

Tabela 10 – Produtividade por setor de atividade x1000 (usd/trabalhador), Angola 2008- 2014.

Setores de atividade	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Agricultura, Pecuária e floresta	1.14	1.11	1.38	1.64	1.75	2.05	1.77
Pescas	39.89	32.12	31.48	35.10	33.98	37.19	33.05
Petróleo e gás	680.36	393.95	451.42	594.29	610.71	617.84	501.58
Diamantes e outros	37.81	20.85	356.33	65.,01	64.18	39.69	58.87
Industria Transformadora	52.50	3.81	50.56	94.84	69.31	142.84	96.51
Eletricidade	42.49	69.41	67.60	83.08	205.68	35.66	15.33
Construção	18.46	15.76	19.87	22.37	28.33	33.50	247.22
Comercio	8.34	6.54	7.17	7.50	5.94	9.16	8.20
Transportes/armazenamento	25.95	14.48	19.75	18.53	25.14	33.85	23.69
Estado	20.20	2008	18.89	31.14	34.69	30.49	29.85

Fonte: CEIC, ficheiro estudos sobre produtividade e emprego, com base nas contas nacionais.

Essas tabelas evidenciam as assimetrias setoriais da economia angolana que já vem sendo apontado em outros momentos neste texto. O setor agrícola ocupava boa parte da força de trabalho, conforme o gráfico 6, a seguir o comércio e os serviços. O setor petrolífero emprega muito pouco, mas em contrapartida é o mais produtivo, principalmente devido a necessidade manter a competitividade no mercado internacional e por ser a maior fonte de receitas do Estado recebe maior inovações tecnológicas. A agricultura em Angola é maioritariamente familiar e não beneficia do acesso ao mercado de crédito como a agricultura empresarial (PACHECO, 2013), fator que determinam a falta de produtividade neste setor, assim como o comércio e os transportes e armazenagem.

A agricultura e a indústria demandam, nesse caso, uma atenção do governo, com vista a promoverem um dinamismo para o crescimento das outras atividades consideradas atrasadas (REA, 2014). No entanto, as tabelas evidenciam o peso deletério da informalidade sobre a produtividade. A informalidade, quando observados os tipos de atividades que mais se destacam no quesito ocupação da força de trabalho, se evidencia como apontam Lopes (2004, 2014 e Ernesto e Capilo 2018). A própria reprodução das assimetrias setoriais na economia angolana são frutos dos fatores estudados nesta dissertação

Em suma, a nova redistribuição setorial em Angola não impactou o mercado de trabalho com criação de novos postos de trabalho. Além disso, a redução relativa do setor petrolífero, deslocando as atividades antes ligadas ao setor externo para o interno, mais ligada ao comércio e a construção civil, também não mostram impactos significativos sobre o mercado de trabalho, seja por que não se reduziu a taxa de desemprego, seja porque não se alterou a participação relativa dos salários na renda nacional. O modelo de difusão social do crescimento econômico aplicado em Angola nos últimos anos, revelou-se ineficiente (a renda petrolífera serviu para que fosse criada uma faixa muito reduzida de população excepcionalmente rica e privilegiadas) e revelou-se, por outro lado, insuficiente. Os dados do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2016, identificaram um coeficiente de Gini homólogo ao de 2013, 0,427 e o Inquérito de Bem-Estar da População (IBEP), de 2009, estava esse valor entre 0,55 e 0,6, indicando assim uma elevada situação de desigualdade na distribuição da renda nacional produzida em Angola (REA, 2016).

Em meio a essa situação de desigualdade social provocada pelos fatores já apontados, a população não abastada recorre aquele sistema mais dinâmico de que afirma Rocha (2014), recorrem as “estratégias de sobrevivência”, próprio das economias atrasada e na do processo de acumulação capitalista em associação com as forças internas das determinadas realidades (CARDOSO, 1995). É no setor informal que se refugiam os “desprivilegiados.

3.3.3 Informalidade como forma de manifestação dos desequilíbrios no mercado de trabalho angolano

A informalidade é um fenômeno complexo que está presente em toda a parte do globo terrestre aonde o sistema capitalista de produção impera. As suas manifestações são vistas tanto em países desenvolvidos quanto países em desenvolvimento. Não é simplesmente a manifestação do “atraso” que deve ser eliminado ao se alcançar o “desenvolvimento”, ela é parte íntima das relações capitalistas de produção, é uma simbiose produzida pelo capitalismo com vista a manter *ad continuum* o processo de acumulação. É,

Uma dimensão atemporal da sociedade do capital. Sempre presente, mas ao mesmo tempo fugidia. Uma face obscura da modernidade, de difícil percepção, gelatinosa e escorregadia. Um fenômeno que tem conseguido frustrar todos os esforços despendidos em sua compreensão ou mensuração, parecendo querer “envergonhar” as pesquisas de campo e as teorias mais rigorosas (MALAGUTI, 2000, p. 13).

Este fenômeno gelatinoso e escorregadio, próprio da relação salarial capitalista se mostra mais intensificado em momentos de crise e ameno em momentos de expansão,

manifestam-se de formas diferentes no tempo e no espaço. As formas de manifestação da informalidade no Brasil são diferentes das manifestações angolanas deste fenômeno, a forma como se foi evoluindo e as suas características.

Mas, os elementos condicionantes que configuram a estrutura produtiva, os mercados de trabalho e o setor informal possuem grandes similitudes. São eles: “1) os processos de reestruturação produtiva; 2) a internacionalização e a expansão dos mercados financeiros; 3) o aprofundamento da internacionalização e a maior abertura comercial das economias; e 4) a desregulamentação dos mercados” (ALVES, 2001, p. 68).

O conceito de setor informal que surgiu através dos trabalhos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1972 assim como dos de Keith Hart de 1973 continua a nortear as análises dos estudiosos da realidade angolana (QUEIROZ, 2016; LOPES, 2014). assim como norteia também os programas do Executivo através do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) para 2018-2025. Lembrando que a OIT definia como setor informal aquele que dentro da organização produtiva era dotado de escasso capital e os seus mercados eram desorganizados e poucos competitivos, utilizando, portanto, técnicas de trabalho intensiva e sem muita complexidade assim como poucos trabalhadores remunerados ou ainda podendo usar familiares no processo produtivo.

O PREI, tem como objetivo a eliminação das atividades econômicas que se encontram fora das regras oficiais da economia. Pretende, assim, formalizar o informal. A abordagem passa primeiro pela discussão sobre a cadeia produtiva que percorre a produção, circulação e consumo das mercadorias – isto é, pelo setor informal, ao invés do trabalho informal (TAVARES, 2002). Nos estudos da economia informal é possível concluir a existência de uma necessidade premente do Estado de eliminar os espaços intersticiais outorgados pelos momentos de crise. Queiroz (2016), ao analisar o impacto das atividades desorganizadas e com pouca competitividade em Angola, observa que esta teve o mérito de capacitar a força de trabalho a se defender da crise; de flexibilizar a atuação econômica; aumentar a produção interna; e formar um empresariado nacional (QUEIROZ, 2016).

Pode-se perceber aqui a manutenção da tendência a discussão da informalidade enquanto unidade ou empresa, que gera mercadorias que percorrem todo a cadeia produtiva até o seu consumo fora das regras oficiais, e não enquanto trabalho⁴⁷, porque enquanto tal se percebe a “ existência de empregos informais, de trabalho sob relações informais, o que não significa estar à margem do capital” (TAVARES, 2001, p. 51).

⁴⁷ Essa é a compreensão de Simão Samba (SAMBA, 2018) que opta pelo termo “trabalho informal” ao invés de informalidade, por considera-la de cunho mais amplo que engloba o formal e o informal.

Historicamente, o incremento do setor informal em Angola ocorreu por volta dos anos 70 do século XX, período em que Angola estava em um processo de emancipação do colonizador português. Após a independência, Angola se torna, como muitos países colonizados, uma economia dependente de um produto – o petróleo. Os planos de Ajustes estruturais levados a cabo pelo FMI em Angola como condição para a transição do Regime de Economia Centralizada para a Economia de Mercado no final dos anos 1980 impactaram grandemente a sociedade angolana. Devendo-se concomitantemente as políticas de liberação e desregulamentação promovida pela transição para a economia de mercado em 1992 (DOMINGOS, 2018).

Ao analisar a evolução da informalidade em Angola, Lopes (2014), identifica cinco grandes etapas no desenvolvimento do setor informal em Angola. A primeira etapa é a pré-independência em que as atividades consideradas foras das regras à época desempenhavam apenas funções estritamente subsidiárias ao setor formal da economia dominante, estruturante e dotado dos indispensáveis mecanismos de controlo e regulação.

As atividades informais nesse período circunscreviam-se às atividades artesanais tradicionais, à prestação de serviços – nomeadamente serviços domésticos – ao comércio ambulante⁴⁸, ao comércio à porta de casa, aos mercados dos “musseques” e às atividades relacionadas com construção e habitação das populações autóctones que residiam na sua periferia.

A segunda etapa que se inicia nos anos 1977/78, coincide com período de reestruturação produtiva do capital crescendo rapidamente, as práticas informais como esquemas, candonga que se alastraram aos diferentes setores de atividade económica num contexto socializante de uma economia centralizada e administrativamente regulada. A terceira etapa acompanha o dismantelamento da maioria dos mecanismos que caracterizaram o centralismo económico, através do Programa de Saneamento Económico⁴⁹ para acelerar o processo de transição para uma economia de mercado (1987-1991). Este período não produziu alterações substanciais na dinâmica de crescimento acelerado do setor informal, viu este último crescer e se expandir por setores como os transportes, mercados urbanos e o mercado cambial.

⁴⁸ Segundo o governo, “a prática de atos de comércio de carácter espontâneo, realizado em locais impróprios, nomeadamente na rua, na esquina, de frente aos estabelecimentos comerciais, nos mercados paralelos sem audiência a regra e normas técnico-judiciais, higio-sanitários, obrigações fiscais para com o Estado, estabelecidas pela Legislação Comercial e de Prestação de Serviços Mercantis, bem como o Código Comercial vigente. Contudo, na conjuntura atual, económico-financeira e social que o país atravessa, o comércio informal não deixa de ser um mal necessário” (Diário da República, 2000, p.510).

⁴⁹ Introduzido pelo governo de José Eduardo dos Santos no final dos anos 80 do século XX como requisito demandado pelo FMI para empréstimo de capital que pudesse financiar a transição para o modelo de economia de mercado.

A quarta etapa das primeiras eleições até o fim da guerra civil angolana (1992-2002). As atividades e práticas informais cresceram devido ao processo de liberalização e transição para a economia de mercado. A quinta etapa começa nos pós-guerra civil em 2002, com um ambiente favorável para commodity petróleo que é a maior fonte de receitas desde a independência.

O quadro macroeconômico e alguns aspectos nacionais e culturais, próprios de Angola, como problemas inflacionários gritantes a época da independência, e a guerra civil que durou mais de anos, imprimiram em Angola características particulares nas manifestações do informal neste país. No âmbito cultural nasceu o que se pode denominar “falta de cultura do assalariamento” (RODRIGUES, 2003) que se pode também remontar ao período antes da independência.

Ao caracterizarmos a forma como se manifesta a informalidade em Angola observamos que as atividades concernentes ao setor informal são justamente aquelas que se encontram nos pontos intersticiais deixados ou permitidos pelas grandes empresas petrolíferas ou mesmo pelo Estado. Ali onde as grandes unidades capitalistas não atuam em Angola se tornam espaços para o trabalhador por conta própria, para o pequeno proprietário que emprega ditando suas próprias regras de empregabilidade sem seguir a legislação trabalhista – A Lei Geral do Trabalho (LGT). A realidade na maior parte das vezes em Angola é que as empresas institucionalmente constituídas também fogem as regras, empregam trabalhadores e os mantêm em condições laborais precárias que ameaçam “ a segurança no emprego, os salários e as condições de trabalho, a saúde e a segurança, o direito de unir-se a um sindicato, os direitos à segurança social, à proteção ao emprego e às pensões” (SAMBA, 2018, p. 77).

Existem muitos espaços intersticiais, do qual as grandes empresas como as multinacionais se utilizam através da contratação da mão de obra barata disponível no setor informal. Os principais espaços ocupados pelos trabalhadores por conta própria são o comércio, varejista, semi-atacado e atacado. Existem outros espaços importantes como o dos transportes de passageiros e de mercadorias, a produção artesanal de bebidas alcoólicas e de bens alimentares confeccionados, a prestação serviços (entre os quais, o trabalho doméstico/ao domicílio), a agricultura e a pesca bem como o segmento financeiro informal que se faz sentir através do comércio ilegal de divisas e das associações de rotação de poupanças (LOPES, 2014). As atividades do setor informal em Angola são caracterizadas em 4 tipos, como aponta Lopes (2014) no primeiro capítulo deste texto.

Em 2000, o Instituto Nacional de Estatística levou a cabo o Inquérito às Despesas e Receitas dos Agregados Familiares (IDRAF) que,

Permitiu concluir que a proporção de indivíduos cujas atividades principais são de natureza informal correspondia, em média, a 62,8% da população economicamente ativa (PEA), embora geograficamente esta proporção pudesse variar entre os 52% e os 80,2%. Um estudo mais recente apontava para um valor médio de 43,6%, entre 1999 e 2007, do peso relativo da economia informal no PIB angolano enquanto a média da África Subsaariana se situava nos 41,3% (LOPES, 2014, p. 63).

As estatísticas oficiais apontam que entre 2008 e 2009 parte considerável da população empregada angolana encontrava-se ocupada em dois grandes setores como a agricultura⁵⁰ (46%) e os serviços (45%) estando o resto empregados na indústria. Como já mostramos acima, são justamente as atividades intersticiais que mais empregam boa parte da população economicamente ativa. A indústria, aonde estão as grandes empresas capitalistas com maior nível de produtividade e aonde se supõe encontrar os melhores salários, empregam muito pouco tendo em vista também o seu caráter poupador de mão de obra.

Quando analisamos a população ocupado pela condição na ocupação encontramos, segundo a nomenclatura oficial – trabalhadores por conta própria ou independentes e trabalhadores por conta de outrem. Sendo que os trabalhadores por conta própria representavam 65%, e os trabalhadores por conta de outrem 35% em 2008 (IBEP, 2013). Em 2015, os setores de atividade económica que mais geraram empregos foram a agricultura (34%), o comércio no atacado e varejo (20%), as atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico (12%) e administração pública, defesa e segurança social obrigatória (9%). O setor da educação é o que menos emprego gerou com cerca de 2%. Pela importância que o setor da indústria deveria ter, na diversificação da economia e na criação de empregos, emprega, somente, 3 em cada 100 angolanos (REA, 2017).

A informalidade é vista no leque de atividades desenvolvidas pela população ocupada nos setores caracterizados por Lopes (2014). Ela se manifesta no cotidiano de Angola através dos candongueiro e taxistas, kinguilas ou doleiro (a), roboteiros ou simplesmente trabalhadores e zungueiras (LOPES, 2004). Os candongueiros como são os operadores de veículos não autorizados pelo Estado. E os taxistas são, na Angola contemporânea, os facilitadores, não oficiais, da locomoção da maior parte da população.

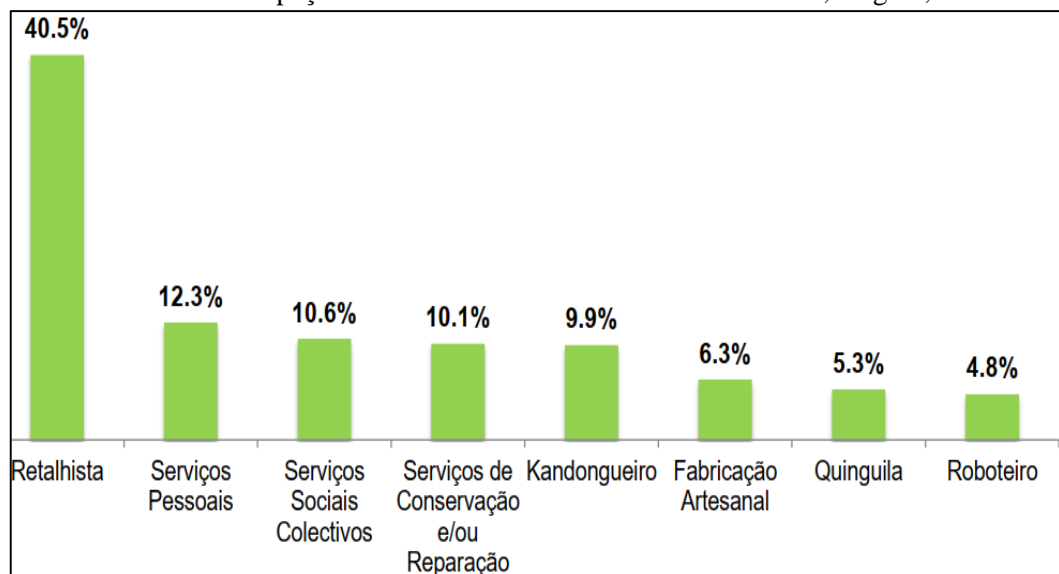
As kinguilas que na língua Quimbundo significa “esperar” são mulheres e também homens que atuam na venda e compra de moedas estrangeiras, driblando as casas de câmbio autorizadas. Roboteiros, ou trabalhadores são indivíduos que levam todos o tipo de mercadorias

⁵⁰ Segundo as definições oficiais, agricultura refere-se a agricultura, produção animal, caça e silvicultura; e pesca. Indústria refere-se a indústrias extrativas; indústrias transformadoras; e construção. Serviços referem-se ao comércio por atacado e varejo; alojamento e restauração; transportes, armazenagem e comunicação; atividades financeiras; atividades imobiliárias, alugueres e serviços às empresas; administração pública, defesa e segurança social; educação; saúde e ação social; e outras atividades (IBEP, 2013, p. 69).

possíveis, de um lugar para o outro. Normalmente possuem seu próprio meio de trabalho que pode ser um carrinho de mão, usualmente de madeira. Já as zungueiras expressão da língua Quimbundo que significa rodar, girar, não parar quieto. São vendedoras ambulantes, mas também inclui homens nessas atividades. Outra forma, que se apresenta a informalidade em Angola são nos “mercados” onde podemos encontrar, a título de comparação, os camelôs. Se encontram nestes mercados todos os tipos de mercadorias, sendo uma atividade normalmente considerada como informal.

Alexandre Ernesto e Gorete Capilo (2018), em um estudo sobre a caracterização do trabalhador informal nas províncias de Luanda, Cabinda e Benguela, constataram que 40% dos trabalhadores do setor informal estão alocados nas atividades varejistas (ou retalho segundo o português angolano), 12,3% em serviços pessoais, 10,6% em serviços sociais coletivos⁵¹ como mostra o gráfico 13 abaixo.

Gráfico 13 – Ocupação dos trabalhadores na economia informal, Angola, 2018.



Fonte: Ernesto e Capilo (2018).

O trabalho de Ernesto e Capilo (2018), nos apresenta a dimensão e o impacto das especificidades históricas impostos pelo modo de inserção de Angola na senda internacional. Este trabalho nos mostra o impacto da economia informal que, por hipótese estão os trabalhadores informais que compõem, segundo o estudo entre 25% e 65% da força de trabalho angolana.

⁵¹ Fornecedores de água, coletores de lixo, empregados de colégios; atividades varejistas são aquelas ligadas ao comércio à porta de casa, nos mercados, bares, botequins e barracas; serviços pessoais são aqueles exercidos por empregadas domésticas, segurança, motoristas, engraxadores, cabelereiros etc.

Em resumo, a informalidade não é apenas um fenômeno que diz respeito aos países da periferia do sistema capitalista, apesar destes sentirem mais gravemente o seu impacto, é também um fenômeno observado no centro do sistema, acompanha o movimento da acumulação capitalista e serve para baratear o custo da força de trabalho.

Em países como Angola, onde a relação salarial ainda está em construção, o trabalho informal se apresenta com uma grande incidência, servindo para baratear o preço da força de trabalho formal em empresas privadas e também serve de formas de estratégias de sobrevivência das populações em meio as estruturas sociais e históricas. Sendo incrementadas, mais recentemente, pelas transformações ocorridas no próprio processo produtivo capitalista como a flexibilização e a desregulamentação do direito ao trabalho (SAMBA, 2018).

CONCLUSÕES

A dinâmica contemporânea do mercado de trabalho em Angola é determinada pela especificidade histórica da sua formação socioeconômica e o seu modo de inserção na divisão internacional do trabalho.

Começa sendo inserida na divisão internacional do trabalho, num primeiro momento como exportadora de força bruta durante o período escravista, depois no período colonial como economia dependente do café, com a criação do Estatuto do Indigenato que permitia a estigmatização do trabalhador angolano. Passa por uma guerra civil, um sistema de economia centralizada e posteriormente faz a transição para a economia de mercados com a consolidação do setor petrolífero. Essas especificidades históricas e socioeconômicas configuram em Angola um mercado de trabalho cuja a característica principal é a sua informalidade com alto nível de desigualdade social.

O objetivo deste trabalho foi a determinação dos elementos que conformam a atual dinâmica do mercado de trabalho angolano.

As especificidades socioeconômicas e históricas de Angola são, portanto, fundamentais para a constituição do seu atual mercado de trabalho cuja característica principal é a informalidade.

A legislação trabalhista colonial, os mais de 20 anos de guerra civil e a consolidação do setor extrativista comandado pelo petróleo são elementos importante para a formação das especificidades, assim como para dinâmica contemporânea do mercado de trabalho angolano.

O período colonial, através do Estatuto do Indigenato, aparece como um dos aspectos importantes na constituição do mercado de trabalho em Angola. O fomento a relação laboral capitalista em Angola começou neste período. Anterior a isso, as relações eram de exploração e apropriação das terras para o desenvolvimento da metrópole portuguesa. Esse fomento ainda era pensado em relação ao trabalhador português que morava na colônia, enquanto para o “indígena” restava o Trabalho Forçado. Isso funcionou no âmbito de uma articulação de modos de produção com manutenção da produção doméstica subalternizada.

Os projetos implementados durante período colonial alteraram as estruturas sociais e econômicas de Angola e formarem a base para as relações laborais atuais. Ações no sentido de melhorar a vida da população, através de um assalariamento que não se restringisse aos colonos, se deram somente no final do período colonial. A Legislação colonial discriminava

não só o fenótipo, mas a esfera da produção e dificultava a consolidação de uma elite angolana em favor de pequenos colonos.

A guerra destruiu o aparelho produtivo nacional, provocando redução drástica no nível de oferta de bens e serviços por parte do Estado e do setor empresarial. Criou um desnível regional, obrigando as populações a se deslocarem ou para os países vizinhos ou para a capital em busca de proteção e melhores condições de vida, deixando uma marca de dois milhões de mortos, 1,7 milhão de refugiados e 80 mil pessoas mutiladas por minas deixadas durante o conflito militar. Este aspecto da formação histórica se tornou determinante porque absorveu, durante muito tempo, grande parte da receita advinda do setor petrolífero que, por sua vez, se tornou, a maior fonte de receitas do Estado angolano. A necessidade do financiamento da economia da guerra absorveu parte considerável das receitas do Estado, criando uma carência em outros setores da economia.

As condições econômicas e sociais geradas pela necessidade do fortalecimento do enclave do petróleo não se reverteram, na sua integralidade, ficando ainda a economia à mercê das volatilidades do mercado internacional de commodities. Os estrangulamentos, no entanto, que essa volatilidade provoca sobre a situação fiscal e financeira do país acaba gerando uma economia dual com grande peso das atividades informais.

As altas taxas de crescimento experimentadas por Angola no início dos anos 2000 não resvalaram em mais desenvolvimento para a população, tendo em vista que no mesmo período também se observou que grande parte da população se encontrava ocupada na agricultura e no comércio. Apesar das altas taxas de crescimento, as taxas de desemprego se mantiveram em torno dos 20%, com uma atuação muito débil da classe empresarial que, na maioria das vezes, opta por ressarcir apenas os seus investimentos e repatria os seus lucros para o estrangeiro, por não serem, grandes partes deles, investidores angolanos.

Grande parte do tecido empresarial é formado por investidores estrangeiros que, no final do processo produtivo quando se dá a venda da produção, procura repatria os lucros para seus países. Os empresários nacionais apresentam comportamento semelhante aos empresários estrangeiros, em relação ao lucro. O setor do comércio é o que mais aporte recebe dos empresários, com vista a atender a demanda de produtos de diversa ordem por parte da população.

Do final da guerra civil em 2002 até 2017, a participação da massa salarial não teve alteração significativa que pudesse indicar uma mudança na distribuição de renda, enquanto a participação dos rendimentos do capital sempre se manteve acima dos 60%. Em 2002 os lucros e juros (renda de proprietários) respondiam por mais de 75% da renda nacional enquanto a

remuneração de empregados respondia por 23%, havendo uma pequena alteração depois da crise de 2008. Em 2009, a participação dos salários aumentou 6%, chegando a 29% caindo para 68% a participação de proprietários na renda nacional. Já em 2017, a situação volta ao nível de 2002, com uma pequena alteração em relação a participação do Estado que chega ao nível mínimo de participação enquanto a participação dos salários chega a 24%.

A natureza da economia angolana, com a predominância economia e financeira do sistema petrolífera cria empecilhos para a distribuição mais equitativa da renda nacional, gerando desigualdade social, que a característica informal da economia traz à tona. Os momentos de boom das commodities não concentraram a renda em vez de distribuí-la. O boom não alterou a estrutura salarial. Os capitalistas ganharam mais que os trabalhadores como observado nos dados das Contas Nacionais.

A natureza de enclave da economia permitiu ao setor petrolífero de tornar o mais produtivo, remunerando empregados com salários mais altos, mas empregando menos trabalhadores. Os outros setores da economia angolana que apresentam taxas de produtividade significativas são os Bancos e seguros que, no mundo tudo têm vindo a se beneficiar dos avanços das tecnologias de informação e das novas formas de gestão.

O fraco desempenho dos outros setores, no quesito produtividade, principalmente aqueles que são os maiores empregadores, isto, aonde se encontram ocupada grande parte da força de trabalho, como o setor agrícola, o Estado e o comércio, evidenciam um aspecto central na economia angolana – a informalidade das atividades econômicas.

Em 2000, o Inquérito às Despesas e Receitas dos Agregados Familiares (IDRAF) mostrava que proporção de indivíduos ocupados em atividades de natureza informal correspondia, em média, a 62,8% da população economicamente ativa (PEA).

Entre 2008 e 2009 parte considerável da população empregada angolana encontravam-se ocupados em dois grandes setores como a agricultura (46%) e os serviços (45%) estando o resto empregados na indústria. Trabalhadores por conta própria representavam 65%, e os trabalhadores por conta de outrem 35% em 2008. Em 2015, os setores de atividade econômica que mais geraram empregos foram a agricultura (34%), o comércio no atacado e varejo (20%), as atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico (12%) e administração pública, defesa e segurança social obrigatória (9%).

O setor da educação é o que menos emprego gerou com cerca de 2%. O setor industrial, pela sua importância, deveria ter maior participação na diversificação da economia, pelo contrário, somente 3 em cada 100 angolanos encontram ocupação neste setor

Em suma, os elementos apresentados acima tecem a dinâmica contemporânea mercado de trabalho angolano, sem deixar de observar a importância do trabalho assalariado que para os trabalhadores angolanos, permitindo a estes a obtenção de um rendimento fixo e regular, que ligado a alguns aspectos apresentados por Rodney (1975) e Rodrigues (2003), como a relação do indivíduo com a família, permitem a estes a multiplicação do rendimento fixo em mercados informais, ou seja, o rendimento formal serve para a ampliação das redes de solidariedade e obtenção de rendimentos extras no setor informal, a exemplo do que mostra Malagutti (2000). O salário e valorização do sucesso estão ligados a coletividade, isto é, os salários ou mesmo o sucesso tem que impactar a família do trabalhador como um todo.

O nosso ponto de vista sobre a realidade da dinâmica do mercado angola, isto é, sobre a melhor forma de a apreender, pode ser aprofundada por pesquisas futuras que procurem analisar a importância sociológica e política do setor empresarial, quer dos estrangeiros quantos dos próprios empresários nativos, sobre a criação de postos de trabalho, bem como analisar a participação do Estado na redução das assimetrias sociais ao agir sobre a distribuição de renda com vista a aumentar a massa salarial na renda nacional.

REFERÊNCIAS

RELATÓRIOS

Atlas de Angola, Luanda, Escolar Editora, 2013.

CEIC. Relatório Económico de Angola 2008.

CEIC. Relatório Económico de Angola 2014.

CEIC. Relatório Económico de Angola 2016.

CEIC. Relatório Económico de Angola 2017.

CEIC. Ficheiro Estudos sobre produtividade e emprego, com base nas Contas Nacionais.

CEIC. Estudos dos salários e remunerações em Angola, 2012.

INE – Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-2009.

INE – Noções Gerais sobre o Recenseamento Geral da população e Habitação (RGPH-2014), Luanda, 2013.

INE – Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola, Luanda, 2014.

INE – Manual de Classificação de Estatísticas em Angola (CAEA). Luanda, 2014.

INE – Inquérito ao Emprego em Angola. Luanda, 2019.

Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado (OGE), Luanda, Assembleia Nacional de Angola, 2000.

WORLDBANK. World Development Indicator, modeled ILO estimate.

LEIS

Diário da República – DR, i, 31 de 7 fevereiro 1978.

Lei Constitucional da República Popular de Angola - art.10.º, DR, i, 1, de 11 de novembro de 1975.

Lei 3/76, de 3 de março de 1976, Diário da República de Angola – DR, i, 52.

OBRAS

ADAUTA, Mário. Contribuição para o conhecimento do setor informal de Luanda, 1998.

ALVES, M. A. **“setor informal” ou trabalho informal? Uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade.** Campinas, Dissertação, 2001.

ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do ultranacionalismo.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

BRUNHOFF, Suzanne de. **Estado e Capital: uma análise da política econômica.** Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1985.

CAHEN, Michel. **Seis teses sobre o trabalho forçado no império português continental em África.** África (São Paulo, 1978, Online), São Paulo, n. 35, p. 129-155, 2015 <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2526-303X.v0i35p129-155>.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As ideias e seu lugar: ensaio sobre as teorias do desenvolvimento.** Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1995.

CARDOSO, F.H e FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica.** Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

CÉSAIRE, Aimé. **Discourse on Colonialism.** New York: Monthly Review Press, 1972.

CONCEIÇÃO NETO, Maria da. « **De Escravos a “Serviçais”, de “Serviçais” a “Contratados”:** Omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial», cadernos de Estudos Africanos [Online], 33|2017, posto online no dia 11 dezembro 2017, consultado 19 abril 2019. URL <http://journals.openedition.org/cea/2206>, DOI: 104000/cea2206.

DILOLWA, Carlos. R. **Contribuição à história econômica de Angola.** Luanda: Editorial Nzila, 2000.

DOMINGOS, A.A.X. **Trabalho e informalidade na Angola contemporânea.** In: Kwanissa, São Luís, nº 2, p. 71-90, jul/dez, 2018.

ERNESTO, A; CAPILO, G. **A economia informal em Angola: caracterização do trabalhador informal.** Luanda, Osisa, 2018.

FERREIRA, E. de Sousa. **A Lógica da Consolidação da Economia de Mercado em Angola, 1930-1974.** Análise Social, vol. XXI, nº 85, pp. 83-110, 1985.

FERRERA, Manuel Ennes. **A política de recuperação econômica na Republica de Angola.** Política Internacional, Nº 1, Vol.1, janeiro 1990.

FITUNI, LL. **Angola: natureza, população e economia.** Moscou, Edições Progresso, 1985.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo, Abril Cultural, 1983.

GUERRA, Henrique. **Angola: estrutura econômica e classes sociais.** Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1985

GONÇALVES, Jonuel. **A economia de Angola nos espaços austrais**. Luanda, Mayembe Editora, 2014.

GONÇALVES, Jonuel. **A economia de Angola: da independência à crise mundial de 2008**. Revista Tempo do Mundo |rtm|V.2| n°3| dez. 2010.

GORENDER, Jacob. **O escravismo Colonial**. São Paulo, Expressão Popular, 2016.

HART, Keith. **Informal income opportunities and urban employment in Ghana**. The journal of African studies, Vol 11, n° I, (March 1973), p. 61-89.

HERNANDEZ, Leila. M. G. L. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo, Selo Negro, 2008.

LOPES, Carlos M. **A economia informal em Angola: breve panorâmica**. Revista Angolana de Sociologia, 14 | 2014, 61-75.

LOPES, Carlos M. **Candongueiros, kinguilas, roboteiros e zungueiros: uma digressão pela economia informal de Luanda**. VIII Congresso Luso-Afro-brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo, Boitempo, 2000.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro 1 – Volume 1**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MENEZES, Solival. **Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente**. São Paulo, Edusp/FAPESP, 2000.

MENEZES, Solival. **Dinâmica da Transição de uma Economia dependente colonial para economia centralmente planejada e sua inflexão recente para economia de mercado**. Tese de doutorado. São Paulo: FEA/USP, 1996.

MUNANGA, Kabengele. **Cultura, Identidade e Estado Nacional no Contexto dos Países Africanos**. In: A Dimensão Atlântica da África. II Reunião Internacional de História de África, São Paulo: CEAUSP/SDG-Marinha/CAPES, 1997.

OIT. **Employment, income and equality: strategy for increasing productive employment in Kenya**. Geneva, 1972.

PACHECO et al. **Contribuição para o debate sobre a sustentabilidade sobre a agricultura angolana**. Universidade de Évora, 2013, disponível em <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/9386>

PAXE, Isaac Pedro Vieira. **Políticas Educacionais em Angola: desafios do direito à educação**. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

QUEIROZ, Francisco. **Economia Informal: o caso de Angola**. Luanda, Almedina, 2016.

RELA, José Manuel Zenha. **Angola: entre o presente e o passado**. Lisboa, Escher, 1992

ROCHA, Manuel José Alves da. **Os limites do crescimento econômico em Angola**. Luanda, LAC/Executive Center, 2001.

ROCHA, Manuel José Alves da. Crescimento Econômico e desenvolvimento em Angola: uma análise para o período 1997- 2009/2010. In: **Economia Política e Desenvolvimento em Angola**. Luanda, Chá de Caxinde, 2011. Org, Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade.

ROCHA, Manuel José Alves da. **Salários, distribuição de rendimento e crescimento equitativo**. Luanda, Mayamba, 2014.

ROCHA, Manuel José Alves da. **Pensamentos soltos, mas estruturados sobre a economia e sociedade em Angola: os ciclos do preço do petróleo em Angola desde 1987**. Luanda, CEIC, 2015.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa, Nova Seara, 1975.

RODRIGUES, Cristina, Uldesman. **Trabalho assalariado e estratégias de sobrevivência e reprodução de famílias em Luanda**. Lisboa, Tese de doutorado, 2003.

ROQUE, Fátima Moura. **Building the Future in Angola: a vision for sustainable development**. Oeiras, Celta, 1997.

SILVA, Antônio Carlos Matias da. **Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil suas consequências**. NEARI EM REVISTA | V.4 N.5 2018.1 | ISS 2447-2646.

SAMBA, Simão João. **Trabalho Informal em Luanda: luta e persistência dos jovens migrantes**. São Paulo: Cortez, 2018.

SOUZA, P, R, C. **A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas**. Campinas, Tese de doutorado, 1980.

VIDAL, N. **A gênese da Economia do Petróleo e dos “Esquemas” Impeditivos do desenvolvimento**. In: Economia Política e Desenvolvimento em Angola. Luanda, Chá de Caxinde. Org, Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade, 2011.

WALTER, Luís Fernando da Costa. **Angola: O Papel e Contributo do Sector dos Petróleos de Angola no Desenvolvimento Socioeconômico do País. Desafios e Expectativas (1975 – 2005)**. Dissertação de Mestrado. Lisboa, ISCTE, 2007.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

ZAU, Filipe. **Angola: trilhos para o desenvolvimento**. Lisboa, Universidade Aberta, 2002.